



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Luiz Henrique Fernandes dos Reis

Juventude LTDA.:

A ideologia do empreendedorismo
na formação dos jovens do século XXI

Florianópolis

2019

Luiz Henrique Fernandes dos Reis

Juventude LTDA.:

A ideologia do empreendedorismo
na formação dos jovens do século XXI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de
Mestre em Educação
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eneida Oto Shiroma

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

REIS, LUIZ HENRIQUE FERNANDES DOS
JUVENTUDE LTDA.: : A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO NA
FORMAÇÃO DOS JOVENS DO SÉCULO XXI / LUIZ HENRIQUE FERNANDES
DOS REIS ; orientador, ENEIDA OTO SHIROMA, 2019.
184 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Empreendedorismo. 3. Ideologia. 4.
Juventude. 5. Organismos Multilaterais. I. SHIROMA, ENEIDA
OTO. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Luiz Henrique Fernandes dos Reis

Juventude LTDA.: A ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século

XXI

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Rosalba Maria Cardoso Garcia (membra)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Marival Coan (membro)

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Mara Cristina Schneider (suplente)

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof.^a Dr.^a Andrea Brandão Lapa

Coordenadora do Programa

Prof.^a Dr.^a Eneida Oto Shiroma

Orientadora

Florianópolis, 16 de agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

A concretização desse trabalho só foi possível graças ao incentivo, apoio, amizade e orientação de uma série de pessoas, as quais sou muito grato. Aos meus pais, Salete e Alfredo, por todo apoio e carinho durante todos esses anos e por me proporcionarem condições para minha dedicação aos estudos. A minha irmã, Maria Eduarda, pelo incentivo a continuar minha formação e pela paciência pela minha ausência nesses meses de dedicação a escrita. À minha orientadora, Prof.^a, Dr.^a Eneida Oto Shiroma, pelas orientações, pelas conversas e pelo bom humor, que me fizeram me sentir em casa no PPGÉ. Aos amigos e colegas Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO) pelo intenso aprendizado e pelas trocas que tivemos nesses dois anos de caminhada. Aos amigos e parceiros do Núcleo de Estudos Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) pelas valiosas contribuições no estudo da crítica da economia política. Aos membros da banca de qualificação, Prof.^a Dr.^a Rosalba Garcia, Prof. Dr., Marival Coan, Prof.^a Dr.^a Mara Schneider, pela generosidade de suas contribuições ao texto de qualificação e por terem aceitado o convite para a defesa dessa dissertação. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e a coordenação e secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, pelo trabalho sério e dedicação ao programa. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pela concessão de bolsa de estudos que me permitiu dedicação integral a esta pesquisa. A Felipe Demetri, pelo companheirismo e ternura cotidianos que tornaram a escrita dessa dissertação muito mais prazerosa.

RESUMO

Em resposta a um quadro de aprofundamento do desemprego e da precarização dos postos de trabalho, uma ideologia vem sendo muito difundida atualmente: o empreendedorismo. Buscamos nesse trabalho, fundamentados no materialismo histórico, investigar a ideologia do empreendedorismo e sua relação com a sociabilidade requerida pelo capital no século XXI. Como objetivos específicos tencionamos 1) Investigar o alinhamento entre propostas de empreendedorismo na formação de jovens e as demandas do capitalismo contemporâneo (ou capital-imperialismo); 2) Explicar as continuidades entre neoliberalismo, contrarreformas e a ideologia do empreendedorismo. 3) Analisar os significados do empreendedorismo nas diretrizes de OMs para orientar a formulação de políticas para a juventude na América Latina e, em particular, no Brasil. A pesquisa foi realizada em quatro fases articuladas entre si. Em um primeiro momento, debatemos a questão da ideologia. São apresentadas suas origens e a contribuição de Marx e Engels e Gramsci para o na formulação do conceito, acentuando o fundamento da sua existência no solo contraditório das relações sociais antagônicas entre classes. A partir disso trazemos para a discussão as transformações ocorridas nas relações de produção nas últimas décadas, explicitando porque entendemos o empreendedorismo como uma ideologia. Em seguida realizamos um balanço bibliográfico sobre empreendedorismo, ideologia e juventude na área de educação e ciências humanas. Buscamos apresentar as contribuições dos pensadores dessas áreas para aprofundar o debate. Num terceiro momento, analisamos um documento da OCDE que cria os marcos para um enquadramento conceitual de medidas do empreendedorismo. Nosso objetivo é reenquadrar a discussão sobre empreendedorismo em um contexto mais amplo de políticas neoliberais que aprofundam as expropriações de direitos dos trabalhadores e sua plena disponibilização ao mercado. Na quarta e última sessão analisamos dois documentos de Organismos Multilaterais que tratam da temática da juventude e formação fazendo uma reflexão sobre a agenda desses organismos para as políticas públicas de formação de jovens, e sua ênfase no empreendedorismo. Identificamos nessa pesquisa que a ideologia do empreendedorismo é forma com que o capital tem buscado disputar o sentido dado a um conjunto de processos de reestruturação estatal e produtiva e suas consequências danosas para as condições de vida daqueles que vivem do trabalho. A sua difusão opera como um preventivo contra a revolta popular pela retirada de direitos e uma forma de adequação a formas de vida cada vez mais precárias. Essa ideologia leva ao avanço da irracionalidade da vida político-social sob hegemonia das formas flexíveis de acumulação. A partir desse percurso, pretendemos oferecer subsídios para a compreensão do papel ideológico do empreendedorismo na adaptação da juventude as demandas do capital imperialismo no século XXI.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Educação; Juventude; Organismos Multilaterais; OCDE, Banco Mundial; Ideologia;

ABSTRACT

In response to a scenario of deepening unemployment and work precarization, an ideology has been widespread today: entrepreneurship. We seek in this work, based on historical materialism, to investigate the ideology of entrepreneurship and its relation to the sociability required by capital in the 21st century. As specific objectives we intend 1) To investigate the alignment between proposals of entrepreneurship in the education of young people and the demands of contemporary capitalism (or capital-imperialism); 2) Explain the continuities between neoliberalism, counter reforms and the ideology of entrepreneurship. 3) Analyze the meanings of entrepreneurship in the Multilateral Organization's guidelines to guide youth policymaking in Latin America and in particular in Brazil. The research was conducted in four phases articulated with each other. At first, we debated the issue of ideology, its origins and the contribution of Marx, Engels and Gramsci to the concept. Emphasizing its emergency from the contradictory soil of antagonistic social relations between classes. From this we discuss the transformations that occurred in the relations of production in the last decades, explaining why we understand entrepreneurship as an ideology. Then we carry out a bibliographic balance about entrepreneurship, ideology and youth in the area of education and human sciences. We seek to present the contributions of researchers from these areas to deepen the discussion about ideology of entrepreneurship. In a third moment, we look at an OECD document that sets the milestones for a conceptual framework of entrepreneurship measures. Our goal is to refocus the discussion on entrepreneurship in a broader context of neoliberal policies that deepen the expropriation of workers' rights and their full availability to the market. In the last session, we analyzed two documents from Multilateral Organizations dealing with youth and training, reflecting on their agenda for public policies for youth education and their emphasis on entrepreneurship. We identified in this research that the ideology of entrepreneurship is the way in which capital has sought to dispute the meaning given to a set of processes of state and productive restructuring and its harmful consequences for the living conditions of the working class. Its dissemination acts as a preventive measure against popular revolt with the withdrawal of rights and a way of adapting youth to increasingly precarious life forms. This ideology leads to the advance of the irrationality of political and social life under the hegemony of flexible forms of accumulation. In this research, we intend to offer subsidies for understanding the ideological role of entrepreneurship in the adaptation of youth to the demands of capital-imperialism in the 21st century.

Keywords: Entrepreneurship; Education; Youth, Multilateral Organizations; OCDE, World Bank; Ideology

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 – Levantamento Bibliográfico (2006-2018)	67
Tabela 2 - Teses e Dissertações sobre Empreendedorismo, Juventude e Ideologia.....	180
Tabela 3 - Artigos sobre Empreendedorismo, Juventude e Ideologia	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento Bibliográfico (2006-2018).....	67
Tabela 1 - Diferentes tipos de desengajamento juvenil por idade	157
Tabela 2 - Teses e Dissertações sobre Empreendedorismo, Juventude e Ideologia	180
Tabela 3 - Artigos sobre Empreendedorismo, Juventude e Ideologia.....	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

ALC - América Latina e Caribe

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BSM - Brasil Sem Miséria

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNI - Confederação Nacional da Indústria

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos

EaD - Ensino a Distância

EIP - *Entrepreneurship Indicators Programme* (Programa de Indicadores do Empreendedorismo, em tradução livre)

EISG - *Entrepreneurship Indicators Steering Group* da OCDE

ETVT - Educação Técnica, Vocacional e Treinamento

Eurostat - Diretório Estatístico da Comissão Europeia

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Contribuição

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor* (Monitoramento do Empreendedorismo Global, em tradução livre)

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBQP - Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

ICE - *International Consortium for Dynamic Entrepreneurship Benchmarking* (Consórcio Internacional para Avaliação Comparativa de Empreendedorismo Dinâmico, em tradução livre)

IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

IFES - Instituições de Ensino Superior

INPC - Índice Nacional de Preços do Consumidor

JUVEMP - Projeto Juventude Empreendedora

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado

MBA - *Master of Business Administration* - Mestre em Administração de Negócios

OCDE - Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OM - Organismos Multilaterais

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONGs - Organizações Não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OS - Organizações Sociais

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário

PDRE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado

PEJR - Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural

PFL - Partido Social Liberal

PIB - Produto Interno Bruto

PJ - Pessoa Jurídica

PME - Pequenas e Médias Empresas

PNQ - Programa Nacional de Qualificação

PNQT - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PQA - Paradigma da Questão Agrária

Projovem - Programa Unificado de Juventude

PRONATEC - Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSDB - Partido da Social Democracia

SciELO - *Scientific Electronic Library Online* - Biblioteca Científica Eletrônica Online

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO	25
2.1	Origens.....	26
2.2	A Ideologia no Pensamento de Marx e Engels	28
2.3	Fundamentos do Modo de Produção Capitalista.....	32
2.3.1	Trabalho e Força de Trabalho	33
2.3.2	A Produção do Mais-valor e o Segredo da Acumulação Capitalista	35
2.3.3	A Lei Geral da Acumulação Capitalista	38
2.4	Ideologia e Classes Sociais	43
2.4.1	Ideologia em Gramsci	45
2.4.2	Hegemonia	48
2.4.3	Revolução Passiva	50
2.4.4	Intelectuais	52
2.5	Crise do Capital e a Ascensão do Capitalismo Flexível.....	53
2.5.1	Reestruturação Produtiva e Capitalismo Financeiro	55
2.5.2	A Institucionalização do Trabalho Precário	59
2.6	Empreendedorismo como Ideologia.....	61
3	BALANÇO DA LITERATURA SOBRE EMPREENDEDORISMO, JUVENTUDE e IDEOLOGIA	66
3.1	Origens do Empreendedorismo.....	67
3.1.1	Primórdios da Economia Política: Cantillon e Say	68
3.1.2	Schumpeter e a Destruição Criativa	72
3.1.3	Schultz e Mclelland: Educação, Capital Humano e Perfil Empreendedor	74
3.2	Ideologia do Empreendedorismo na Formação da Juventude	78
4	O OVO DA SERPENTE: ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DO EMPREENDEDORISMO DA OCDE	94
4.1	O empreendedorismo para a OCDE.....	96
4.1.1	Marco Regulatório	99
4.1.2	Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia	104
4.1.3	Capacidades Empreendedoras	108
4.1.4	Políticas que Afetam a Cultura do Empreendedorismo	110
4.1.5	Acesso a Financiamento	111
4.1.6	Condições de Mercado	112
4.1.7	O Enquadramento do Empreendedorismo da OCDE	113
4.2	Empreendedorismo, Neoliberalismo e Reforma do Estado.....	115
5	PROPOSTAS INTERNACIONAIS SOBRE JUVENTUDE E EMPREENDEDORISMO	124

5.1	Perspectivas Econômicas para a América Latina e Caribe 2017 – Juventude, Competências e Empreendedorismo	125
5.1.1	A Problemática em Torno da Juventude.....	126
5.1.2	Educação, Competências e Juventude na ALC	130
5.1.3	A visão da OCDE sobre Educação da ALC.....	130
5.1.4	Habilidades dos Jovens da ALC	133
5.1.5	Educação e Mercado de Trabalho	134
5.2	Empreendedorismo de Jovens na ALC	138
5.2.1	A visão da OCDE sobre Juventude e Empreendedorismo	146
5.3	Competências e Empregos: Uma Agenda para a Juventude	150
5.3.1	Envelhecimento da população, mudança tecnológica e o imperativo da produtividade.....	151
5.3.2	Engajamento Econômico da Juventude	156
5.3.3	Resultados Educacionais na Visão do BM.....	158
5.3.4	Políticas Trabalhistas e Perspectivas de Emprego para Jovens	160
5.3.5	A Agenda do BM para Formuladores de Políticas Públicas.....	162
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICE A – LISTA DE TESES E DISSERTAÇÕES	180
	APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS	182

1 INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa é o empreendedorismo e formação da juventude. Nas últimas décadas o empreendedorismo tem ganhado proeminência nos meios de comunicação e nos discursos sobre a educação como uma solução para problemas do capitalismo contemporâneo, a exemplo das crises econômicas, do desemprego crônico e da informalidade. A academia não passou incólume por esse momento e muitos pesquisadores das mais diversas áreas têm se debruçado sobre o tema.

O vocábulo empreendedorismo deriva do termo francês *entrepreneur*, traduzido para o português como empreendedor. Ambos têm como origem a palavra latina *prehender*, que significa segurar, prender, tomar de forma intempestiva.¹ Ao longo dos últimos cinco séculos seu significado passou por muitas transformações até adquirir sua acepção contemporânea. O que inicialmente remetia a realização de ações de qualquer ordem ou ações particularmente difíceis foi se consolidando como um significado muito mais restrito relacionado a empreendimentos de negócios de cunho comercial, mais estritamente a criação e direção de empresas capitalistas, ou a introdução de inovações em empresas já consolidadas.

O relatório GEM² 2017, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) com apoio do SEBRAE, define empreendedor como “aquele indivíduo que realizou esforços concretos na tentativa de criação de um novo empreendimento” (IBQP, 2017, p. 06). Como exemplo o relatório cita atividades autônomas, criação de empresas, sejam elas formalizadas ou não, e a expansão de negócios já existentes. Essa definição abrange, portanto, um leque de trabalhos humanos até então considerados sobre outras perspectivas, como o trabalho autônomo e o trabalho informal. Essa elasticidade do conceito é enaltecida e salienta-se que a definição de empreendedorismo utilizada inclui desde “aqueles situados na base da pirâmide, muito simples, focados talvez na exclusiva subsistência daquele que empreende” assim como “negócios de alto valor agregado e com conteúdo inovativo” (IBQP, 2017, p. 06).

¹ DICIONÁRIO DE LATIM-PORTUGUÊS, 1963.

² *Global Entrepreneurship Report* é a maior pesquisa sobre empreendedorismo realizada no mundo. O projeto piloto iniciou em 1999, por iniciativa da *Babston College* (EUA) e da *London Business School* (Inglaterra). Na sua primeira pesquisa participaram 10 países. Hoje, mais de 100 já participaram da pesquisa. O relatório de 2017 contou com a participação de 54 países, que, ao todo, concentram mais de 70% da população mundial e do PIB (produto interno bruto) mundial (IBQP, 2017).

Outras agências e organizações, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) utilizam uma aceção semelhante na elaboração de suas políticas, ainda que mais detalhada. Distingue-se duas formas de empreendedorismo, um movido pela necessidade e outro por oportunidade. No primeiro, também chamado de empreendedorismo de subsistência, estão abrangidas atividades motivadas pela falta de oportunidades de emprego formal. O segundo se refere a atividades estruturadas, que envolvem maior planejamento, definição de planos de negócios, análise das oportunidades e riscos envolvidos (OCDE, 2016). Esse último tipo de empreendedorismo recebe diversos nomes, como empreendedorismo de alto impacto ou alto crescimento.

O empreendedorismo é visto por essas agências como uma forma de facilitar a transição da juventude para a vida adulta e para o mercado de trabalho, mobilizando os jovens a “guiar” mudanças políticas, sociais e econômicas, ao invés de serem guiados por elas. Para isso defende-se a difusão de uma “cultura empreendedora” capaz de mobilizar os comportamentos dos jovens em direção a esses objetivos (OCDE, 2016, p. 20). A difusão do ensino do empreendedorismo no Brasil começa na década de 1980, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – FGV, em São Paulo. Em seguida são criadas disciplinas na Faculdade de Economia Administração e Contabilidade – FEA da USP e no Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal do Rio Grande do SUL – UFRGS. Na década seguinte essas experiências se difundem e se ampliam consideravelmente, com a criação de programas de ensino de empreendedorismo, escolas de formação de novos empreendedores, e a inclusão de seus princípios em disciplinas universitárias (COAN, 2011, p. 142-144).

É também nesse período que uma série de resoluções das Nações Unidas é aprovada encorajando o estabelecimento de condições favoráveis para a iniciativa privada aos seus países membros; reafirmando slogans de que a flexibilidade, criatividade, inovação, juntamente com a abertura dos mercados promoveriam condições para o desenvolvimento de ações dos indivíduos em resposta as mudanças sociais e encorajando a necessidade de reestruturação econômica e do Estado. Nesta esteira esses documentos encorajam o apoio a ações de incentivo ao empreendedorismo, em especial de pequenas e médias empresas, em todos os países e passam a incluir o empreendedorismo como um item nas agendas de desenvolvimento econômico e cooperação internacional (ONU, 1990, 1991, 1992, 1993).

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) durante a década de 1990 passou a defender a necessidade imperiosa de reformas para a região. Na opinião da

comissão, os sistemas educativos deveriam ser adequados para oferecer conhecimentos e habilidades específicas requeridas pelos novos arranjos dos sistemas produtivos. Qual seja: versatilidade, capacidade de inovação e flexibilidade para se adaptar a novas tarefas e habilidades (CEPAL, 1990).

Em 1996 é lançado o relatório Delors da comissão para educação no século XXI da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, (UNESCO), que estabelece os quatro pilares da educação para o século XXI (DELORS, 1996). Argumentos semelhantes àqueles arrolados para defender a reestruturação dos aparelhos de Estado por parte da ONU aparecem agora transformados em recomendações para a agenda educacional. Começa a se fazer presente de forma ainda mais forte a associação entre educação e desenvolvimento econômico; educação e cidadania nos novos tempos, e afirmação da necessidade de as políticas de educação fomentar o trabalho autônomo, o empreendedorismo, capacidades de tomar iniciativas. O que já estava esboçado no relatório Delors passa a ser explícito, por sua vez, em 2004, no Projeto Regional de Educação para América Latina e Caribe – PRELAC, que sugere a inclusão de um quinto pilar para a educação na região: “aprender a empreender” (UNESCO, 2004, p. 9).

As décadas de 1970 e 1980, período em que a ideologia do empreendedorismo começa a ser difundida de forma mais massiva, foram uma época de crise para o capital, que ficou marcada por um grande processo de transformação nas relações de trabalho no mundo. Para Harvey (2008a) a profunda recessão do período pôs em movimento um conjunto variado de processos que buscavam solapar as bases do regime de trabalho fordista. Em seu lugar começa a se delinear um novo regime de acumulação que o autor denomina de acumulação flexível, caracterizada por uma flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. *Novidade e inovação* passam a ser os slogans da moda, com o surgimento de novos serviços financeiros, modelos de organização, gestão, tecnologias e um rápido desenvolvimento das comunicações e dos transportes. O conjunto dessas mudanças redundou em uma compressão do espaço-tempo, tornando possível uma diminuição abrupta do tempo necessário para tomadas de decisão e uma grande aceleração nos processos produtivos, na inovação tecnológica, dentre os quais se destacam a automação, a informática e as novas tecnologias de comunicação.

O aumento da flexibilidade e mobilidade possibilitado pelas novas tecnologias da informação permitiram grandes mudanças na organização da produção que prejudicaram imensamente a classe trabalhadora. Deslocalizações massivas, reestruturações das plantas, demissões; muitas foram as estratégias utilizadas para atacar os trabalhadores, que já estavam muito fragilizados pelos níveis altos de desemprego e pela corrosão dos salários decorrentes das crises de estagnação econômica combinada com altos níveis de inflação. Esse regime de acumulação trouxe consigo níveis altos de desemprego estrutural, poucos ganhos salariais e o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora organizada, que frente à crise econômica viu seu poder de pressão política ruir (HARVEY, 2008a).

O resultado dessas políticas é uma grande reestruturação do setor produtivo, marcada por variadas formas de flexibilização e precarização de parte da força de trabalho. Os contratos de trabalho característicos da organização de trabalho fordista, de longa duração e tempo integral, vão cedendo espaço para variadas formas de trabalho mais flexíveis, como por tempo parcial, temporário, prestação de serviço, terceirizados, etc. Como efeito secundário das reestruturações produtivas tem-se o crescimento do desemprego, informalidade, modalidades de trabalho familiar, doméstico, entre outros. Uma das consequências dessas mudanças é a desregulamentação do trabalho no âmbito dos Estados, e vêm ocorrendo em diversas partes do mundo, com velocidades variadas, assim como o aumento da fragmentação dos trabalhadores, a paulatina destruição do sindicalismo e sua reconversão em um sindicalismo dócil (ANTUNES, 2009).

Para garantir a adesão dos trabalhadores a essas transformações profundamente recessivas em termos de condições de trabalho e direitos, está em curso uma reconfiguração dos exercícios de educação para o consenso, que Lúcia Neves (2005) denomina de *nova pedagogia da hegemonia*. A autora, a partir de reflexões gramscianas sobre a ampliação do papel do Estado nas sociedades ocidentais, analisa a repolitização ocorrida na sociedade civil brasileira nas últimas décadas decorrente da expansão de um sem número de aparelhos privados de hegemonia. A primeira etapa desse projeto ocorreu no Brasil na primeira metade da década de noventa até a implantação do plano real. Essa etapa foi caracterizada pela implantação de um ajuste econômico de cunho neoliberal e da reforma do Estado brasileiro, com a abertura dos mercados e privatização das empresas estatais (NEVES, 2005).

A mesma autora aponta que, no setor dos meios de comunicação, houve uma permanente desqualificação da política, através de denúncias reiteradas de corrupção e do ataque aos movimentos sociais e sindicais classistas. Na esfera da sociedade civil ocorreu a

proliferação de novos movimentos sociais, organizados em tornos de pautas não relacionadas ao campo do trabalho e propagação de organizações não governamentais (ONGs). No âmbito do Estado, uma segunda etapa, ocorrida nos dois governos Fernando Henrique Cardoso, tratou de reestruturar o Estado e suas funções. Nesse processo a ênfase das ações de Estado são reconfiguradas, perdendo a importância a produção direta de bens e garantia de direitos; intensificam-se atividades de mediação e coordenação junto à iniciativa privada para a regulação e fiscalização para o bom funcionamento dos mercados. Os direitos, na linguagem da reforma ainda que não na prática, são convertidos em serviços, e cria-se no arcabouço legal uma nova área de atuação, o setor público não estatal, notadamente formado por ONGs, organizações sociais (OS) e entidades filantrópicas. Essas organizações prestariam os serviços supostamente de forma mais ágil e eficaz para os cidadãos reconvertidos em clientes do Estado.

Essas ações se vinculam à corrente política que ficou conhecida como “terceira via”, projeto que se pretende alternativo tanto ao capitalismo quanto ao socialismo. O eixo central desta proposta é a reconfiguração do estado e da sociedade civil. A partir de seu rearranjo, o ‘novo Estado democrático’ passaria a exercer a função de regulação das relações econômicas, políticas e sociais, com uma ênfase no consenso, em limitados canais de diálogo, com vistas a conciliar interesses conflitantes. Difunde-se em maior escala a ideia de que a sociedade civil deve ser uma esfera responsável pela amenização de questões sociais, pautadas no voluntarismo e pela solidariedade (LIMA; MARTINS, 2005).

A partir de conceitos como o de “sociedade civil ativa”, espera-se a configuração de novos atores sociais empenhados não na reivindicação de direitos, mas sim na participação de organizações de ajuda mútua, de solidariedade entre classes e na invenção de soluções ‘criativas’ e ‘inovadoras’ para problemas sociais advindos dos novos arranjos político-econômicos. Esse projeto requer a configuração de um cidadão de novo tipo, um sujeito dotado de espírito empreendedor, confiante e capaz de assumir riscos moderados. Há uma conexão evidente entre o novo sujeito preconizado pela terceira via e o pensamento neoliberal, na medida em que ambos se baseiam na exacerbação do individualismo e na ação empreendedora, ainda que no projeto de terceira via esse individualismo seja edulcorado com uma sensibilidade às mazelas sociais.

A juventude torna-se o objeto privilegiado da intervenção do Estado na conformação desses novos cidadãos, pelo papel ainda predominante dos sistemas educativos na socialização

das novas gerações. Antes de avançarmos no tema, faz-se necessário discutir um pouco o que é o Estado no Capitalismo. Primeiramente é preciso afastar a ideia de que o Estado como conhecemos hoje sempre existiu, ou existiu ao longo de milênios e que foi passando por diferentes formas. Essa noção ingênua de Estado toma o fato de que se utilizou a mesma palavra para se referir a diversas conformações políticas - cidades-estados, estado feudal, estado absolutista, estado moderno, entre outras - como indicativo de uma substância em comum trans-histórica. Não concordamos com essas perspectivas.

O Estado como conhecemos na atualidade é um produto da modernidade capitalista e não existiu em sociedades anteriores. Como afirma Mascaro (2013), nos modos de produção anteriores ao capitalismo não havia separação estrutural entre o domínio econômico e o domínio político. As mesmas classes de indivíduos controlavam ambos os setores; seja na figura dos senhores feudais ou senhores de escravos, o domínio político econômico estava nas mãos dos mesmos grupos. A burguesia, à medida que ganha o poder político, procura se distanciar do modelo anterior, introduzindo a separação entre os dois domínios. Desta forma, o burguês, aquele que detém o poder econômico no capitalismo, não ocupa, como regra, o poder político.

No entanto, isso não significa que haja uma separação absoluta entre poder econômico e político, mas sim que novas mediações são inseridas na dinâmica estatal. Ocorre uma separação formal do poder político do poder econômico do capitalista, mas esse poder político econômico é recolocado em um patamar superior. Desta maneira, embora o Estado não se confunda com a figura de um capitalista específico, sua existência serve para assegurar a reprodução do capital em geral, ao mesmo tempo em que atua como mediador aparentemente neutro dos conflitos sociais.

A discussão de Gramsci sobre o papel do Estado em sociedades capitalistas desenvolvidas é útil para pensar a construção de políticas públicas e de consensos sociais em tornos de projetos de reformas. Em primeiro lugar, Gramsci identifica uma ampliação do Estado e a constituição de uma extensa rede de associativismo. As interrogações do italiano giravam em torno da forma como se exerce o domínio de uma classe sobre a outra em países em que ocorreu uma extensa socialização da política e os impactos disso nas lutas dos setores subalternos. Em particular, essa leitura nos permite perceber como as vontades coletivas são organizadas e como a dominação, mediada pela cultura e educação, é aceita ou não pelos subordinados.

Essa concepção atribui uma importância significativa nos chamados aparelhos privados de hegemonia. Estes constituem o esqueleto da sociedade civil, na forma de entidades

associativas que se organizam de maneira formalmente livre tanto do Estado em sentido estrito quanto das empresas. Se caracterizam pelo seu caráter voluntário e se apresentam em diferentes formatos, como clubes, partidos, igrejas, jornais, e entidades as mais diversas. Algumas dessas organizações, mais próximas ao campo econômico, enfatizam o seu pertencimento as classes fundamentais e a defesa de interesses de tipo corporativo, como associações empresariais e sindicatos. Outras, mesmo estando comprometidos com interesses de classe, conseguem apagar o seu compromisso de classe apresentando-se de forma neutra e imparcial, como jornais e revistas, ongs, organismos multilaterais, entre outros; de forma a se colocarem como se fossem representantes genéricos da sociedade e do bem comum.

As reflexões gramscianas nos ajudam a compreender como que o consentimento é obtido em cada momento histórico, e o papel desses organismos privados de hegemonia e seus intelectuais na organização de uma estrutura de convencimento que busca a hegemonia. Partindo dessa perspectiva teórica-metodológica, torna-se importante levar em consideração na análise de políticas públicas as formas de organização burguesas e seus mecanismos de criação e difusão de ideias. Tomando por base essas reflexões, nosso trabalho se debruça sobre as concepções promulgadas por Organismos Multilaterais para modificar políticas públicas de educação, em particular a ênfase que tem sido dada na introdução do empreendedorismo na agenda educacional.

Nas últimas décadas uma grande quantidade de entidades, dentre as quais Organismos Multilaterais (OM), têm lançado documentos, parcerias, programas e agendas educativas com a finalidade de construir um consenso sobre a necessidade de modificar as políticas educacionais. O empreendedorismo tem figurado com relativo destaque nesses documentos, como um importante eixo para as reformas. No entanto, a relação entre OM e Estados nacionais não é de mera subordinação, estando sujeita a toda forma de tensionamentos e disputas. Não obstante, uma grande quantidade de pesquisas ressalta a importância da influência desses organismos na formulação da agenda educacional no Brasil (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000; SANTOS, 2000; MAUÉS, 2003; MELO, 2005 e 2011).

Essas reflexões nos levaram a diversas indagações, como: quais os fundamentos sociais que explicam a emergência e a difusão do empreendedorismo neste momento histórico? Qual a função dessa ideologia para o capitalismo contemporâneo? Quais as suas implicações para a formação da juventude? Como o empreendedorismo aparece em documentos de

Organismos multilaterais? Que relação é feita nesses documentos entre formação da juventude e empreendedorismo? Qual o significado dado ao empreendedorismo na formação da juventude nos documentos de OM? Qual o papel tem o Estado na consecução das políticas preconizadas para a juventude? Qual a relação entre as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo e novas demandas apresentadas para a formação da juventude?

A partir desses questionamentos iniciais, definimos nosso objetivo de pesquisa pesquisar a ideologia do empreendedorismo e sua relação com a sociabilidade requerida pelo capital no século XXI. Como objetivos específicos tencionamos 1) Investigar o alinhamento entre propostas de empreendedorismo na formação de jovens e as demandas do capitalismo contemporâneo (ou capital-imperialismo); 2) Explicar as continuidades entre neoliberalismo, contrarreformas e a ideologia do empreendedorismo. 3) Analisar os significados do empreendedorismo nas diretrizes de OMs para orientar a formulação de políticas para a juventude na América Latina e, em particular, no Brasil.

Para realização da pesquisa foi realizada uma revisão de literatura e análise de documentos. A revisão da literatura focou em textos que discutissem o empreendedorismo, ideologia e juventude em pesquisas da área de educação e ciências humanas. Foi dada prioridade para discussões que relacionavam empreendedorismo e formação de jovens, não dando relevo para aspectos metodológicos da pedagogia empreendedora, a execução de programas de ensino em diversos níveis e modalidades de ensino, mas sim os aspetos mais gerais da formação. Buscou-se compreender quais os significados atribuídos ao empreendedorismo, quais o seu papel na formação de jovens; qual o papel do Estado na consecução desses objetivos; quais os resultados esperados em termos de comportamentos, atitudes, valores, competências e habilidades da juventude.

Em seguida foi analisado um documento da OCDE intitulado *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship* (AHMAD & HOFFMAN, 2007)³. A escolha deste documento se deu em virtude de ele ser a base para a criação de um enquadramento conceitual de medidas do empreendedorismo que é utilizado pela OCDE até hoje na elaboração de análises e produção de relatórios. O objetivo da análise é ampliar o entendimento sobre o que esses Organismos Multilaterais entendem por empreendedorismo, recolocando a questão da educação para o empreendedorismo num quadro maior de referência. Por fim, busca-se demonstrar o papel do empreendedorismo no aprofundamento de contrarreformas de matriz

³ Enquadramento conceitual para medição do empreendedorismo, em tradução livre.

neoliberal. Para isso, além da análise documental foi feita uma breve revisão teórica com autores marxistas que discutiram a ideologia neoliberal e as contrarreformas que ocorreram no final do século XX e início desse século.

Por fim fizemos uma análise documental, dando prioridade para documentos de OM que discutissem a questão da juventude, formação e empreendedorismo. O primeiro documento selecionado é intitulado *Latin American Economic Outlook 2017- Youth, Skills and Entrepreneurship* (OCDE/ECLAF/CAF, 2016)⁴. Seu lançamento coincidiu com o início da pesquisa, e o tema do documento se relacionava com nosso objeto de estudo. Além disso, por a publicação ter sido lançada inicialmente apenas em inglês, consideramos que a sua análise poderia contribuir para sua socialização no Brasil. Foi dada atenção maior para os capítulos 4 e 5 do documento, que discutem, respectivamente, Educação e Empreendedorismo de Jovens⁵. O segundo documento analisado chama-se Educação e Empregos: Uma Agenda para a Juventude. Síntese de Constatações, Conclusões e Recomendações de Políticas (BM, 2018).⁶ Ele foi lançado em 2018, também em inglês, embora a síntese das recomendações tenha sido publicada em português.

O objetivo da análise desses documentos era investigar quais as propostas desses organismos para a juventude. Como eles constroem esse grupo social como um problema a ser solucionado por políticas públicas? Qual o papel do empreendedorismo na solução dos problemas identificados? Quais as prescrições dadas para atuação do Estado?

A dissertação encontra-se organizada em seis sessões, incluindo a introdução e as considerações finais. A segunda sessão, de caráter mais teórico, discutimos o conceito de ideologia, sua origem e o tratamento dado ao conceito em Marx e Engels e em Gramsci. Em seguida são resgatados alguns dos fundamentos da crítica da economia política e as

⁴ Panorama Econômico da América Latina – Juventude, Habilidades e Empreendedorismo, em tradução livre. A OCDE recomenda cita-lo desta forma, embora pareça um contrassenso a data de publicação ser anterior ao ano de referência do título do documento.

⁵ O documento pode ser encontrado no seguinte link:

https://www.oecd.org/dev/americas/E-Book_LEO2017.pdf

O resumo em português está disponível neste link:

<http://www.latameconomy.org/es/Perspectivaseconomicas/Overview-portugues-final.pdf>

⁶ O documento está disponível no seguinte link:

<http://documents.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciaseEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf>

transformações no mundo do trabalho observadas nas últimas décadas, com o objetivo de investigar o solo sobre o qual se ergue a ideologia do empreendedorismo.

Na terceira sessão apresentamos os resultados de um balanço de literatura sobre empreendedorismo, juventude e ideologia em pesquisas da área de educação e ciências humanas. O objetivo da sessão é aprofundar a discussão sobre empreendedorismo e ideologia, debatendo com outros autores que estudaram o tema a partir de diferentes enfoques.

A quarta sessão tem como objetivo analisar a ideologia do empreendedorismo dentro de um panorama maior das contrarreformas de inspiração neoliberal. Para isso analisaremos um documento da OCDE que define um enquadramento conceitual para medição do empreendedorismo, trazendo para o debate alguns autores que estudaram os ajustes estruturais e outras contrarreformas neoliberais.

Na quinta sessão analisaremos dois documentos OM sobre juventude. Um documento da OCDE focado em empreendedorismo, habilidades e juventude na América Latina e outro do BM que propõe uma agenda para a juventude com foco em competências empregos. Buscamos demonstrar a preocupação convergente de algumas OM com a questão da gestão política da juventude, e a convergência sobre a necessidade de difundir uma ideologia empreendedora por meio da educação.

2 IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO

Nesses mais de dois séculos de existência, o conceito de ideologia foi peça chave em inúmeros debates. Foi introduzido, em meados do XVIII, por Destutt de Tracy, como nome da sua nova ciência das ideias. Logo se tornou um expediente para disputas políticas realizadas no âmbito da linguagem. Se na sua origem estava infundido com uma confiança cega no poder da ciência de descobrir a verdade, própria do iluminismo, logo desdobrou-se em um termo crítico, ora de modo meramente pejorativo, ora carregado da mais arguta crítica social. Ao longo do século XIX e XX o conceito de ideologia foi utilizado por diferentes autores, das mais variadas posições no espectro político. O seu uso hoje, portanto, é carregado desses traços que caracterizam a sua história.

O termo ideologia pode ser utilizado para se referir a uma visão de mundo compartilhada por determinados grupos. Pode designar uma doutrina política, como *liberalismo*, *socialismo*, ou, ainda, um conjunto de valores que orienta a ação dos indivíduos. Na obra marxiana, aparece associada à ideia de ilusão ou falsa consciência, e parte da tradição marxista ainda mantém essa acepção associada a ideia de uma distorção na representação da realidade. Michael Lowy nos adverte que uma das tarefas mais difíceis da teoria social moderna é encontrar um sentido unívoco para o conceito de ideologia. Para o autor:

Há poucos conceitos tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de “ideologia”; este tornou-se, no decorrer dos últimos dois séculos, objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos (LOWY, 2007, p. 9-10).

Nesta sessão, não nos propomos a trazer uma nova definição ou fazer uma exegese do conceito; buscamos fazer uma discussão teórica a fim de familiarizar o leitor com o debate sobre ideologia. Primeiramente apresentaremos as origens do conceito e as contribuições seminais de Marx e Engels. Feita essa primeira aproximação, traremos alguns elementos da crítica da economia política buscando explicitar os fundamentos da forma de sociabilidade capitalista e a centralidade da luta de classes. A partir disso traremos algumas contribuições de Gramsci para o debate sobre ideologia. Em seguida resgataremos algumas transformações ocorridas no capitalismo nas últimas décadas, para familiarizar o leitor com as mudanças ocorridas na base produtiva. Por fim nos propomos a explicitar porque entendemos o empreendedorismo como ideologia neste trabalho.

2.1 Origens

O termo ideologia foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo francês Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy (1754-1836). O conde de Tracy foi um político, filósofo e professor. Em seu livro, *Elementos de Ideologia*, De Tracy (1796) utiliza essa palavra para designar sua proposta de uma nova ciência, a ciência das ideias. Para isso recorreu a um neologismo, juntando os radicais gregos *eidos* e *logos*, de forma que ideologia significava originalmente o estudo das ideias. Fiel ao pensamento iluminista, De Tracy considerava que qualquer área da experiência humana poderia ser objeto de estudos científico. Propunha que o pensamento e as ideias, tradicionalmente estudadas pela filosofia ou pela metafísica, também deveriam ser sujeitas ao crivo da razão.

O objetivo do seu estudo era formular uma teoria que relacionasse as faculdades sensíveis dos humanos e a formação de suas ideias. Já que todas as ciências se fundamentam sobre ideias, a ideologia, na visão de seu criador, substituiria a teologia e se ergueria sobre todas as ciências, dando-lhes unidade. De acordo com Eagleton, os ideólogos acreditavam que sua nova ciência “Reconstruiria completamente a política, a economia e a ética, partindo dos processos mais simples de sensação até as regiões mais sublimes do espírito” (EAGLETON, 1997, p. 68).

Destutt de Tracy, no entanto, não estava sozinho. Fazia parte de um grupo, os ideólogos franceses, que eram críticos ao antigo regime. Detestavam a igreja, a monarquia e a metafísica. Eram partidários de uma visão materialista de mundo, isto é, admitiam que as causas físicas determinavam as ideias e ações humanas. Defendiam, por isso, a expansão da ciência, baseada na observação de fatos e na experimentação. Organizavam-se em torno no partido liberal e esperavam que o avanço na ciência levasse a uma nova pedagogia e uma nova moral (CHAUI, 2008). Os ideólogos apoiaram Napoleão Bonaparte no golpe do 18 Brumário, que inaugurou um período conhecido como Consulado, acreditando que ele fosse um liberal que avançaria os ideais da Revolução Francesa. Como compensação, foram alçados a altos cargos durante o começo do seu governo.

Esse noivado, no entanto, durou pouco. A medida em que as dificuldades políticas começavam a aparecer e o império começava a ruir, Napoleão fazia cada vez mais acenos a monarquia. Os ideólogos, por sua vez, passam a considerar Napoleão um restaurador do antigo regime e a fazer críticas a sua conduta. De base de sustentação do regime, os ideólogos foram alçados a posição de inimigos, e seus adversários políticos passam a ser promovidos nas

universidades. Data dessa época o sentido pejorativo de ideologia que ainda hoje é popular. Conta-se que Napoleão, em um discurso inflamado contra os ideólogos, afirmou que “Todas as desgraças que afligem a nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, esta tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre a suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento humano e às lições da história” (CHAUI, 2008). Napoleão, nesse discurso, inverteu a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos, acusando-os de praticar ‘tenebrosa metafísica’, por ignorarem o realismo político e as lições da história.

Ironicamente, o sentido napoleônico se popularizou e ideologia, que a princípio significava a ciência natural que tinha por objeto o estudo da gênese das ideias sustentadas na realidade material, torna-se o seu inverso: ideólogo é aquele que inverte a relação entre as ideias e o real. Ideologia, por sua vez, seria o sistema de ideias incapaz de conhecer a relação entre as ideias e a realidade. Essa concepção de ideologia se disseminou e passou a fazer parte do senso comum. O industrial Fourier, por exemplo, um dos pioneiros do socialismo utópico, assim utilizava o termo em seus escritos. O idealizador dos falanstérios afirmava que na vasta obra que a humanidade produziu há uma atuação ideológica, deformadora da realidade. Essa deformação, assim como a catarata, impede as pessoas de ver com clareza o mundo ao seu redor. Atua por meio de um discurso moralista que, sob o disfarce da razão e da ciência, calunia as paixões e dificulta a compreensão dos seres humanos por eles mesmos (KONDER, 2002).

Do projeto original de Destutt de Tracy restou muito pouco ao conceito. Forjado nas lutas sociais que pariram as sociedades modernas, o termo trazia na sua formulação original o otimismo próprio do pensamento iluminista. Em de Tracy ideologia era a ciência mestra que permitiria uma compreensão racional do mundo. Para Napoleão, ao contrário, a ideologia era uma falsa filosofia que buscava determinar o funcionamento político a partir de meras ideias, ignorando a experiência prática e a própria história. A próxima grande mudança no conceito viria sobre a pena de Karl Marx e Friedrich Engels. Tomando emprestado o sentido crítico, negativo do termo ideologia, que era popular na sua época, Marx e Engels o incorporam a um marco teórico próprio, o materialismo histórico, e um projeto político que tinha no proletariado, e não na burguesia, o sujeito da ação.

2.2 A Ideologia no Pensamento de Marx e Engels

A obra de Marx e Engels ocupa um lugar central nos estudos sobre ideologia. A partir dela, o termo ganha um renovado poder crítico, encaixado em um sistema de pensamento que apontava os limites do pensamento iluminista e da recém-criada sociabilidade burguesa. Marx e Engels escreveram, por volta de 1845-1846, um grande manuscrito no qual criticam a filosofia alemã de sua época. Os escritos tinham um tom provocativo e marcam o rompimento de ambos com um grupo de filósofos vinculados ao chamado hegelianismo de esquerda, em especial os jovens hegelianos. O título da obra já denuncia seu caráter satírico e ácido: *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (MARX; ENGELS, 2007). Nele, a produção intelectual de expoentes da filosofia alemã da época é sujeita a uma arguta crítica, em especial pelo seu caráter idealista. Neste caminho, Marx e Engels exporiam sua própria teoria da história, o materialismo histórico. Quando se tratou de encontrar um editor para realizar a publicação, no entanto, encontraram muitos empecilhos, de forma que o manuscrito foi guardado e não foi publicado durante a vida de seus autores.

Marx e Engels não ficaram muito abalados com esse desdobramento. Consideravam que um dos objetivos da obra naquele momento era organizar suas ideias, independentemente da sua divulgação. A esse propósito, Marx aponta no prefácio da *Crítica da Economia Política* que havia abandonado o manuscrito “à crítica roedora dos ratos”, uma vez que haviam alcançado seu objetivo final, “que era nos esclarecer.” (MARX, 2008, p. 49). O documento foi preservado, entretanto, só viria à público na sua íntegra em 1932 através do Instituto Marx-Engels de Moscou. Boa parte dos autores marxistas, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, portanto, não tiveram acesso integral a essa obra na elaboração de suas discussões. Isso explica parcialmente a diversidade de formas de tratamento do problema da ideologia no interior da tradição marxista.

Em *A Ideologia Alemã* (2007), Marx e Engels utilizam o termo ideologia de uma maneira polêmica. O objetivo é combater as ideias dos jovens hegelianos, e o significado de ideologia adotado é o de uma *concepção errônea na realidade*. As obras dos três filósofos a quem a crítica é dirigida é caracterizada como ideológica na medida em que *deturpam a relação entre as ideias e as relações sociais*. Marx e Engels argumentam que, naquelas obras, “as representações, os pensamentos, os conceitos – em resumo, os produtos da consciência por eles autonomizada – são considerados os autênticos grilhões dos homens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 84) Desta forma, por partir desse ponto de vista, a filosofia alemã da época opõe ideias contra

ideias, pensamentos contra pensamentos, e, como resultado, o mundo real continua inabalado. Não lhes ocorria, portanto, se perguntar qual a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, criticava Marx e Engels.

Essa definição de ideologia pode ser resumida como uma doutrina teórica que atribui erroneamente às ideias uma autonomia que elas não têm e que silencia sobre as condições reais e as características sócio históricas que são o terreno de onde elas surgem. Este entendimento parte de algumas pressuposições que fazem parte da concepção materialista da história de Marx e Engels. Em primeiro lugar, as formas da consciência dos homens são determinadas pelas condições materiais. Isto é, o pensamento e a construção de ideias não são processos autônomos, mas sim processos determinados pela atividade cotidiana dos seres humanos na medida em que produzem e reproduzem suas condições de vida.

Essa perspectiva já estava esboçada na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, escrito nos anos de 1843-44, no qual Marx polemiza com o que ele considerava um excessivo formalismo do pensamento hegeliano. Marx argumentava que o resultado da atividade concreta dos homens, O Estado, era transformado por Hegel em uma chave racional para compreender o movimento humano. Desta forma, o produto passava a determinar os produtores, num equívoco que Marx considerava inaceitável. Não é o Estado ou a constituição que produz o povo, argumentava Marx, mas sim o povo que constitui o Estado (KONDER, 2002, p. 31).

Marx argumenta que a forma como são instituídos novos Estados, no entanto, é deveras confusa. Os homens estão frequentemente divididos e enfrentam inúmeras dificuldades. Por isso, não se reconhecem naquilo que criaram. O produto da sua obra, depois de criado, passa a dominá-los como se fosse de fato autônomo. A concepção de que o pensamento é produto do meio, mas que o meio possui distorções que se refletem no pensamento aparece em Marx, portanto, desde sua primeira obra (KONDER, 2002). Na medida em que atuam desunidos, os homens perdem a capacidade de se realizar no mundo. Na tarefa de racionalização da atividade desenvolvida, passa-se a alimentar a ilusão de que o Estado é o *locus* onde a razão prevalece. Essa crítica de Marx à Hegel ilustra, para Konder (2002), o momento em que Marx se dá conta do que era uma construção ideológica.

Nos anos seguintes, *n'A ideologia Alemã*, essa concepção é desenvolvida efetivamente em uma teoria própria da história. Como vimos, Marx e Engels partiram do pressuposto de que há uma determinação social para os produtos da consciência. Desta forma, se na ideologia os

homens e as circunstâncias em que eles vivem aparecem de forma invertida, é preciso investigar as circunstâncias sociais, políticas e econômicas que determinam o surgimento dessa inversão. Isso nos leva a um segundo pressuposto da concepção de história de Marx e Engels: o desenvolvimento de teorias e da atividade teórica só é possível porque há uma divisão social, historicamente datada, entre o trabalho manual e trabalho mental ou intelectual.

Marx e Engels concebem um estágio primitivo da vida em sociedade em que os seres humanos não estavam conscientes de muita coisa. A necessidade de entabular relações entre si os leva a uma tomada de consciência de que vivem em sociedade, uma consciência gregária. O aumento da produtividade, a diferenciação de necessidades da população, levam a uma divisão do trabalho. Inicialmente se desenvolve uma divisão sexual do trabalho, e uma divisão ‘natural’, ou espontânea, do trabalho segundo características físicas, dotes e aptidões. Sucessivas divisões levam a uma separação entre trabalho manual e intelectual. É a partir desse momento que:

(...) a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras” (MARX, 2007, p. 35-36).

A divisão social do trabalho marca, portanto, a origem remota da ideologia. Essa divisão, por sua vez, é idêntica à propriedade privada. Uma parte se expressa na atividade, a outra nos produtos dessa atividade. A distorção do pensamento, portanto, decorre da fragmentação da comunidade humana introduzida pela propriedade privada. É esta divisão na sociedade que marca a emergência de doutrinas e atividades teóricas que se consideram ‘puras’, autônomas, quando, de fato são determinadas. Ou seja, o desenvolvimento da divisão entre trabalho manual e intelectual, fundado na propriedade privada, é pré-condição para o surgimento de ideologias de toda sorte.

Marx considerava que a crítica das ideias tinha que se converter na crítica das relações sociais reais, saindo do plano meramente especulativo. Para que isso ocorresse, no entanto, era necessário dispor de portadores materiais da crítica, isto é, setores sociais dispostos a acolhê-la, desenvolver a crítica na sua práxis. Marx encontrou esse sujeito histórico no proletariado (KONDER, 2002). A massa de trabalhadores havia sido excluída do sistema de propriedade, de forma que os males do sistema recém erguido, a sociabilidade burguesa, caíam de forma desigual sobre os ombros dos trabalhadores. O encontro de Marx com os proletários e o problema da emancipação humana iriam marcar profundamente sua obra.

Apesar de ter uma noção crítica e negativa de ideologia, Marx herda de De Tracy e dos iluministas uma confiança na ciência e na capacidade humana de explicar o mundo. Essa formulação pode ser expressa como um terceiro pressuposto do pensamento marxiano: a de que as ideologias podem ser explicadas pelo estudo científico da sociedade e da história e por ele devem ser substituídas.

No decurso do seu desenvolvimento intelectual, Marx havia descoberto que a anatomia do Estado Hegeliano deveria ser buscada na sociedade civil. Seu trabalho como jornalista o havia colocado em contato com diversas questões práticas que despertaram seu interesse nos assuntos econômicos. Seu encontro com a classe trabalhadora e sua resistência, na forma desagregada do socialismo utópico, havia o instigado a pensar no problema da emancipação humana e superação do horizonte limitado do pensamento burguês. Seu encontro com Engels, que já havia realizado uma crítica, ainda que modesta, do pensamento de alguns economistas políticos, abriu um vasto continente no pensamento de Marx.

Nos próximos anos, a produção intelectual de Marx seria prolífica, abrangendo trabalhos de filosofia, teoria social, história e economia. A luta política e os estudos seriam inseparáveis na vida do filósofo. Mas o estudo do edifício econômico do capital iria ocupar o resto da sua vida, num esforço hercúleo por entender e criticar a economia política da sua época. O resultado de vinte anos de estudo rigoroso seria publicado em 1866 sob o título *O Capital*. Esse trabalho de grande envergadura foi planejado para ser publicado em quatro Livros. O Livro primeiro é centrado no processo de produção, foi finalizado em 1866 e publicado em Hamburgo no ano seguinte. É o único livro publicado durante a vida do autor. Os cadernos de estudos indicados para o Livro II e III foram editados por Engels e publicados, respectivamente, em 1885 e 1894 (GORENDER, 2017).

Na próxima sessão iremos apresentar algumas das discussões presentes no Livro I d'O Capital, com o intuito de aproximar o leitor dos fundamentos desse modo de produção e as consequências do modo contraditório de funcionamento do capital para a classe trabalhadora. Acreditamos que essa discussão possa facilitar a compreensão dos problemas desse modo de sociabilidade para aqueles que vivem do trabalho (ANTUNES, 2006), e nos ajudar a entender o elemento fulcral dos discursos ideológicos: a ocultação da luta de classes.

2.3 Fundamentos do Modo de Produção Capitalista

Nas sociedades capitalistas a grande maioria dos seres sociais é convertida em trabalhadores, ou, nas palavras de Virgínia Fontes, “seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho” (FONTES, 2017, p. 46). Essa condição é comum a todos os trabalhadores, independente de sexo, gênero, raça, educação ou nacionalidade. Mas depende fundamentalmente de uma questão: a classe. A base do capitalismo se assenta numa relação social entre uma multidão de seres sociais que não dispõe de meios para subsistir e uma minoria que explora o trabalho alheio para a valorização do valor. Capital x Trabalho; sobre essa relação conflituosa ergue-se todo edifício do capitalismo. Mas como surgiu essa forma de relação social que está na base do capitalismo?

Na economia política, a questão da origem da divisão da sociedade entre trabalhadores e capitalistas recebe o nome de acumulação primitiva. Na sua análise desta questão, Marx (2017) afirma que a economia política de sua época supunha uma história idílica para explicar a origem das somas necessárias para iniciar o empreendimento capitalista. Há muito tempo atrás, contava-se, uma elite laboriosa e frugal havia, com muito empenho, acumulado vastas quantias de dinheiro, enquanto a malta de preguiçosos gastava tudo que tinha. Esse conto moral cumpre, na economia política o mesmo papel que o pecado original tinha na teologia. A acumulação primitiva explicaria porque a maior parte da humanidade foi condenada a eternamente não ter nada a vender exceto a si mesma, enquanto a riqueza de poucos aumenta continuamente, mesmo tendo deixado de trabalhar (MARX, 2017, p. 785).

A história real é muito mais perversa e menos edificante que a parábola da acumulação primitiva dos economistas políticos. Ela assumiu formas distintas nos diversos países em que ocorreu, e tem fases diferentes em épocas históricas diferentes. Na sua forma clássica, na Inglaterra, esse processo se deu através do roubo dos bens da igreja após a reforma protestante, da alienação fraudulenta da propriedade Estatal, do furto da propriedade comunal, da apropriação privada da propriedade clânica e feudal (MARX, 2017). Neste processo, tiveram papel de destaque a conquista, subjugação e a extrema violência. Como afirma Marx, “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017, p. 787). O resultado é a expropriação de camponeses da terra e o seu lançamento no mercado de trabalho como trabalhadores livres. Mediante sua expulsão, eles se tornam ‘livres’ em dois sentidos: são livres porque não são meios de produção de alguém - como

escravos e servos - e porque não possuem nenhum meio próprio de produção, são desvinculados da terra e de meios próprios de trabalho (MARX, 2017).

A produção capitalista pressupõe e reatualiza a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de subsistência e de produção. Isto é, a conversão dos produtores diretos em trabalhadores assalariados, dependentes do mercado de trabalho para a venda da sua força de trabalho e do mercado em geral para a satisfação das suas necessidades. A necessidade de subsistência, no capitalismo, torna-se um imperativo avassalador que impele os trabalhadores para o mercado de trabalho, para venderem sua força de trabalho sob quaisquer condições.

2.3.1 Trabalho e Força de Trabalho

Marx, na sua crítica da economia política, identificou que a terra e o trabalho são a fonte de toda a riqueza. Não nos deteremos aqui sobre a riqueza da terra, basta afirmar que muito poucos produtos naturais estão prontos para o consumo. Da água e comida que comemos, até o celular de última moda. Dos produtos mais básicos até a joia mais supérflua, tudo passa pela transformação do trabalho antes de poder ser usufruído. O trabalho, no entanto, assume formas muito diversas ao longo da história e é precisamente isto que diferencia os períodos históricos. Como afirma Marx, “o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”, estes indicam o grau de desenvolvimento da força de trabalho e as condições sociais nas quais esse trabalho é realizado. (MARX, 2017, p. 257). Mas o que é propriamente trabalho?

Trabalho é um processo de mediação dos homens e a natureza, por meio do qual, através da sua atividade, ele medeia o seu metabolismo com a natureza. Ao fazê-lo, põe em movimento a sua força corporal, seus braços, mãos, pernas e seu cérebro. E nesse processo, modifica a si mesmo, sua própria natureza. Através do trabalho as potências latentes da humanidade são desenvolvidas e a natureza é submetida ao controle humano (MARX, 2017). Há momentos que compõem o processo de trabalho simples: o trabalho propriamente dito, o seu objeto e os seus meios de trabalho. Os meios de trabalho são coisas ou um conjunto de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o seu objeto de trabalho. A criação de meios de trabalho é uma característica eminentemente humana. Não à toa somos conhecidos como animais que fabrica ferramentas. No processo de trabalho a atividade humana, com o auxílio de

meios de trabalho – ferramentas - transforma o seu objeto de trabalho de acordo com uma finalidade concebida previamente. O trabalho simples, desta forma, se incorpora no objeto, seu produto, através da sua atividade concreta.

Do ponto de vista do seu resultado, tanto os meios de trabalho como o objeto de trabalho aparecem como meios de produção, condições para o trabalho. E o trabalho aparece como produtivo, na medida em que produz valores de uso. Os valores de uso podem ter diferentes funções, e aparecer, desta forma, como matérias-primas, meios de trabalho ou produto final, dependendo da sua função no processo de trabalho. O que é o produto final de um trabalho, entra como matéria prima de outro, ou pode ser consumo pelo seu usuário final. Esse consumo, no entanto, pode ser dar de duas formas: consumo individual como meios de subsistência, ou em um novo processo de trabalho como meios de produção. O resultado do primeiro processo é a subsistência do trabalhador vivo, repondo sua força de trabalho. O produto do consumo individual é o próprio consumidor, o resultado do consumo produtivo, no entanto, é um produto distinto (MARX, 2017, p. 261)

No capitalismo essa atividade humana genérica transforma-se profundamente e recebe outras determinações. O trabalho simples, tomado da sua forma concreta de produção de valores de uso, continua a existir. Essa é a sua dimensão qualitativa. No entanto, a divisão social do trabalho em trabalhadores e capitalistas dá origem a uma outra forma de considerar o trabalho. O trabalho passa a ser considerado também pelo seu aspecto meramente quantitativo, como dispêndio de trabalho humano genérico, como trabalho abstrato. Essa transformação ocorre mediante a transformação da força de trabalho em uma mercadoria.

Mercadorias representam a existência molecular do capital. São, em primeiro lugar, valores de uso, objetos que satisfazem necessidades humanas. Mas além disso, são também um valor de troca, isto é, uma relação meramente quantitativa que indica a proporção na qual elas equivalem entre si. Marx identificou que o valor de troca pressupõe igualdade entre as mercadorias, algo que as torne comparáveis. Essa ‘substância’, não perceptível de forma empírica, mas que determina o valor de troca das mercadorias, é o valor. O que determina o valor é o trabalho humano abstrato, trabalho abstraído de concretude, considerado apenas como dispêndio de força humana em geral. Se trabalho é a atividade concreta, orientada por um fim. A força de trabalho, por sua vez, é a capacidade produtiva em potência. O que o trabalhador vende no mercado, portanto, não é o seu trabalho e sim força de trabalho.

A utilização da força de trabalho, no entanto, é o próprio trabalho. O seu consumo, envolve fazer com que o vendedor dessa força trabalhe. Desta forma, o trabalho se transforma

em ato, enquanto no momento da compra era apenas potência. O produto desse trabalho, no entanto, é propriedade do capitalista e não do produtor das mercadorias. O capitalista paga a força de trabalho por uma jornada, portanto, pode dispor da força de trabalho como queira durante esse tempo. Assim que o trabalhador ingressa na fábrica do capitalista, o uso do seu trabalho pertence ao capitalista. O uso da força de trabalho “incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto” e que pertencem igualmente ao capitalista (MARX, 2017, p. 262).

Para que o trabalho se incorpore em mercadorias é necessária a produção de valores de uso, coisas que sirvam a satisfação de alguma necessidade. A princípio o processo de trabalho não se modifica quando é subordinado ao capital. Na produção de mercadorias, no entanto, o objetivo do capitalista não é a produção de valores de uso em si. Em primeiro lugar, só se produz aquilo que tenha um valor de troca, destinado a venda, na forma mercadoria. Em segundo lugar, busca-se produzir mercadorias cujo valor seja maior que a soma dos valores utilizados na sua fabricação. Busca-se, portanto, produzir um mais-valor através do trabalho. Desta forma, por detrás a aparência de uma mera relação de trocas de mercadorias, se esconde uma relação social no qual uma classe social explora o trabalho de outra classe. Na próxima sessão nos deteremos na exposição de como ocorre essa extração de extração de sobretabalho e o segredo da acumulação capitalista.

2.3.2 A Produção do Mais-valor e o Segredo da Acumulação Capitalista

Marx demonstra, ao longo d’*O Capital* que a venda de mercadorias não é uma mera troca entre coisas, mas uma relação social. Toda mercadoria tem em comum o fato de ser o produto de um trabalho humano. Seja ela um produto final acabado ou uma mera matéria prima para trabalhos subsequentes. Há, no entanto, uma mercadoria especial que consegue produzir um valor maior do que ela própria vale: a força de trabalho.

O valor das coisas é determinado, em última instância, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua fabricação. Isso envolve não somente o tempo de trabalho envolvido no produto, mas também aquele que foi dispendido na fabricação das matérias primas e na maquinaria, na proporção em estas participam no produto final. Ou seja, se na produção de valores de uso os trabalhos concretos importam pela sua qualidade, isto é, sua capacidade de criar os mais diversos tipos de produtos por processos variados. O mesmo processo de trabalho,

no entanto, tomado do ponto de vista da produção de valor, é observado apenas no seu aspecto quantitativo, como trabalho abstrato.

Diferentes fatores do processo produtivo participam de modo diferente na formação dos produtos. O trabalho tem a característica especial de conservar o valor existente nas matérias primas e adicionar valor aos produtos, através do seu uso, do dispêndio de determinado tempo de trabalho, independente da sua forma concreta. A parte do capital adiantado que compra a força de trabalho, recebe o nome de **capital variável**. Os meios de trabalho, por outro lado, aparecem novamente no valor dos produtos. Isto é, o valor das matérias primas e de parcela dos meios de produção são transferidos para as mercadorias. Essa parte do capital é chamada de **capital constante**. A parte que compra força de trabalho vira trabalho em ato, transformando a matéria-prima em produtos, utilizando o maquinário disponível. Os mesmos componentes do processo de trabalho, que, do ponto de vista do processo de trabalho, se dividem entre meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de valorização, são capital constante e variável.

Uma vez que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, o mesmo é válido para mercadoria força de trabalho. No entanto, na medida em que são seres vivos, a produção da força de trabalho consiste na sua própria manutenção e reprodução. Isto é, na subsistência dos trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias. Desta forma o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção do seu possuidor. Esse valor, no entanto, é também histórico, isto é, varia de acordo com o grau de cultura de determinado país, com os costumes e exigências de vida da população trabalhadora de dado local. Em qualquer momento, no entanto, a média desses meios de subsistência em dado país é valor determinado.

Em uma jornada de trabalho, há sempre uma quantidade de tempo de trabalho em que o trabalhador trabalha para produzir o equivalente ao valor da sua força de trabalho. Esse período denomina-se **trabalho necessário**. Por outro lado, há um excedente de tempo em que, já tendo trabalhado o tempo necessário para sua reprodução, o trabalhador trabalha para o capitalista sem receber nada em troca. Esse tempo que é roubado do trabalhador, é denominado **trabalho excedente**. A jornada de trabalho, no entanto, é uma só. Não é visível essa separação entre os tempos que correspondem ao salário e que não possuem contrapartida. Enquanto na servidão, por exemplo, a extração de trabalho excedente era transparente – o trabalhador sabia que, por lei e costume, tinha que trabalhar tantos dias nas terras do senhor feudal – no capitalismo essa distinção fica oculta sob a forma mercadoria. Isto é, na quantidade de

mercadorias produzidas numa jornada, está contido o valor adicionado na jornada inteira, indistintamente.

A divisão entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, expressa uma proporção entre esses tempos e traduz a taxa de exploração. O capital, no seu afã por lucros, busca sempre aumentar a exploração para produzir mais, e ganhar uma vantagem competitiva. Uma forma de fazê-lo é prolongar a jornada de trabalho ou aumentar a sua intensidade. Se o trabalhador trabalhar mais tempo, mantendo-se inalterado o tempo de trabalho necessário, todo montante de trabalho realizado a mais, será trabalho excedente, o que aumenta a extração de mais-valia. Essa forma de mais-valia é denominada **mais valia absoluta**.

Há, no entanto outra forma de ampliar a taxa de mais-valia, sem aumentar a intensidade ou o tempo de trabalho: o barateamento do valor da força de trabalho. Na medida em que o tempo de trabalho necessário equivale ao valor dos meios de subsistência do trabalhador, o barateamento dessas mercadorias implica na diminuição desta parte da jornada de trabalho e um conseqüente aumento da parte excedente. Modifica-se, portanto, a proporção entre as partes da jornada. O mais-valor decorrente da redução do trabalho necessário e da correspondente modificação na proporção entre as partes da jornada de trabalho chama-se **mais valor-relativo** (MARX, 2017). Ele decorre de um movimento intrínseco do capitalismo: o avanço das forças produtivas motivado pela concorrência.

Para haver um barateamento do valor da força de trabalho, no entanto, é preciso que ocorra um aumento da força produtiva nos ramos da indústria cujos produtos determinam o valor da força de trabalho. Isto é, dos ramos cujos produtos fazem parte dos meios habituais de subsistência do trabalhador. É preciso ressaltar, no entanto, que o valor das matérias primas e da maquinaria também aparece no valor final da mercadoria, de forma proporcional ao seu uso. Desta forma, o barateamento dos meios de produção utilizados na fabricação de meios de subsistência, também influi no valor da força de trabalho.

O processo geral, portanto, é coletivo. O barateamento das mercadorias influi no valor da força de trabalho apenas na proporção em que elas participam na reprodução da força de trabalho. Se há um barateamento no valor de camisetas, por exemplo, o seu barateamento implica apenas na redução do gasto do trabalhador com camisetas. Os meios de subsistência do trabalhador são muito diversos, cada produto é feito por uma indústria distinta. De forma que o

barateamento do valor da força de trabalho mediante mais valia relativa é produto do desenvolvimento geral, e da alteração da composição técnica de diversos ramos.

2.3.3 A Lei Geral da Acumulação Capitalista

A transformação de uma quantidade dada de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento que o valor precisa realizar para se transformar em capital. Isso ocorre na circulação de mercadorias. A segunda etapa do processo ocorre na produção propriamente dita, na qual uma quantidade de trabalho não pago é cristalizado nas mercadorias, à medida que o trabalho é realizado. A massa de mercadorias produzidas contém em si mesma a massa do valor adiantado pelo capitalista, e um mais-valor. As mercadorias precisam ser postas novamente em circulação a fim de ser convertidas em dinheiro, mediante a venda, em seguida esse dinheiro é reconvertido em capital e assim por diante. O ciclo percorre sempre as mesmas fases em sucessão constitui o que é chamado circulação do capital (MARX, 2017).

Como afirmamos no início, a produção capitalista é também a reprodução das condições iniciais dadas, isto é, a separação dos trabalhadores dos meios de produção. A cada ciclo de produção, o valor adiantado em elementos de produção e trabalho é convertido em mercadorias e, se ocorrer a venda, é recuperado com um acréscimo. Desta forma, o mais-valor produzido pelo trabalhador aparece como uma renda do capitalista. Se a renda é gasta com a mesma velocidade com que é obtida, temos a reprodução simples. O mesmo ciclo recomeça com o mesmo tamanho e proporção que iniciou, e a exploração do trabalho garantiu o sustento do capitalista. Além disso, o capitalista recebe todo o capital de volta e paga o trabalhador somente depois de o receber. O trabalhador, por conseguinte, produziu o capital que lhe será adiantado, capital variável, que aparece para ele como salário.

O processo de produção é, portanto, ao mesmo tempo, consumo da força de trabalho. E ele produz não somente mercadorias, mas também capital, ou, em outras palavras um “(...) valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que comprem pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores” (MARX, 2017, p. 645). O trabalhador produz continuamente riqueza na forma de capital que o domina e explora. O capitalista, por sua vez, produz continuamente força de trabalho, na medida em que o consumo de ‘suas’ mercadorias é fonte de subsistência dos trabalhadores. Mas essa força de trabalho mantém-se separada dos meios de produção e em dependência do capital, o produto do seu trabalho.

Consideramos, anteriormente, apenas a reprodução simples do capital, na qual o mais-valor é utilizado como renda. Caso essa quantia a mais seja reconvertida em capital, temos o

que se chama de acumulação de capital. Só é possível fazer isso convertendo novamente esse valor a mais em meios de produção e força de trabalho. Tem-se assim um processo de reprodução do capital em escala ampliada. Esse processo tem consequências importantes para a classe trabalhadora, como a tendência para redução dos custos gastos com a força de trabalho que trataremos mais adiante. Antes de chegarmos a esse ponto, no entanto, é necessário discutirmos a composição do capital.

Sob o aspecto do valor, já discutimos que o capital se divide em variável e constante. A proporção entre essas duas partes pode ser expressa em uma razão, e revela o que Marx denomina de composição do valor (Marx, 2017, p. 689). Outra forma de analisar essa questão é a partir da proporção entre a massa dos meios de produção - matérias primas e máquinas - e a quantidade de trabalho que precisa ser empregada para transformá-la em produtos. Marx denomina essa razão de composição técnica do capital. Ambas estão relacionadas, embora sejam diferentes. Essa relação é chamada de composição orgânica do capital, ou composição do capital.

A produtividade do trabalho é uma medida que expressa o volume dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto em dado tempo, utilizando a mesma tensão da sua força de trabalho. Quanto maior a produtividade do trabalho, maior a massa de meios de produção que ele opera. O aumento da produtividade do trabalho, portanto, implica na diminuição da proporção entre os meios de produção que são movimentados e a quantidade de trabalhadores utilizados. Essa mudança na composição técnica se reflete também na composição de valor, isto é, na proporção entre as partes constantes e variáveis do capital. Isso quer dizer que, na medida em que a acumulação de capital aumenta, passa a empregar um número relativamente menor de trabalhadores. Ainda que em termos absolutos eles possam ser maiores. Ou seja, na medida em que os capitais crescem sua composição orgânica aumenta e passa a ser necessária uma massa de capitais muito maior para empregar o mesmo número de trabalhadores.

Desta forma, o capital vai produzindo continuamente uma população que excede as suas necessidades de trabalho. Mas voltaremos a isto logo mais. Há, ainda, dois processos que aumentam a velocidade em que os capitais individuais aumentam. Uma vez que a acumulação de capital é também reprodução do capital em escala ampliada, o seu aumento implica na **concentração** de capitais nas mãos de muitos capitalistas individuais. Esse crescimento, no

entanto, é limitado ao crescimento da riqueza social. Por outro lado, nem todos os capitais adicionais são investidos no mesmo ramo, ou na mesma indústria, de forma que há uma contratendência a esta, que aparece na dispersão dos capitais em novos ramos produtivos. Essa repulsão, no entanto, é contraposta por uma força de atração, derivada da concorrência: trata-se da **centralização** de capitais.

A centralização ocorre na medida em que os capitais já constituídos são apropriados por outros capitais, mediante fusões, aquisições, sociedades de ações, entre outras. Esse processo difere do primeiro, por não envolver o crescimento da riqueza social acumulada, mas somente sua redistribuição. Pelo contrário, em momentos de crise, ou seja, de queda ou freio na acumulação, muitas empresas menores não vencem a concorrência. Os capitais maiores derrotam os menores e os incorporam, embora uma parte dos capitais se perca no processo.

A luta concorrencial no capitalismo é dada através do barateamento das mercadorias na busca de obtenção de lucros extraordinários. O barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, o que depende da escala da produção. A expansão do capitalismo aumenta os níveis mínimos de capital necessários para criar um negócio em condições normais. Capitais menores buscam, portanto, nichos de mercado onde a grande indústria ainda não se apoderou. Essa luta concorrencial entre capitais termina com a ruína dos menores e sua incorporação pelos maiores. A extensão dos estabelecimentos industriais leva a uma transformação progressiva dos processos de produção, e uma cooperação cada vez maior e cada vez mais ordenada pela ciência.

A centralização é um processo mais rápido do que a concentração, e constitui uma alavanca para a acumulação de capital. Esse processo se retroalimenta: enquanto a centralização acelera a concentração de capital, permite o surgimento mais rápido de revoluções na composição técnica do capital. Esse processo leva a um aumento da parte constante em relação à parte variável, o que reduz as demandas de força de trabalho. Os capitais novos servem preferencialmente para a exploração de novos inventos, técnicas ou descobertas. No entanto, eventualmente, os capitais velhos também se renovam completamente, trocando a maquinaria por versões mais desenvolvidas e passando a repelir, com a sua nova composição, os trabalhadores outrora ocupados.

Desta forma, a acumulação capitalista produz, em quantidade proporcional a seu volume, uma população trabalhadora adicional, excedente, que é excessiva para as necessidades de valorização. Essa é chamada de **superpopulação relativa**. O fato de ser excedente, não quer dizer que ela não tenha uma função. Pelo contrário, ela constitui o que Marx denomina “exército

industrial de reserva” (Marx, 2017, p. 707). Um contingente populacional sempre disponível para ser explorado, na medida em que a expansão dos ciclos econômicos demande. A superpopulação, portanto, provê as massas de trabalhadores necessárias para expansão do capital, impedindo que haja estrangulamentos, ou que haja uma subida muito grande no valor dos salários, em decorrência do aumento da demanda por força de trabalho.

A produção dessa população excedente, portanto, é uma condição vital para o capitalismo. Ela exerce, além disso, uma importante pressão sobre os trabalhadores empregados, fazendo com que aceitem condições de trabalho piores, níveis de exploração maiores, e salários mais baixos, na medida em que o flagelo do desemprego está sempre à espreita. Este movimento retroalimenta o problema, na medida em que uma exploração mais intensiva dos trabalhadores já contratados implica em menor demanda de novos trabalhadores. Ou, nas palavras de Marx:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2017, p. 711).

Esse movimento regula os salários da classe trabalhadora para baixo, em direta relação com o aumento ou diminuição da atividade dos ciclos industriais. Nos períodos de estagnação, o exército de reserva pressiona os ativos para aceitarem suas condições de trabalho. Nos períodos de expansão, ele barra suas pretensões por melhores salários. Sobre esse ponto, Marx sintetiza que a superpopulação relativa é “o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho” (Marx, 2017, p. 715).

A superpopulação relativa, no entanto, não é homogênea. Ela assume três formas diferentes: flutuante, latente e estagnada. Na população urbana, industrial, os trabalhadores são ora atraídos ora repelidos em relação a escala de produção e os ciclos industriais. Esta é chamada de superpopulação flutuante. Do ponto de vista educacional, tende a possuir as características técnicas e atitudinais adequadas ao processo produtivo, por estar ainda próxima do exército ativo. Sua principal característica é justamente a flutuação, ou seja, a forma de

desemprego que experimenta, de forma geral, é passageira, embora exista sempre o risco de estagnação.

À medida que a produção capitalista também se apodera da agricultura e da produção do campo, ocorrem modificações técnicas nesses ramos. Quando isso ocorre, a população rural vai se tornando supranumerária. Uma parte da população rural, portanto, encontra-se sempre em vias de se transferir para o proletariado urbano, isto é, ser expropriada da terra e ingressar o exército de trabalhadores industriais. Essa é a chamada superpopulação latente. A problemática da migração do campo está atrelada a esta dinâmica.

Uma terceira forma de aparecimento da superpopulação relativa é a forma estagnada. Ela é composta por parte do exército ativo de trabalhadores, mas que ocupa os piores postos de trabalho, de forma que a irregularidade é a sua marca maior. Há ainda, um sedimento mais baixo da superpopulação relativa, que habita o pauperismo, ou a pobreza.

Conforme vimos, a acumulação capitalista produz continuamente uma população excedente em relação às suas necessidades, que precisa a todo custo vender sua força de trabalho, mas é impossibilitada de o fazer por insuficiência de demanda. Essa realidade dramática é uma das causas da chamada questão social, que irrompe de tempos em tempos na forma da violência social, insurgências populares, revoltas, ocupações, e toda sorte de manifestações que trazem reflexos para educação, direito, moral.

O segredo do modo de produção capitalista, que os economistas políticos que Marx analisou tentavam a todo custo ocultar, diz respeito, portanto, não a uma questão meramente econômica, mas, sobretudo política. Refere-se a relações sociais e de poder entre operários e capitalistas, que fazem com que uns tenham somente a vender a sua força de trabalho e outros tenham meios de produção e capital.

Essa disposição tem um corolário, como nos aponta Ellen Wood (2003): a disposição de poder entre capitalista e trabalhador tem como pré-condição a configuração política do conjunto societário e o equilíbrio de forças entre as classes em disputa e o Estado, que tornam possível a manutenção da propriedade privada por parte do capitalista, bem como seu controle sobre a produção e a apropriação. Isto é, o segredo último da acumulação capitalista é político. O capital é uma relação social de produção e as categorias econômicas expressam relações sociais determinadas. Daí a necessidade de se ocultar, através de mecanismos ideológicos, a cisão da sociedade em classes.

2.4 Ideologia e Classes Sociais

Como vimos, na nascente sociedade capitalista que se formava após a dissolução do sistema feudal, a burguesia passa a monopolizar todas as formas economicamente significativas de propriedade, impedindo o acesso dos proletários aos meios de produção para a sua existência. Reduzidos a posse apenas de si mesmos e de sua força de trabalho, os trabalhadores resistem de diversas formas à dominação e escravização pelo trabalho assalariado. Durante as expropriações inglesas, uma parte daqueles que foram expulsos do campo não conseguia ser absorvida em velocidade suficiente pela nascente indústria. Outra parte não conseguia se adaptar à disciplina da fábrica, e convertia-se de forma massiva à mendicância, roubo e vagabundagem (MARX, 2017). Uma série de leis surgiram, desde o final do século XV, buscando forçar essa massa de trabalhadores a servir à indústria.

A ideologia da época tratava a situação dos camponeses expropriados como culpados pela sua própria condição. As legislações que se seguiram para lidar com o problema faziam um recorte moral: a indolência, a preguiça e falta de boa vontade eram elegidos como causas da vadiagem e do pauperismo. A solução dada na época era a proscrição de certos comportamentos, e a criação de leis que puniam com castigos físicos, mutilações e até mesmo a morte àqueles que não trabalhavam. Os estatutos da vadiagem tinham caráter eminentemente educativo: através da violência do sistema penal, procuravam inculcar os valores necessários à sociabilidade da época. Como afirma Marx:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não tem nada a vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obriga-las a se venderem voluntariamente. No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como se leis naturais e evidentes por si mesmas (MARX, 2017, p. 808).

O Estado capitalista, portanto, atuava nessa época para expropriar os trabalhadores, subjuga-los e os adaptar para o trabalho fabril. Além disso, uma série de leis foram promulgadas para prevenir a formação de coalizações e sindicatos, e impedir o aumento do valor da força de trabalho em períodos de escassez de mão de obra. Do século XIV até 1825, na Inglaterra, a formação de coalização de trabalhadores era considerada crime hediondo. Somente após a organização dos trabalhadores que essas legislações foram derrubadas. Mesmo assim, por muito

tempo, outras legislações sobre ‘conspiração’ continuaram as ser utilizadas contra os trabalhadores buscando frear a sua associação (MARX, 2017).

Em 1846, no seu acerto de contas com os hegelianos de esquerda, Marx e Engels já denunciavam o caráter classista do Estado. Em uma síntese hoje famosa, afirmavam que as “ideias da classe dominante, são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Isto não quer dizer, todavia, que isso ocorra de forma mecânica. A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual também se expressa no interior das classes dominantes. Uma parte das pessoas se destaca como pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, que criam conceitos, e fazem “da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 48). E podemos acrescentar: uma parte da ação das classes dominantes é cooptar membros da classe antagonica, transformando-os em instrumentos intelectuais da sua dominação.

Uma nova faceta é acrescentada ao conceito: ideologia são ideias que emergem de relações de produção dadas e que expressam os *interesses da classe dominante*, os representando de forma ilusória. Deste modo, as ideias que fazem parte da ideologia não são quaisquer ideias, mas as que articulam os interesses e ambições de grupos sociais dominantes, em uma luta por manter sua posição de dominação. Isto é, essas ideias não representam acuradamente a realidade porque mascaram os interesses subjacentes que determinam a sua produção, a sua parcialidade para com uma classe em particular.

Essa afirmação só se tornou possível a partir da análise das lutas empreendidas pela burguesia nascente contra a aristocracia e o sistema feudal. Com o acirramento desses conflitos, em especial a partir dos acontecimentos da Revolução Francesa, os embates sociais entre classes antagonicas ficaram mais nítidos e mais dramáticos. Estes desenvolvimentos tornaram possível a descoberta de que a luta entre classes é o motor da história. No prefácio do *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Engels sintetiza que:

Fora precisamente Marx quem primeiro descobrira a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão, mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de sua produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente. (...) (MARX, 1997, p. 18).

Uma das formas como o conflito de classes aparece, portanto, são nas formações ideológicas. No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, com uma análise enriquecida por seus longos estudos da economia política burguesa, Marx apresenta uma acepção e ideologia ligeiramente modificada. Em uma passagem que iria suscitar toda sorte de polêmicas, afirma que:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção -que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, **as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim**. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. E preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (...) (MARX, 2008, p. 48, sem grifos no original)

Essa maneira de entender as ideologias tem como pressuposto a existência de dois diferentes níveis de análise: 1) as forças produtivas propriamente ditas formam uma base econômica. 2) as formas políticas, jurídicas, filosóficas, entre outras, formam uma superestrutura. A relação entre esses dois níveis é polêmica e suscita toda sorte de perguntas. A relação entre ambos é unidirecional ou bidirecional? É possível, no nível concreto, separar esses dois níveis? Como pensar numa base material sem as suas formas jurídico-políticas que lhe dão estrutura? O pensador Antônio Gramsci trouxe contribuições importantes para responder essas questões, que trataremos na próxima sessão.

2.4.1 Ideologia em Gramsci

Antônio Gramsci (1891-1937) é autor de uma obra diversa e multifacetada. Gramsci aderiu ao partido socialista italiano em 1913, permanecendo nele por cinco anos. Em 1919 rompe com o partido e forma um novo grupo, unido à ala mais à esquerda do partido, que se

organizam em torno do jornal *Ordine Nuovo* e do movimento de fábrica em Turim. Em 1921 é formado o partido comunista italiano, do qual Gramsci foi cofundador. De 1924 a 1926 foi secretário geral do partido e parlamentar italiano. Foi preso e condenado a 20 anos de prisão por um tribunal especial fascista. É nesse período que escreve a parte mais conhecida da sua obra, um conjunto de cadernos de estudos escrito na prisão.

As condições de vida na prisão imprimiram aos seus textos características muito próprias. Sua condição de saúde sempre foi muito frágil e piorou durante o cárcere. Além disso, seus textos estavam sujeitos à censura, de forma que ele teve que desenvolver estratégias para burlar tais expedientes. A sua obra, além disso, nunca fora pensada para a publicação. O conjunto de cadernos que ficou conhecido como Cadernos do Cárcere foi escrito em diferentes épocas, tratando sobre variados temas, como parte de um programa de estudos elaborado por ele próprio e reformulado diversas vezes. Além disso, uma extensa correspondência também foi trazida a público após a sua morte. Estas condições objetivas de vida imprimiram um caráter relativamente fragmentado e aberto aos seus textos, o que engendrou uma grande diversidade de interpretações (BARRET, 1996).

Quanto à questão de ideologia, o arcabouço conceitual gramsciano nos fornece diversos níveis de análise sobre as complexas relações entre ideologias, classes sociais e a luta pela direção política, social e cultural dentro de sociedades marcadas pela cisão entre classes sociais antagônicas. Gramsci argumentava que umas das dificuldades na análise das ideologias é o a palavra ideologia seja aplicada tanto para designar superestruturas que são necessárias a determinada estrutura, quanto para nomear as elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. Para o autor sardo, é preciso distinguir entre as ideologias historicamente orgânicas, necessárias, e as ideologias arbitrárias, racionalizadoras ou desejadas. Aquelas que são historicamente necessárias organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens adquirem consciência de sua posição e lutam para superá-las. As arbitrárias, ao contrário, não criam nada além de movimentos individuais, ou polémicas (GRAMSCI, 2004, p. 237).

Gramsci criticou o uso meramente negativo de ideologia, que a considerava mera aparência. Da mesma forma, criticava posições de certo marxismo vulgar, que extraíam da discussão sobre a relação base e estrutura um determinismo exacerbado de um sobre o outro. Em Gramsci, ao contrário, o sentido dado à ideologia é muito mais ‘positivo’ e operante. As ideologias historicamente orgânicas possuem uma validade psicológica, elas “criam o terreno onde os homens se movem, adquirem consciência da sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI,

2004, p. 237). Gramsci, por não ter tido acesso a Ideologia Alemã, tende a empregar o termo ideologia, portanto, numa acepção mais próxima aquela encontrada no prefácio da *Crítica da Economia Política* (MARX, 2008). Isto é, ideologia não é somente uma ilusão ou representação falsa da realidade, mas também a forma como as forças sociais em luta tornam-se conscientes do conflito. As forças materiais podem ser vistas como o conteúdo, e as ideologias a sua forma. Embora essa distinção seja apenas didática, já que as forças materiais sem forma não seriam nem concebíveis e as ideologias, sem as forças materiais que as materializam, seriam meramente fantasias individuais (GRAMSCI, 2004, p. 238).

Gramsci faz uma crítica ao preconceito muito arraigado que atribui à atividade intelectual a uma categoria restrita de profissionais do saber. Ao contrário, afirmava que todos os homens são filósofos, isto é, produzem e compartilham certa concepção de mundo. Há, no entanto, características peculiares dessa filosofia espontânea que todos compartilham e o autor sardo se dedica a apontar seus limites. Nela está contida em primeiro lugar a própria linguagem que, longe de ser vazia de conteúdo, é formada por um conjunto de noções e conceitos determinados que trazem implicações políticas. Em segundo lugar, no senso comum e no bom senso, que são as concepções de vida e de homem mais difundidas. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação no senso comum, é assim que sabemos que tem efetividade histórica. O senso comum se transforma, sendo continuamente enriquecido com noções científicas e filosóficas que viram costume. Ele é o folclore da filosofia, isto é, ocupa um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito e a filosofia e a ciência. O senso comum de hoje, por sua vez, cria o folclore de amanhã, que é uma fase mais enrijecida dos conhecimentos populares (GRAMSCI, 2001a, p. 209).

Após determinar que todos são filósofos, ainda que espontânea e inconscientemente, e que a através da linguagem participamos de uma determinada concepção de mundo, parte-se para um segundo momento, que é a crítica da consciência. Isto é, abre-se a possibilidade de elaboração de uma concepção própria do mundo, de maneira consciente e ativa. Ou, nas palavras de Gramsci:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional

e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise. (GRAMSCI, 2004, p. 94)

Gramsci identifica a existência de diversas formas de consciência, que vão das mais heterogêneas e desagregadas a formas organizadas e coerentes de pensamento. Ao participar de determinada formação social, expressamos os elementos sociais que nos formaram. Somos todos, portanto, homens-massa, conformistas de algum conformismo. Esse pensamento se expressa no senso comum, uma massa desagregada de elementos novos e antigos, dos princípios da ciência mais moderna aos preconceitos de todo tipo. Toda a filosofia deixa para trás um depósito de “senso comum” e é desta forma que sabemos que ela tem efetividade histórica. Há entre esses três níveis uma relação conflituosa, e nem as relações dos sujeitos consigo mesmo são coerentes. Formas de pensar filosóficas e rigorosas de um pensador podem estar em contradição com formas de agir que são determinadas pelo ‘senso comum’.

Barret (1996) afirma que não está claro na obra gramsciana se esses três níveis da filosofia seriam propriamente ideológicos. Muitos partem dessa premissa, fazendo um uso impressionista do conceito. No entanto, a mesma autora salienta que o peso explicativo, na obra de Gramsci, é retirado da noção de ideologia e apoiado na noção de hegemonia. Essa palavra remete aos debates sobre a necessidade da influência persuasiva do proletariado sobre o campesinato, na ocasião das lutas pré-revolucionárias na Rússia. Em Gramsci, no entanto, o conceito vira o centro organizador da relação entre política e ideologia.

2.4.2 Hegemonia

Se as ideologias são as visões de mundo, orgânicas ou arbitrárias, a hegemonia diz respeito à construção social dessa visão de mundo. Para isso é necessário, em primeiro lugar, à elaboração de uma visão de mundo própria, autônoma (seja de uma classe dominante ou subalterna); em seguida há a necessidade de realização de uma reforma intelectual e moral da

sociedade que eleve os estratos deprimidos da sociedade, crie um terreno para o desenvolvimento de uma força de vontade coletiva nacional-popular em direção à realização de uma forma superior de civilização; por fim, a capacidade dessa classe de disputar politicamente essa visão, elaborar lutas a partir das quais ela possa mobilizar vontades ao redor do seu projeto, fazer alianças, definir políticas, entre outros (GRAMSCI, 1980).

As preocupações de Gramsci têm como horizonte a superação dos limites dessa ordem social por parte das classes subalternas. Não obstante, uma fonte inesgotável de inspiração adveio da análise das estratégias utilizadas pela burguesia nascente contra a aristocracia reinante para subverter a ordem social e alçar a posição dominante na ocasião das primeiras revoluções burguesas. A difusão das ideias iluministas no século que antecedeu essas revoluções preparou as bases sociais em direção a uma grande transformação social. À medida que saiu vitoriosa e adquiriu dominância, sua posição mudou: de força social revolucionária a burguesia se converteu em força conservadora. Em um primeiro momento essa defesa se deu a partir da difusão da ideologia liberal, fundada nos princípios da individualidade e do livre mercado. O Estado era concebido como ente garantidor dessa nova ordem social, e havia limitados canais de diálogo e abertura para negociações. Na maior parte dos países da Europa, berço das revoluções burguesas, o voto era censitário e restrito aos proprietários homens e o Estado era profundamente autoritário na manutenção da propriedade. Não haviam ainda direitos sociais, e mesmo os direitos individuais ainda eram limitados durante boa parte do século XIX.

É esse o ambiente em que Marx formula sua concepção de Estado e a sua concepção de ideologia. No entanto, mais de sessenta anos separam as reflexões gramscianas daquelas do fundador do materialismo histórico-dialético. A tradição que se seguiu ao pensamento de Marx, identificava a sociedade civil com o campo da produção econômica, da estrutura. O Estado, por sua vez, como um produto superestrutural dessas relações de produção na base material. Gramsci opera uma ampliação do conceito de Estado, para dar conta de uma série de novos fenômenos políticos surgiram no ocidente no começo do século XX. É neste momento que ocorre um processo intenso de socialização da política, a partir do surgimento de organizações de massa que alteraram a relação entre sociedade civil e sociedade política (SIMIONATTO e COSTA, 2014).

No conceito ampliado de Estado são incorporados elementos que remetiam a sociedade civil na tradição anterior. Por Estado passa-se a compreender, portanto, tanto o

aparelho de governo quanto os aparelhos ditos privados de hegemonia. (GRAMSCI, 2002: p. 244-255). Visto desta forma integral, os Estados democráticos liberais são uma fusão de coerção e consenso com vistas a garantir o domínio de um grupo social, uma classe, sobre outro.

O Estado burguês, além disto, é um estado eminentemente educador. Como demonstramos ao longo do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo, isto pode ser dar de diversas formas. Pela expulsão dos camponeses da terra o processo civilizatório capitalista ‘libertou’ os camponeses da servidão feudal. Essa massa de trabalhadores livres foi disciplinada durante séculos pelo trabalho fabril e por leis draconianas que puniam o não labor. Desta forma, à fogo e sangue, os trabalhadores foram forjados nos valores da sociedade burguesa. Ao longo dos séculos XIX e XX, à medida em que as lutas sociais dos trabalhadores vão avançando, aos métodos coercitivos são incorporadas cada vez mais estratégias pautadas no convencimento e na persuasão, sem jamais abrir mão da violência e truculência originais. Lei e ordem, argumentos e convencimento são duas formas de manifestação que acompanham o desenvolvimento do Estado.

Da constatação de que a relação entre Estado e sociedade civil se produz historicamente decorre, como desdobramento metodológico para esse trabalho, a necessidade examinar concretamente como se dá essa relação em cada época. A hegemonia, além disso, é direção intelectual e comportamental, buscando conquistar uma base social de apoio para manter certo consenso. Essa hegemonia implica, portanto, não somente a subordinação de outros grupos sociais à força político-econômica dos grupos dominantes, mas também sua subordinação no campo cultural e das ideias. A difusão de ideologias advém de uma rede articulada de instituições que operam como “aparelhos privados de hegemonia”. Escolas, igrejas, organismos multilaterais, partidos políticos, entidades empresariais, meios de comunicação, e associações com diversos interesses produzem e reproduzem visões de mundo que formam um emaranhado de ideologias que se modificam historicamente.

2.4.3 Revolução Passiva

Um exemplo analisado por Gramsci (2001) é a ideologia do americanismo e do fordismo. No caderno 22, Gramsci redige uma série de notas dedicadas a análise de questões relacionadas à organização do trabalho, onde discute os efeitos da aplicação das teorias de Taylor na indústria fordista dos Estados Unidos da América buscando uma reorganização científica do trabalho. O autor trata nessa análise de aspectos históricos e políticos que tornaram possível as experiências de Henry Ford até a sua conformação como uma ideologia, o

americanismo. Sob esse conceito o autor reúne uma série de medidas que buscam a adaptação psicofísica do trabalhador aos novos pressupostos do trabalho e a reorganização da sociedade, sob hegemonia da fábrica, assim como os esforços empenhados na adesão voluntária e na coerção dos trabalhadores.

Um dos conceitos centrais na análise do *Americanismo e Fordismo* é o de revolução passiva. No texto, o termo é utilizado de duas maneiras diferentes. Num primeiro momento Gramsci toma esse conceito emprestado de Vincenzo Cuoco, que o usava para definir o período de contragolpe vivido na Itália após as guerras napoleônicas. Gramsci, no entanto, considera que o conceito permaneceria exato não somente para a Itália daquele período, mas também para outros países que modernizaram seus aparelhos de Estado através de reformas e guerras nacionais, sem, contudo, passarem por revoluções de tipo radical-jacobinas. Partindo dessa definição o autor investiga outras conformações sociais embora mantenha sua análise ancorada neste fato histórico.

Enquanto o objeto da primeira reflexão era a formação dos Estados Burgueses de forma diversa da jacobina, Gramsci também utiliza o conceito para se referir ao choque entre burguesia e proletariado, como o caso do fascismo na Itália e do americanismo nos Estados Unidos. Uma revolução passiva tem como característica dois momentos: o da “restauração”, isto é, a uma reação conservadora que visa barrar qualquer tentativa dos subalternos de transformação radical e um momento de “renovação”, isto é, momento em que as demandas dos setores populares são parcialmente satisfeitas pela mesma camada dominante através de “concessões”.

É desta maneira que o autor interpreta toda uma época histórica, o *Risorgimento* Italiano, pela qual as novas classes dominantes, formadas através de compromissos de segmentos da burguesia com as velhas camadas de grandes proprietários de terra introduzem pelo alto, através de reformas do aparelho de Estado, muitas das conquistas da revolução francesa. Ou seja, o liberalismo se consolida e expande sem participação popular e em aberta oposição à participação política das massas.

Um segundo momento dessa análise é após a revolução de outubro na Rússia, na qual as classes burguesas, buscando neutralizar as massas operárias e impedir um contágio “vermelho”, cedem algumas demandas das classes trabalhadoras como a inserção de alguns elementos de uma economia programática. Esse momento pode ser visto tanto no americanismo

quanto no fascismo, com a inserção maior do Estado na economia através de políticas como o *New Deal*. Esse modelo de revolução passiva vai adquirir posteriormente sua culminância no Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*.

Não se pode perder de vista o caráter dialético dessas mudanças. No caso das revoluções passivas, os movimentos populares são de forma geral desorganizados e esporádicos. Desta forma, não podem impor sua vontade e forçar uma revolução de tipo jacobino. No entanto, essa organização, ainda que escassa, é suficientemente forte ao ponto de impor algumas de suas demandas à classe dominante. A reação conservadora embora busque preservar aspectos da ordem anterior cede parte das reivindicações populares. Ao mesmo tempo em que mantém o domínio, as modificações introduzidas abrem espaço para que novas modificações surjam, numa dialética conservação-modernização (COUTINHO, 2012. p. 120).

A expansão dos partidos socialdemocratas de massa, a implementação de regulações nas relações de trabalho e a conquista de uma ampla gama de direitos sociais principalmente na Europa Ocidental são exemplos desse movimento de incorporação de demandas populares por meio do qual se busca-se garantir o consenso. O Americanismo e Fordismo, para Gramsci, implicavam uma nova forma de organização social, fundada numa relação orgânica entre o Estado, sociedade civil e modo de produção, na qual a hegemonia era baseada nas forças de produção, na fábrica. Essa nova forma de organização implica uma unidade entre base e superestrutura, um relacionamento recíproco das esferas política, ética e ideológica com a esfera econômica, que cimenta a construção de um bloco histórico.

De forma geral, o conceito de bloco histórico se refere a situações em que há uma grande congruência entre três relações de força. O nível material, ou estrutural das forças de produção; as forças políticas, isso é, a forma com que se dá o relacionamento entre as classes e a sua consciência política; e as forças militares, tanto no plano doméstico quanto no plano geopolítico (GILL, 1990). Essas reflexões nos advertem do ponto de vista metodológico contra os perigos do reducionismo, seja no plano “cultural” ou “econômico”, pela supervalorização de um dos planos de análise, estrutural e superestrutural, indicando a necessidade de analisar as relações recíprocas entre os dois

2.4.4 Intelectuais

Um bloco histórico não pode existir sem uma classe social que exerce hegemonia, mantendo a coesão e unidade dentro do bloco através da difusão de uma cultura comum. Esse trabalho é desempenhado pelo papel fundamental dos intelectuais, que na visão de Gramsci não

fazem parte de um grupo social distinto, pelo contrário, encontram-se ligados organicamente às classes sociais fundamentais. A sua função é o desenvolvimento de ideias, tecnologias e organizações que mantêm os grupos sociais coesos e com uma identidade comum. Em outras palavras:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001b, p. 21).

Ou seja, sua função vai além da mera questão técnica, eles auxiliam na construção de uma consciência comum, unitária, no interior de uma classe social. Além disso, os intelectuais orgânicos da classe dominante atuam para difundir a ideologia dessa classe para outras classes sociais. Ainda que dê uma ênfase em aspectos culturais e políticos, Gramsci não se afasta do central da análise materialista histórica: a necessária e inexorável vinculação das ideias dos homens e às circunstâncias em que ocorre a produção e reprodução das suas vidas. No próximo tópico iremos discutir de forma mais detida as transformações que ocorreram no capitalismo a partir da emergência de crises de acumulação na década de 1970, solo fértil de onde se ergueu a ideologia do empreendedorismo.

2.5 Crise do Capital e a Ascensão do Capitalismo Flexível

Há um consenso, entre diferentes perspectivas, de que a década de 1970 foi um ponto de grandes transformações sociais, econômicas e políticas. O significado preciso da natureza e abrangência dessas mudanças é que é objeto de disputas. Para o pensamento pós-moderno, nas últimas décadas teria surgido uma nova forma de sociabilidade que recebe diversos nomes: sociedade pós-industrial, sociedade de consumo, sociedade da informação, entre outras. O que essas diversas teorias têm em comum é a missão eminentemente ideológica de declarar que as regras do jogo mudaram, que a emergência dessa nova configuração social nos libertou da necessidade de discutir o capitalismo, na medida que esta nova sociedade não seguiria mais as

suas leis. Isto é, busca-se negar a primazia da produção industrial e à ubiquidade da luta de classes (JAMESON, 1996). Daí a sua ênfase na novidade, nas mudanças técnicas e tecnológicas, nas transformações no âmbito da educação e da cultura, em especial nas sociedades centrais.

Não concordamos com estas perspectivas. Ao contrário, consideramos que o constante revolucionamento técnico e a correspondente transformação social são imanentes ao capitalismo, mas são incapazes de transformar seus fundamentos. Como demonstramos, a partir de Marx, à medida que o capitalismo se reproduz em escala ampliada, ocorre uma série de mudanças na sua composição que trazem desdobramentos profundos para a totalidade da vida social. À medida em que aumenta o investimento na parte constante do capital, através da incorporação de ciência e tecnologia no processo produtivo, há uma redução do elemento vivo que cria valor: a força de trabalho. Isso gera uma tendência de queda da taxa de lucro, isto é, uma dificuldade de o capital investido reproduzir a si mesmo em um patamar ampliado. Essa disfuncionalidade gera as crises periódicas do capital.

A perspectiva de classe também influi no sentido do que são crises. A acepção popular vê crises como um momento de convulsão social, aumento de violência e pobreza. No entanto, essas características são inerentes ao sistema capitalista e não uma excepcionalidade. Como afirma Silvio de Almeida, a crise para o capital diz respeito a incapacidade de certa forma social garantir a extração de mais-valor, na medida em que as taxas de lucro decrescem, e, simultaneamente, manter o controle sobre os conflitos sociais decorrentes dessa dinâmica (ALMEIDA, 2018). Crise em sua essência, portanto, trata dos mecanismos de exploração do trabalho, circulação de mercadorias e de concorrência.

Cada crise do capital tem consequências imediatas para classe trabalhadora, na medida em que sua subsistência depende duplamente do acesso ao mercado: acesso como vendedores de mercadorias, a sua força de trabalho, e como compradores das mercadorias necessárias para sua reprodução. Enquanto para os que vivem do trabalho os momentos de crise resultam em aumento do desemprego, da miséria, do sofrimento, para alguns capitais eles são também grandes oportunidades. As crises proporcionam um impulso para a centralização dos capitais, na medida em que a concorrência leva muitas empresas a falência. O seu aprofundamento, por sua vez, cria um terreno fértil para mudanças profundas nos métodos de produção e de gestão do trabalho.

2.5.1 Reestruturação Produtiva e Capitalismo Financeiro

O modelo de produção e de organização do trabalho que foi dominante desde o pós-guerra até a década de 1970 foi o fordismo-taylorismo. Esta forma de organização expandiu-se nos países centrais no período entre guerras, e se disseminou durante um longo ciclo de crescimento econômico mais ou menos duradouro, chamado período de ouro do capitalismo, que perdurou durante os anos de 1945-1970. O regime de produção fordista tinha como componentes constitutivos básicos a produção em massa através de linhas de montagem de produtos homogêneos. Esse resultado era atingido através do controle sistemático de tempos e movimentos (taylorismo) e da produção em série (fordismo).

A forma de trabalho dominante era parcelar, fragmentado em funções; as unidades fabris se caracterizavam pela concentração, verticalização, e pela constituição do operário-massa, do trabalhador coletivo do tipo fabril. Esse sistema de produção se caracterizava também pela rigidez dos processos de trabalho, hierarquização e verticalização dos processos decisórios e relativa estabilidade dos contratos de trabalho (ANTUNES, 2006). Essa forma de controle sobre o trabalho permitiu um grande salto de produtividade, e a extração de mais-valia relativa. A dimensão intelectual do trabalho era negligenciada, e introduzia-se uma cunha entre a concepção e execução, por meio da subordinação da execução do trabalho a modelos ‘científicos’ de eficiência e precisão.

O fordismo/taylorismo tinha como seu corolário o modo de regulação social keynesiano, que assumia a forma de um Estado intervencionista. A regulação feita pelo Estado tinha o propósito de garantir as condições de produção e reprodução do sistema, evitando o aparecimento de subconsumo, complementando a renda do trabalho por meio de políticas sociais, evitando a queda da taxa de lucro mediante investimento direto, e impedindo o ascenso do desemprego por meio de políticas de “pleno emprego”⁷.

O surgimento dessas políticas está vinculado ao descrédito que o ideário liberal e a perda das suas bases de sustentação objetivas e subjetivas. Behring e Boschetti (2011) identificam três movimentos político-econômicos principais para essa virada: 1) o crescimento

⁷ Uso o termo pleno emprego entre aspas porque não existe sob o capitalismo emprego pleno. Como afirma Virgínia Fontes (2018), em nenhuma sociedade capitalista jamais houve direito ao trabalho. Pelo contrário, vigora a obrigação de vender força de trabalho. O que os manuais de economia chamam de pleno emprego são situações em que as taxas de desemprego estão abaixo de 5% da população.

do movimento operário em diversos países, a ampliação das lutas sociais dos trabalhadores, a vitória dos comunistas na Rússia e a consequente posição defensiva das burguesias nacionais frente o ascenso de movimentos comunistas. 2) concentração e monopolização do capital, fusão entre capital bancário e industrial, que minou a crença no indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. 3) a crise de 1929, que solapa a confiança nos pressupostos do liberalismo econômico e na sua capacidade de auto regulação, generalizando uma forte crise econômico-social e instaurando uma crise de legitimidade do capitalismo.

O aspecto “social” desta forma de Estado, portanto, existiu dentro de um contexto histórico específico que tornou necessária uma maior conciliação de classes. Seu funcionamento estava condicionado a sua capacidade de equacionar desequilíbrios do capitalismo, mediante investimento público, e perdurou enquanto conseguiu garantir taxas de lucro em patamares aceitáveis. Em meados da década de 1960, começam a aparecer sinais de desgaste neste modelo de produção. A Europa e o Japão começavam a sua recuperação econômica, e buscavam novos mercados para seus produtos. Nos Estados Unidos, começa a ocorrer uma queda da produtividade e das taxas de lucro, assim como problemas inflacionários e fiscais (ANTUNES, 2005; HARVEY, 2008a)

Na medida em que a inflação corroía os salários, o consumo diminuía e o ciclo se retroalimentava. Começa a crescer o desemprego e a revolta do operariado industrial. As revoltas que ocorreram nesse período, como as que ocorreram na França, no México, na Itália e Argentina, foram duramente reprimidas. A América Latina mergulha numa época de golpes de estado e ditadura. O capitalismo adentrava numa profunda crise estrutural, com manifestações em todos os níveis: econômico, político, ideológico social.

A saída para essa crise iria envolver novas formas de controle do trabalho e de organização da produção fabril, o ataque sistemático as políticas sociais e a refuncionalização do Estado. A crise de valorização do valor nos setores produtivos também favorecerá a fuga desses capitais para a esfera financeira. As políticas sociais também sofrerão alterações, em especial aquelas direcionadas para o mercado de trabalho. O foco deixa de ser a criação de empregos e passa para formas de trabalho e geração de renda precárias. Começa-se a se gestar o que Antunes (2018) chama de tripode destrutiva: a pragmática neoliberal, a reestruturação produtiva global e a financeirização.

Na década de 1980 ocorreram mudanças acentuadas nas relações de trabalho, na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política. Foi uma década de grandes saltos tecnológicos, dentre os quais se destaca a automação, a robótica e a microeletrônica. No

lugar do regime taylorista-fordista, começa a se delinear um novo regime de acumulação que Harvey (2008a) denomina de acumulação flexível. Essa forma de acumulação é caracterizada por uma flexibilização dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A inovação passa a ser cada vez mais valorizada socialmente, surgindo novos serviços financeiros, modelos de organização, gestão, tecnologias e um rápido desenvolvimento das comunicações e dos transportes. Esse conjunto de medidas ficou conhecido como terceira revolução tecnológica, ou, retrospectivamente revolução 3.0. Novos processos de trabalho decorrem dessas mudanças, focados na flexibilização da produção, como a desconcentração industrial e novos padrões de gestão da força de trabalho que se apropriam mais da sua dimensão cognitiva.

François Chesnais (1996) aponta que a partir de 1980 passou a ocorrer o que ele chama de mundialização do capital. Esse fenômeno tem como características uma extrema centralização e concentração do capital, a interpenetração da indústria e das finanças (sob direção do segundo). O estilo de acumulação do período é dado pelas novas formas de centralização dos capitais financeiros, como fundos mútuos e de pensão, que agem principalmente na esfera financeira. Isso ocorre mediante investimento em títulos (*securities*), na busca incessante de rentabilidade e liquidez, isto é, lucros altos e investimento de curto prazo. A figura do barão da indústria dá lugar ao administrador anônimo de fundos de pensão como personificação desse novo capitalismo (CHESNAIS, 1996).

Uma característica marca essa nova hegemonia: o crescimento da esfera financeira em ritmos superiores que ao ritmo de investimento, comércio exterior ou PIB. Para Chesnais (1996), esse fenômeno se alimenta de dois mecanismos. Em primeiro lugar, da inflação do valor dos ativos, pela formação de capital fictício. O segundo mecanismo é a transferência efetiva de riqueza, por meio de mecanismo da dívida pública e de políticas monetárias. Grandes fatias do orçamento público passam a ser transferidos para a esfera financeira, e parte dessa quantia assume a forma de renda financeira.

Virgínia Fontes (2010) utiliza o conceito de capital-imperialismo para compreender esse processo. Enquanto os apologistas do capital utilizavam como bordão a globalização, sugerindo a ideia de um mundo sem conflitos, unido numa aldeia global, a crescente mobilidade e capitais implicava em novas formas de dominação. O predomínio do capital monetário ou da pura propriedade dos recursos sociais de produção implicaram em forte tendência a expansão internacional do capital, através da exportação de bens e capital e da expropriação de

populações de suas condições de produção, de seus direitos das suas condições de existência (FONTES, 2010, p. 149).

Esse processo impõe a toda a humanidade a socialização do processo produtivo, seja na produção ou na circulação de mercadorias. O capital-imperialismo, em escala planetária, passa a impor “a exigência de que toda a consciência se resuma a expandi-lo, de forma cooperativa ou proativamente” (FONTES, 2010, p. 42). É importante ressaltar, portanto, que um modo de produção não se resume a atividade econômica, pelo contrário. Se refere a totalidade da vida social, a produção da existência. Como ressalta Fontes (2010), o capital imperialismo, sob hegemonia do capital monetário, propagandeia dois mitos fundamentais: o de que o lucro provém da gestão intelectual, e não da exploração do trabalho, donde decorre o fetiche da sociedade do conhecimento; e em segundo lugar, mas decorrente do anterior, de que o trabalho vivo não teria mais centralidade na vida social.

Como vimos, nada é mais distante da realidade. O capitalismo se funda sobre a exploração do trabalho vivo, independente da forma histórica que esse trabalho assuma. O que vem perdendo a centralidade, de fato, é a relação de emprego, uma das formas de subordinação do trabalho ao capital. No âmbito da produção, o aumento da flexibilidade e mobilidade possibilitado pelas novas tecnologias da informação, aliados a modificações nas legislações nacionais sobre movimentação de capitais, permitiram grandes mudanças na organização da produção que prejudicaram imensamente a classe trabalhadora. A ascensão do capital financeiro é seguida de formas muito mais agressivas de aumento da produtividade, através do uso combinado da mais-valia absoluta e relativa. Deslocalizações, reestruturações das plantas, demissões: muitas foram as estratégias utilizadas para atacar os trabalhadores e buscar a retomada das taxas de lucro. Esses processos resultaram em níveis altos de desemprego estrutural, poucos ganhos salariais e o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora organizada, que, frente à crise econômica, viu seu poder de pressão política ruir (HARVEY, 2008a).

Esse cenário tornou possível uma grande reestruturação do setor produtivo, marcada por variadas formas de flexibilização e precarização de parte da força de trabalho. Os contratos de trabalho característicos da organização de trabalho fordista, de longa duração e tempo integral, vão cedendo espaço para variadas formas contratação mais flexíveis, como o trabalho temporário, por tempo parcial, prestação de serviço como pessoa jurídica (PJ), terceirização, por exemplo. Como efeito secundário das reestruturações produtivas tem-se o crescimento do desemprego, informalidade, modalidades de trabalho familiar, doméstico, entre outros. Uma

das consequências dessas mudanças é a desregulamentação do trabalho no âmbito dos Estados que vêm ocorrendo em diversas partes do mundo (ANTUNES, 2009).

Antunes ressalta a articulação entre rupturas e discontinuidades em relação ao padrão fordista/taylorista, que criaram algo distinto e novo. O autor aponta os seguintes traços diferenciais: 1) produção vinculada à demanda. 2) dependência maior do trabalho em equipe. 3) processo de trabalho flexível (polivalência do trabalhador). 4) princípio *just-in-time* (redução de estoques). 5) sistema de *kanban* (senhas de estoque para reposição de peças. 6) horizontalização da estrutura organizacional. terceirização e subcontratação de atividades consideradas não essenciais. 7) Introdução dos círculos de controle de qualidade. Utilização do saber-fazer do trabalhador, valorização da dimensão intelectual e cognitiva do trabalho (ANTUNES, 2018).

No âmbito da organização social também ocorrem mudanças importantes. Na medida em que a produção e as finanças são cada vez mais internacionalizadas, também o são os interesses das burguesias centrais. Velhas instituições são refuncionalizadas, e novas são criadas para construir uma agenda política cada vez mais global. Organismos Multilaterais, que funcionam como aparelhos privados de hegemonia para difundir os interesses da burguesia internacional, se tornam cada vez mais influentes nas agendas políticas no interior dos Estados Nacionais. Em um primeiro momento, impondo reformas estruturais nos aparelhos de Estado e nas legislações subnacionais. Ao mesmo tempo que construíam alianças e parcerias com as burguesias locais, formando quadros e difundindo suas ideologias.

Muitas mudanças introduzidas no âmbito da produção contrariam leis de proteção social do trabalho e diversas regulações. Uma série de mudanças jurídicas, fiscais e administrativas tiveram que ocorrer para legalizar estes expedientes. A intensidade e velocidade com que isso ocorreu variou de país para país em função do grau de organização da classe trabalhadora e da conjuntura da luta de classes. Na próxima sessão discutiremos as consequências dessas mudanças para a classe trabalhadora, do ponto de vista das condições de trabalho.

2.5.2 A Institucionalização do Trabalho Precário

A ofensiva do capital sobre o trabalho, sob direção do capital financeiro, atinge todos os setores da vida. A efemeridade, volatilidade e descartabilidade se alastram, dando novo

conteúdo às formas de vida e de trabalho. Como afirma Antunes (2018), a lógica de curto prazo, que incentiva a inovação permanente no âmbito da ciência, tecnologia e do trabalho, e torna obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham. O desemprego estrutural é a característica dos novos tempos, e o trabalho passa a ser mediado por novas formas de contrato, ou sem contrato, em que a informalidade, precarização são utilizados como forma preferencial de extração de valor.

Os trabalhadores e trabalhadoras, em especial jovens, são submetidos a sucessivos contratos temporários, sem direitos, dentro ou fora das empresas, quando não enfrentam o desemprego aberto. Há uma indissociabilidade entre precarização do trabalho e terceirização. No Brasil, as tentativas jurídicas de impedir o avanço dessa prática foram infrutíferas. A súmula 331 do TST⁸ foi incapaz de deter esse processo de criação de divisões entre categorias de trabalhadores da mesma atividade, o desrespeito à legislação trabalhista e o quadro de vulnerabilidade social e política decorrente.

Ainda que o trabalho no sistema capitalista seja em essência um meio de extração de valor e não um meio de satisfação das necessidades humanas, há diferentes formas de trabalho com maior ou menor grau de exploração, dado sua intensidade e as condições em que ele ocorre. A terceirização é um fenômeno central em todas as formas de precarização do trabalho. Antunes (2018) argumenta que a vulnerabilidade estrutural do trabalho se reconfigura com a terceirização, introduzindo formas de contrato mais precárias, sem proteção social, com salários mais baixos. Essas características estão presentes na terceirização de forma exemplar, e o seu crescimento exponencial é observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora. Dentre as dimensões da precarização pode-se citar:

1) aumento exponencial da heterogeneidade e segmentação no mercado de trabalho. A dualidade entre terceirizados e efetivos se expressa em diferenças salariais substanciais. 2) padrões de gestão e organização do trabalho que intensificam o trabalho (metas inalcançáveis, extensão da jornada, polivalência, violação de direitos básicos), gestão pelo medo (assédio organizacional), abuso de poder, assédio moral, discriminação do trabalhador, maiores jornadas, maior rotatividade, menor acesso à benefícios. 3) aumento da insegurança e danos à saúde do trabalhador: maior número de acidentes, exposição a riscos, menor investimento em prevenção de riscos, treinamento, equipamentos de proteção, ineficácia ou inexistência de medidas de prevenção coletivas, maiores taxas de mortalidade, descumprimento de normas de

⁸ Esta súmula vinculante vedava a terceirização de atividades-fim, permitindo apenas a terceirização de atividades-meio, como limpeza, segurança e serviços de apoio.

segurança. 4) consequências subjetivas drásticas para os trabalhadores, como: isolamento, falta de vínculos, diminuição da identidade coletiva, descartabilidade, desvalorização e discriminação. 5) essas medidas levam a um enfraquecimento da organização sindical, aumento da concorrência entre trabalhadores, heterogeneidade e divisão, pulverização de sindicatos, fragmentação dos trabalhadores, enfraquecimento das ações coletivas. 6) contínuas violações contra o direito do trabalho, como: sonegação, desrespeito ao direito a férias, atraso nos pagamentos, não depósito do FGTS⁹ (ANTUNES, 2018).

Estas são as características principais do mercado de trabalho para os quais os jovens do século XXI estão sendo formados. A adaptação desses jovens a essas condições de trabalho exige um novo modelo de educação, que crie valores, comportamentos e atitudes adequadas a essa forma de sociabilidade. É nesse contexto que a ideologia do empreendedorismo é difundida como panaceia para a crise da sociedade salarial. A seguir discutiremos porque consideramos empreendedorismo uma ideologia.

2.6 Empreendedorismo como Ideologia

O empreendedorismo de forma geral, diz respeito a iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças organizacionais no interior de negócios existentes. Está relacionado à criação de novos produtos, novos modelos empresariais, inovações tecnológicas e assunção de riscos no mercado. Como veremos no capítulo seguinte, a sua discussão como conceito não é nova, datando do final do século XV. O que é relativamente novo é a sua disseminação para o conjunto da sociedade e o surgimento de propostas que vinculam de forma imediata o empreendedorismo e os sistemas educativos, por meio de uma pedagogia empreendedora.

Argumenta-se que a geração de ocupação e renda depende primariamente da capacidade individual para empreender, inovar e criar oportunidades. Desta forma, os sistemas educacionais são incentivados a criar um novo perfil de trabalhador, o trabalhador/empreendedor.

⁹ Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é um direito associado ao trabalho regulado criado para proteger os trabalhadores demitidos sem justa causa. Cria-se um fundo mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. No início de cada mês o empregador deposita 8% do salário do trabalhador em uma conta pertencente ao funcionário. Em algumas situações específicas os funcionários podem dispor do saldo depositado em seu nome, como na aquisição de casa própria, rescisão do contrato, etc. (Fonte: <http://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/fgts/Paginas/default.aspx>)

Vimos como a sociedade capitalista está dividida em classes sociais antagônicas. E que, à medida em que ocorre a acumulação ampliada de capital, há um aumento da sua composição orgânica, que implica em menor necessidade de trabalhadores. Esse movimento gera continuamente uma população excedente em relação as necessidades do capital. As transformações produtivas desencadeadas a partir da crise de 1970 acentuaram ainda mais esse processo, em virtude da aceleração da inovação tecnológica e da incorporação dessas tecnologias poupadoras de mão de obra no processo produtivo.

A consequência dessas medidas é o aumento da superpopulação relativa estagnada, isto é, da parcela da população sobrando que encontra na informalidade seu meio habitual de vida. Assim como em níveis elevados de desemprego estrutural¹⁰, sobretudo de jovens. As reestruturações produtivas, além disso, alteraram a morfologia do mercado de trabalho. Predominam hoje, além da informalidade, variadas formas ‘atípicas’ de trabalho, como o teletrabalho, contrato parcial, temporário, intermitente, doméstico, entre outros.

O emprego, outrora elemento organizador da vida de grande parte da população urbana industrial, vai cedendo espaço para o trabalho sem forma. A ideologia do empreendedorismo busca adequar os trabalhadores/empreendedores as condições atuais de mercado, ao mesmo tempo em que oculta a divisão da sociedade em classes sob o argumento fictício de que todos podem ser donos de negócios. Representa, portanto, os interesses da classe dominante como se fosse o interesse geral da sociedade e, ao fazê-lo, naturaliza o desemprego e precarização do trabalho que avança a cada dia. Seu florescimento durante os anos 90 não é, portanto, um mero acaso, mas se liga de forma orgânica às mudanças econômicas e culturais daquela década.

Do trabalhador empreendedor espera-se desenvolva competências como a adaptação, resiliência, capacidade de assumir riscos, criatividade e inovação. Em suma, busca-se que assumam as necessidades do capital como se fossem suas; isto é, que a venda da sua força de trabalho se dê sob quaisquer condições, como se houvesse uma paridade entre os que compradores e vendedores. No limite, além disso, espera-se formar trabalhadores que, na impossibilidade de encontrar alguém que compre sua força de trabalho, assumam de forma individual a responsabilidade pela sua sobrevivência, buscando formas alternativas de geração e renda que não passam pela mediação do assalariamento.

A sua permanência, nesses quase trinta anos, indica que esta ideologia não é meramente acidental, ligada a um movimento conjuntural, mas sim estruturante das relações no

¹⁰ Em oposição ao desemprego sazonal, vinculado aos ciclos produtivos, o desemprego estrutural se refere a um movimento de cronificação da situação de desocupação.

atual estágio do capitalismo. O empreendedorismo aparece como a maneira pelo qual o capital disputa o sentido dado aos processos de reestruturação produtiva e acumulação flexível, e suas consequências sociais. Nega-se discursivamente a existência de classes sociais, mediante o argumento fictício de que todos podem ser empresários, basta ter a atitude e os comportamentos corretos. A ideologia do empreendedorismo dificulta desta forma, a emergência da consciência de classes das populações dominadas, incutindo valores que os levam a se identificar as classes dominantes.

A análise da ideologia envolve, portanto, um elemento de conjuntura e de estrutura, e a relação orgânica entre ambos. Essa dinâmica configura mecanismos de direção intelectual e comportamental, ou seja, de hegemonia das forças sociais. A tarefa que se impõe, portanto, é apontar os elementos estruturais que sustentam determinada ideologia e a tornam orgânica, umbilicalmente ligada a determinada configuração social e necessária para a sua manutenção e para o direcionamento das forças sociais em questão.

A juventude, embora não seja o único grupo social para o qual a ideologia do empreendedorismo é direcionada, aparece numa posição de destaque em relação a outras faixas etárias. Em primeiro lugar, pelo potencial contestatório que historicamente demonstrou em tempos de crises sociais. Desde a década de 1960, em particular, com os fenômenos da contracultura a juventude aparece muito vinculada a rebeldia, contestação da ordem social e impulsora de mudanças sociais.

O empreendedorismo pode ser visto como uma resposta do capital a rebeldia dos anos sessenta e setenta. Em especial se considerarmos os movimentos de contestação da América do Norte e da Europa surgidos nessa época. Enquanto a América Latina mergulhava em um período sombrio da sua história, com a implantação de ditaduras sanguinárias, nos países centrais eclodiam movimentos contestatórios de massa, como os panteras negras, a contracultura, a segunda onda dos movimentos feministas, a luta contra a guerra do Vietnam, o início do movimento gay e da organização do movimento ambientalista.

A ideologia do empreendedorismo, ao contrário desses movimentos contestatórios, direciona os jovens para saídas de cunho individual ou, no máximo, para uma consciência social rebaixada, pela via da caridade. No que tange as relações de trabalho, sua difusão busca conformar a nova geração, dando uma valoração positiva para a perda de direitos e degradação do trabalho, naturalizando formas de superexploração e apontando uma saída conformista de

adaptação a ordem. Ironicamente faz isso invocando discursivamente os valores de contestação social e rebeldia associados a juventude. Opera-se um ataque às formas tradicionais de ensino, tidas como velhas e ultrapassadas, voltadas para o tédio do emprego assalariado. A pedagogia empreendedora, ao contrário, é moderna, associada a inovação, ao dinamismo do mercado, a criatividade.

A disposição a correr riscos, por exemplo, é uma das características centrais do empreendedorismo. Espera-se que o empreendedor tenha capacidade de lidar com incertezas, instabilidade e tomar decisões em ambientes onde a falta de controle é a norma. Como afirma Betoni (2014), o incentivo desse tipo de habilidade, para além das aparências mistificadoras, adapta os jovens trabalhadores para as condições de mercado dominantes atualmente. Quais sejam: trabalhos temporários com alta rotatividade, instáveis, sem proteção social do direito, com remuneração irregular. Da mesma forma, características como a responsabilidade individual, capacidade de liderança, trabalho em equipe, habilidades de comunicação, todas se coadunam com estratégias participacionistas inspiradas no modelo japonês.

A ideologia do empreendedorismo, além disso, por meio do intraempreendedorismo, busca negar em um segundo nível o antagonismo de classes, ao argumentar que os trabalhadores empregados também podem ser empreendedores. Para isso, bastaria pensar como um dono, e cuidar da empresa onde trabalha como se ela fosse sua, sugerindo melhorias, vestindo a camisa da empresa, torcendo para o seu sucesso. O conflito de interesses entre empregador e trabalhador é dessa forma obscurecido, justificando métodos de extração de mais-valor absoluto através do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho.

Diferentes formas de terceirização também se aproveitam desses discursos ideológicos para impor novas maneiras exploração do trabalhador/empreendedor. É o caso das formas de burla da legislação protetora do trabalho mediante transformação do trabalhador em um prestador de serviços. Esse processo é chamado de pejetização¹¹; nessa modalidade de trabalho, para além das qualificações próprias da sua profissão, passam a ser necessários conhecimentos de finanças, contabilidade, direito, negócios, marketing, para que o trabalhador, convertido em prestador de serviços, possa perseverar no mercado em competição com outros trabalhadores-empresa.

¹¹ De Pessoa Jurídica (PJ). Nesta modalidade de terceirização o trabalhador é demitido, obrigado a criar uma empresa (PJ), e ‘recontratado’ mediante prestação de serviços. Isto é, a relação jurídica de contrato de trabalho é substituída por uma relação entre empresas.

O empreendedorismo, portanto, mascara formas de relação capital-trabalho como relações empresa-empresa. Apagando essa relação do campo discursivo e modificando a percepção da relação de subordinação ao qual os trabalhadores estão submetidos. Como se a ausência de contrato de trabalho significasse ausência de relação capital-trabalho. Assim num passe de mágicas muitos se transformam em patrões, ainda que a maioria seja somente 'patrão de si mesmo'.

No próximo capítulo, faremos uma revisão de literatura sobre juventude, empreendedorismo, ideologia e a sua relação com trabalho e educação. Buscamos com isso aprofundar o debate sobre o tema dialogando com outros pesquisadores da área.

3 BALANÇO DA LITERATURA SOBRE EMPREENDEDORISMO, JUVENTUDE e IDEOLOGIA

O termo empreendedorismo está presente na literatura há alguns séculos. Seu uso, no entanto, foi passando por diversas transformações, recebendo contribuições de diversos campos específicos de saber, em especial ao longo do século XX. No entanto, é a partir de meados da década de 1980 que esse tema vai ganhando novos significados e passa a ser difundido de forma massiva. Nos locais de trabalho, de pesquisa e ensino, assim como nos meios de comunicação em massa em suas variadas formas, o empreendedorismo pulula como termo da moda. Ocupa lugar de destaque nas prateleiras das livrarias, nas revistas de circulação nacional e especializadas. Sua difusão é tão grande que em alguns lugares há seções dedicadas ao tema, que incluem um conjunto difuso de literatura gerencial, manuais, biografias e livros de autoajuda. Na televisão, o empreendedorismo também é tema frequente de programas de variedades, notícias e *reality shows*. No ambiente acadêmico desde a década de 1980, no Brasil, começou a difusão do ensino do empreendedorismo e hoje ele está presente em universidades, públicas e privadas, de norte a sul do país. No entanto, dada à variedade de meios de comunicação, além da diversidade de disciplinas acadêmicas que se ocupam do tema, há uma profusão de significados associados ao termo empreendedorismo.

O objetivo da seguinte sessão é discutir a literatura em educação e ciências humanas que tenha por objeto empreendedorismo, juventude e ideologia. O levantamento de literatura sobre essa temática foi realizado no período de fevereiro/2019 a abril/2019 Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), para busca de teses e dissertações, e do *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), na pesquisa por artigos. Na procura por artigos, o uso do termo ‘empreendedorismo’ resultou em um número muito grande de resultados (282). Optou-se então pela combinação com outros descritores relacionados ao escopo da pesquisa, quais sejam, ‘juventude’, ‘jovens’, ‘ideologia’, combinados em pares ou em trios. Essa segunda busca resultou em um total de 18 artigos. Na busca de teses e dissertações foi repetida a mesma metodologia em cada um dos bancos de dados. Na BDTD foram encontrados ao todo 85 trabalhos; no catálogo da Capes, 121.

Foram eleitos dois critérios para filtrar quais desses trabalhos receberiam uma leitura mais atenta, na íntegra ou em parte. São eles: 1) Estudos sobre empreendedorismo que relacionem o tema com juventude, trabalho ou educação. 2) Trabalhos produzidos em programas de pós-graduação pertencentes a grande área das Ciências Humanas e Educação.

Como critério de exclusão foram elencados: 1) trabalhos cujo tema não seja empreendedorismo ou que ele apareça apenas de forma tangencial; 2) estudos gerenciais, de gestão de negócios, administração; 3) estudos de caso sobre programas de incentivo ao empreendedorismo ou disciplinas específicas; 4) estudos cujo escopo esteja limitado a uma instituição ou a determinada metodologia de ensino; 5) Trabalhos repetidos. Aplicando os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados dez artigos e 23 teses e dissertações para leitura. Os resultados a busca podem ser melhor visualizados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Levantamento Bibliográfico (2006-2018)

Bases de pesquisa/ Descritores	BDTD-Ibict (S/E)	Catálogo CAPES (E/S)	SciELO (E/S)
“Empreendedorismo + Ideologia + Jovens”	4/8	0/11	0
“Empreendedorismo + Ideologia + Juventude”	0/3	0/3	0
“Empreendedorismo + Ideologia”	6/29	4/38	3/6
“Empreendedorismo + Jovens”	2/39	5/50	6/14
“Empreendedorismo + Juventude”	0/6	2/19	2/4
TOTAL	12/85	11/121	11/24

(S) Trabalhos selecionados (E) Trabalhos encontrados Fonte: Elaboração Própria

Alguns pesquisadores que apareceram no nosso levantamento se dedicaram a estudar a obra expoentes no pensamento sobre empreendedorismo. Ao longo dos anos, diferentes autores, advindos de campos distintos do saber, investigaram esse tema e deram suas contribuições que formam um conjunto mais ou menos coeso de significados que compõe a noção de empreendedorismo comumente aceita. Os autores selecionados para essa apresentação apareceram de forma frequente na maioria dos trabalhos estudados, embora a lista não seja exaustiva. Tencionamos com essa sessão aprofundar o leitor sobre essa ideologia, apresentando o percurso histórico do termo empreendedorismo, a qual sujeito histórico ele se referia para cada autor e de que forma ele servia para a aproximação da realidade de cada época.

3.1 Origens do Empreendedorismo

Etimologicamente, a palavra empreendedorismo deriva do latim *imprehendere*, que chegou ao português do século XV como empreender. A princípio a palavra significava apenas

levar à cabo determinada ação ou tarefa, ou realizar alguma tarefa particularmente difícil. Seu uso era corrente, e pré-data o uso específico que mais tarde ele veio a possuir. Empreendedor, por sua vez, surgiu na língua portuguesa no século XVI, se referindo ao sujeito que realizava alguma ação ou tarefa difícil. Empreendedorismo, por seu turno, entrou na língua pátria como uma tradução da expressão “*entrepreneurship*”, de origem inglesa, que é composta do vocábulo “*entrepreneur*”, de origem francesa, e do sufixo “*ship*” que significa posição, grau, relação, estado ou qualidade, habilidade ou perícia, como em “*leadership*”, liderança, ou habilidade de liderar (BAGGIO, 2014). Desta forma, *entrepreneurship* seria a qualidade ou habilidade de empreender.

Para além dessa acepção mais coloquial, sua definição passou por muitas transformações ao longo dos últimos séculos, recebendo influências de economistas, cientistas sociais, psicólogos e administradores. Diferentes autores ressaltam a existência de variadas perspectivas teóricas sobre o empreendedorismo. Costa, Barros e Carvalho (2011) delimitam três correntes principais: uma abordagem comportamentalista, focada na definição de perfis de personalidade e comportamento empreendedor; uma segunda abordagem da literatura gerencial que se foca nas competências e habilidades empreendedoras em relação aos espaços empresariais; e uma terceira e última vinculada a perspectivas de base econômica que se focam em conceitos como inovação, risco e desenvolvimento. Pinho e Thompson (2016) usam uma classificação semelhante, incorporando a estas uma quarta dimensão sociológica e institucional, que dá ênfase aos fatores socioambientais da criação de negócios.

Coan (2011), por sua vez, analisa extensamente o histórico e a evolução do empreendedorismo, constatando uma polissemia do termo. O autor atribui essa variedade de sentidos às diferenças de formação dos teóricos e aos distintos campos de conhecimento a que eles pertencem. Coan divide os autores que discutem o empreendedorismo em duas grandes vertentes: a primeira se fundamenta nos clássicos da economia e associa o empreendedorismo à criação de empresas e negócios; a segunda, fundamentada em estudos da administração, psicologia e sociologia têm como foco questões comportamentais e atitudinais dos agentes empreendedores.

3.1.1 Primórdios da Economia Política: Cantillon e Say

Nas bibliografias consultadas que resgatam o percurso histórico do termo empreendedorismo, encontramos referências frequentes ao autor clássico Richard Cantillon (1680-1734), um economista franco-irlandês que construiu uma carreira como banqueiro. Ao

longo da vida, acumulou grande patrimônio, tornando-se milionário através da especulação. Durante sua vida não publicou nenhum livro; é somente vinte anos após a sua morte que foi publicada sua única obra, intitulada *O Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral* (BETONI, 2014). Cantillon é considerado pioneiro no estudo do empreendedorismo, muito embora sua análise esteja mais próxima do modo de produção feudal do que propriamente do capitalista.

Para Cantillon, o risco e a incerteza são características de todos aqueles que precisam do trabalho para viver, o que na sua época significava que somente os príncipes e os grandes proprietários de terras, ou seja, aqueles que viviam do trabalho alheio, eram excluídos dessa definição. Os que dependem do trabalho próprio são divididos por Cantillon em duas classes: os que vivem de salários e pensões e os empresários ou empreendedores. O que diferencia os últimos dos primeiros é a incerteza em relação ao seu rendimento e o risco inerente à vida que levam. Um empreendedor, nessa definição, pode ser um agricultor, um artesão, um comerciante. Alguém que compra uma matéria prima e a processa visando sua venda para terceiros, assumindo os riscos pelos resultados dessa atividade econômica é um empreendedor.

Coan (2011) aponta o uso inadequado que fazem de Cantillon, na medida em que a análise do economista francês teve como objeto uma época de transição para o capitalismo, seu conceito de empreendedor descrevia outros agentes sociais e a sua transposição para os tempos presentes ser frequentemente descontextualizada (COAN, 2011). Apesar da impossibilidade de transposição da análise de Cantillon para os tempos presentes, advém da sua obra a primeira característica atribuída ao empreendedorismo: a disposição para correr riscos na execução de uma atividade econômica. Como veremos, este atributo será retomado posteriormente como um traço de personalidade central que define o sujeito empreendedor em abordagens de cunho psicológico.

Outro autor muito citado nos estudos sobre empreendedorismo é o francês Jean-Baptiste Say (1767-1832). Ele teve grande influência na economia política clássica, sendo um dos primeiros economistas a basear a sua análise no conceito de *equilíbrio de mercado*, um dos fundamentos do liberalismo clássico. Segundo Betoni (2014), a chave desse equilíbrio seria a conduta racional dos agentes em busca de seu interesse individual. Para garantir o equilíbrio dos mercados, o Estado deveria intervir o mínimo possível. A cobrança de impostos de empresários, por exemplo, era vista como uma ação que esmagava as nascentes indústrias e

levava à redução de salários dos operários. Estes argumentos, que fundamentam a postura do laissez-faire em termos político-econômicos, tem em Say um dos seus primeiros expoentes. Veremos posteriormente que propostas de diminuição da intromissão do Estado na economia, redução de impostos e desburocratização dos processos de abertura de empresas são parte central das políticas de estímulo ao empreendedorismo recomendadas por Organismos Multilaterais (OM).

Em seu *Tratado de Economia Política (1983)*, discutindo sobre mercados, Say afirma “que é a produção que propicia mercados aos produtos” (SAY, 1983, p. 137). Ou, em outras palavras: a oferta gera a sua própria procura. Esse princípio tem como corolário a impossibilidade da superprodução de mercadorias, e, por consequência, de crises de superprodução generalizadas. Esse argumento e sua sustentação transformam-se na pedra angular da teoria do equilíbrio econômico que já foi objeto de crítica de estudiosos da economia capitalista de todos os espectros políticos, começando por Malthus e Sismondi, passando por Marx até chegar a Keynes (TAPINOS, 1983). Não obstante mais de um século de discussões, somente a partir da crítica liberal deste último, feita na década de 1930, é que a Ciência Econômica hegemônica sofreu um grande racha. A partir daí duas correntes principais surgiram: a economia clássica, sustentada na lei de Say, e a economia de Keynes, fundamentada no princípio da demanda efetiva.

Carvalho e Carvalho (2013) argumentam que há dois motivos que explicam a prevalência da lei de Say no debate econômico dominante por tão longo período. Em primeiro lugar, ela está em consonância com os interesses ideológicos das classes dominantes de justificar a racionalidade do sistema capitalista, uma vez que nega qualquer possibilidade de crises de superprodução. Em segundo lugar, faz com que o sistema capitalista pareça ser eficiente, na medida em que pressupõe a plena utilização dos recursos disponíveis, além de explicar as flutuações cíclicas periódicas do capitalismo e as crises recorrentes como oscilações de pouca importância. Por fim, sua simplicidade permite a transposição da experiência econômica individual para a economia como um todo.

A grande questão de Say era a industrialização da França, e para isso ele dedicava atenção especial aos empresários. Tomando como ponto de partida a industrialização da Inglaterra, o francês considerava que somente a audácia e o esforço dos industriais ingleses tinha tornado possível tal feito. A criação de novos empreendimentos, portanto, era vista como causa do desenvolvimento econômico, e os empresários, os sujeitos responsáveis pela sua consecução. Sua concepção da atividade empreendedora também estava associada à noção de

risco e incerteza, mas o agente responsável pela ação era especificamente o empresário industrial. Um agente capaz de unir, por sua conta e risco, o conhecimento técnico científico produzido pela ciência, o desejo de transformar e dominar a natureza e os operários capazes de operar essa transformação (COAN, 2011).

O empresário é visto por Say como uma ponte que conecta os consumidores e os produtores, sendo um elo central na racionalidade dos mercados. Essa ação individual dos empresários em busca de benefícios próprios contribuiria para o desenvolvimento e prosperidade das nações (BETONI, 2014). Veremos mais adiante que esses argumentos são retomados atualmente em publicações defendendo o empreendedorismo e os empreendedores que, frequentemente, são descritos em tom laudatório como heróis que geram empregos, renda e desenvolvimento econômico. O empreendedor, além disso, é promovido atualmente como um agente racional que produz o bem coletivo através da sua ação individual auto interessada, em oposição a suposta ineficiência dos Estados na oferta de bens e serviços.

Betoni (2014) também ressalta os debates que Say travou na sua época com autores críticos das consequências sociais do capitalismo, em especial o aumento da miséria em meio à riqueza. A isso Say respondia argumentando que o enriquecimento e a acumulação de alguns eventualmente terminariam por favorecer o desenvolvimento coletivo. Uma proto-forma da *economia do gotejamento*, ou *trickle down economics*, um argumento político sem base em estudos que afirma que o crescimento econômico de forma geral eventualmente gotejaria seus benefícios sobre os mais pobres, ainda que inicialmente implique em maior acúmulo e desigualdade.

Say (1983) opera uma naturalização das relações sociais sob o capitalismo. Para o autor a faculdade de acumular capitais é uma característica natural humana que, se utilizada de forma produtiva, seria fonte de prosperidade geral (SAY, 1983, p. 121). Da mesma forma, a fonte dos lucros, na perspectiva de Say, não advém da exploração do trabalho dos operários, mas sim dos valores de uso das mercadorias que eram administradas racionalmente pelos empreendedores.

Como vimos, as contribuições dos autores clássicos da economia política nos legaram algumas definições sobre o termo empreendedorismo. Em primeiro lugar o empreendedorismo envolve a assunção de riscos e o investimento em novas empreitadas. Em segundo lugar, os empreendedores seriam a causa do desenvolvimento econômico. Essa segunda característica

está imbricada na terceira, que é a concepção do empreendedor como um agente racional que promove o bem social e coletivo através da sua ação individual. Essas concepções serão retomadas pelos defensores atuais do empreendedorismo, que vem na difusão da cultura empreendedora uma solução para problemas sociais contemporâneos, em especial o desemprego em massa.

Até aqui, no entanto, a ideia de desenvolvimento utilizada, era linear e progressiva. Sustentado no conceito de equilíbrio de mercado, se imaginava um desenvolvimento capitalista racional e previsível, no qual as crises seriam problemas meramente pontuais. O autor que estudaremos a seguir, no entanto, parte de um ponto de vista diferente, enfatizando os aspectos dinâmicos e destrutivos do desenvolvimento capitalista e o papel dos empreendedores nesse processo.

3.1.2 Schumpeter e a Destruição Criativa

O austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950) é frequentemente resgatado nas discussões contemporâneas sobre o empreendedorismo. A sua obra introduziu a ideia de inovação e destruição criativa associada à atividade empreendedora. Lima (2010) afirma que a obra de Joseph Schumpeter é destacada por discutir um novo tipo de homem criado pelo capitalismo: o empreendedor. Esse sujeito teria caráter inovador, combinando recursos variados na produção de bens e serviços dentro de mercados competitivos. Uma das diferenças introduzidas por Schumpeter ao termo é a diferenciação entre empreendedor e capitalista. Empreendedores, ao contrário dos capitalistas, não constituiriam uma classe, nem uma profissão ou condição duradoura.

Para Schumpeter o empresário/empreendedor pode se originar de vários estratos sociais e o que o caracteriza é uma psicologia marcada pela engenhosidade, ambição, criação de novos produtos ou empresas. O autor faz uma distinção entre o capitalista, que administra o seu negócio, e o empreendedor. O capitalista/administrador seria aquele que age racionalmente seguindo procedimentos habituais adquiridos pela experiência e aptidão, isto é, atua seguindo procedimentos rotineiros e repetidos. O empreendedor, por sua vez, se caracteriza pela liderança, pela condução dos meios de produção para outras formas, ou seja, pela inovação e ruptura com a rotina. O desenvolvimento de inovações quebra o equilíbrio estabelecido introduzindo mudanças, novas necessidades e padrões de consumo. O desenvolvimento para Schumpeter envolve três elementos: novas combinações de meios de produção, a função do

crédito e o papel de empreendedores na introdução de inovações, que ele chama de empreendimentos.

Há ainda outra faceta do conceito schumpeteriano que precisa ser considerada: o empreendedor não é somente o homem de negócios, o empresário em sentido estrito. Qualquer um que preencha a função de introduzir inovações pode ser considerado um empreendedor, mesmo sendo um funcionário, como gerentes de empresas e membros de diretorias. O autor faz ainda uma segunda distinção entre os capitalistas, que são proprietários de meios de produção ou capital dinheiro, e os empreendedores propriamente ditos. Para Schumpeter, o risco da atividade empreendedora pertence aos investidores ou os financiadores da atividade, e não aos empreendedores propriamente ditos. Desta forma, Schumpeter se distancia dos autores clássicos. O empreendedor também não seria uma posição fixa, mas sim uma função: só é empreendedor aquele que cria novas combinações de meios de produção, ou inovações, assim que passa a apenas dirigir o negócio, deixa de sê-lo (COAN, 2011, p. 7-97).

A consecução de inovações em Schumpeter é uma função atrelada a indivíduos com características próprias que os diferenciam dos demais. A primeira característica que os distinguiria é a capacidade de liderança, que seria a capacidade de dirigir homens e processos em situações em que não há modelos habituais de referência. O empreendedor seria alguém capaz de guiar as situações dependendo da sua intuição, a capacidade de ver as coisas de um modo que se prove correto, mesmo que não possam prestar contas exatamente do por que. À medida que a atividade passa a ser mais previsível, rotineira e racionalizada, decresce a atividade empreendedora e essa vai se transformando em mera administração de negócios (COAN, 2011, p. 94).

A essas características psicológicas da liderança são acrescidas outras, como a força de vontade e tempo para criar combinações e formas e executá-las, a coragem para inovar frente às reações dos outros que pretendem manter o *status quo*. Outros aspectos salientados nos comportamentos do homem empreendedor são o desejo de obtenção de lucros, de sucesso e de gerar de inovações. Coan (2011) salienta, no entanto, que Schumpeter não defendia que essas características devessem ser desenvolvidas ou criadas, posição defendida por leitores contemporâneos de Schumpeter e que advogam pelo ensino do empreendedorismo.

Como afirma Betoni, (2014), a partir da diferenciação entre empreendedor e administrador, Schumpeter introduz na discussão do empreendedorismo o binômio

inovação/rotina. Nas práticas de difusão da cultura empreendedora, em especial na publicidade, palestras e estudos de caso, a inovação vem acompanhada de outras significações como a “transgressão” e o “inconformismo”. Ou seja, busca-se colar no empreendedorismo significados associados à juventude, como a revolta e a crítica social. A mesma autora afirma, no entanto, que a utilização da obra de Schumpeter para defender o empreendedorismo, frequentemente se atém apenas a sua valoração positiva da figura do empreendedor como um sujeito de ação que introduz mudanças e quebra o equilíbrio. A discussão maior do autor sobre a economia e a sociedade capitalista é frequentemente ignorada, assim como o seu pessimismo frente à sustentação em longo prazo do capitalismo e a ascensão de uma nova sociedade socialista. Desta forma, os arautos do empreendedorismo de hoje, ao invocar o economista austríaco, o fazem sem questionar suas ideias de desenvolvimento e de progresso. Ao contrário, a ruptura e a inovação introduziriam mudanças, para que tudo continue o mesmo, num sentido inexorável para frente.

Os autores trabalhados até aqui analisaram o empreendedorismo a partir de um ponto de vista econômico. As análises dos autores que veremos a seguir trazem contribuições para a interface do empreendedorismo como a educação e a formação de novas ‘competências’ e habilidades, em suma, a criação de um novo perfil de trabalhador.

3.1.3 Schultz e Mclelland: Educação, Capital Humano e Perfil Empreendedor

Theodore Willian Schultz (1902-1998) é um autor referência para a teoria do capital humano, pela qual recebeu o Nobel de economia em 1968. Sua obra teve profunda influência sobre o campo educacional e foi assimilada por muitos projetos de educação para o empreendedorismo (COAN, 2011). O pano de fundo da teoria são as formulações da Escola Econômica de Chicago, da qual Schultz fez parte e que, desde os anos de 1960, têm influenciado o pensamento econômico em prol de uma leitura particular do liberalismo clássico. Coan (2011) afirma que o central na sua teoria é que o próprio conhecimento é uma forma de capital que pode ser adquirido pelos trabalhadores. Desta forma, os trabalhadores se transformariam em capitalistas pela aquisição de conhecimentos e capacidades que possuem valor econômico. O antagonismo constitutivo da sociabilidade do capital – a luta de classes – é, desta forma, discursivamente apagado, e o fracasso pessoal e econômico dos trabalhadores é justificado pela incapacidade de aquisição de capital humano, ou seja, pela falta de mérito individual.

Com a ampliação da noção de capital encabeçada por Schultz, a formação da força de trabalho se transmuta em um investimento, uma vez que a estrutura de ordenamentos de salários

seria determinada pelos investimentos em educação, saúde, treinamento no local de trabalho, entre outros (COAN, 2011). Dá-se também uma ênfase muito grande na orientação profissional, de forma a munir os indivíduos com os elementos para fazer melhores escolhas de carreira que possibilitassem um retorno maior ao longo da vida. Embora os frutos do investimento em educação sejam apropriados majoritariamente de maneira privada (pela via do emprego e renda dos trabalhadores), o resultado desse investimento seria o desenvolvimento econômico nacional. No entanto, não bastaria investir em educação de forma genérica: para ter retorno seria necessário investir no tipo correto de capital humano e na qualidade necessária, o que implica sua adequação aos ditames do mercado de trabalho.

É preciso ressaltar que, de fato, no capitalismo, o valor da capacidade de trabalho e o salário médio não estão dados dentro de limites pré-fixados. Marx (2004) resalta que ainda que o salário médio seja constante para a classe, dentro de certa determinação social dada, essa limitação não existe para o trabalhador individual. O salário de cada trabalhador pode, portanto, oscilar acima ou abaixo do valor da sua capacidade de trabalho. Além disso, a liberdade de movimento que os trabalhadores adquirem com o advento do capitalismo, os permite buscar, a partir de suas habilidades, seu vigor ou diligência, atividades em diferentes ramos de produção ou no interior do mesmo ramo que ofereçam melhores rendimentos. Essa dinâmica de fato permite o aparecimento de diferenças significativas nos salários dos trabalhadores entre si.

Também é verdade que o valor superior de determinada capacidade de trabalho deve ser pago ao seu possuidor, e isso se exprime em um salário maior. São produzidas deste modo diferenças de salários, conforme cada trabalho requeira ou não capacidades de trabalho mais desenvolvidas e que exijam maiores custos de formação. Abre-se aí um campo para grande diversidade individual e um incentivo, dentro de certos limites, para o desenvolvimento da capacidade individual de trabalho (MARX, 2004, p. 102). No entanto, o que frequentemente deixa de ser mencionado é que há limitações objetivas para esse movimento: a dinâmica própria do mercado de trabalho. Determinada capacidade superior de trabalho só será paga pelo seu valor na medida em seja demandada pela produção. A população qualificada excedente terá que se contentar em realizar trabalhos simples, mesmo sendo sobrequalificada para determinada atividade. Em qualquer sociedade capitalista, além disso, sabe-se que a massa dos trabalhos necessários é de tipo simples, que exigem pequena qualificação (MARX, 2004).

O que é verdade para o indivíduo, portanto, não é generalizável para a classe. Esse tipo de teoria exerce uma função ideológica clara: ao inverter a relação causa e efeito entre a qualificação e a renda recebida por meio dos salários, justifica-se a desigualdade e os baixos rendimentos dos trabalhadores atribuindo sua condição salarial à sua má formação educacional. Da mesma forma, no âmbito nacional, obnubila-se as determinações objetivas que determinam a posição dos diferentes países em âmbito internacional, suas formações históricas particulares, o nível de desenvolvimento das suas forças produtivas, assim como o papel do imperialismo no impedimento da autodeterminação dos países subdesenvolvidos, e substitui-se por uma explicação que atribui à educação o papel de indutora do desenvolvimento econômico e a responsabilidade por questões sociais fora de sua alçada.

Shiroma e Campos (1997), em um artigo que busca sistematizar a produção nas pesquisas educacionais brasileiras sobre qualificação e reestruturação produtiva, identificam que as pesquisas sobre educação e trabalho no Brasil foram fortemente influenciadas pela teoria do capital humano. Nas décadas de 1960 e 1970 muitas pesquisas sobre distribuição de renda atribuíam à educação a responsabilidade pela baixa produtividade do trabalho e baixos níveis de renda no país. Essas conclusões serviram de base para outros estudos que defendiam uma vinculação mais direta entre educação e mercado.

Coan (2011) afirma que, embora tenha sofrido muitas críticas, a teoria do capital humano foi sendo atualizada constantemente, citando como exemplo a pedagogia das competências, discursos sobre empregabilidade e a pedagogia do empreendedorismo. No contexto da educação para o empreendedorismo a teoria do capital humano é exacerbada, na medida em que o foco muda da empregabilidade para a geração de um suposto *autoemprego*. Na medida em que as aptidões, competências e habilidades dos sujeitos passam a ser vistas como pertencente a seu “capital”, os sujeitos passam a estabelecer relações consigo mesmos e com os outros como relações de investimento, tomando a si mesmos como uma microempresa cujo imperativo maior é autovalorização. O homem que se pretende formar por tal movimento é o homem-empresa, e esse movimento estaria vinculado à disseminação de uma cultura empreendedora. Na visão de Coan (2011), a teoria do capital humano é uma ideologia que, ao não considerar a força de trabalho como categoria de análise, relativiza a classe trabalhadora como um dos polos da luta de classes e obscurece as determinações objetivas e as relações de força que influenciam na determinação do valor da mercadoria força de trabalho.

Os autores analisados até agora trataram do empreendedorismo a partir da sua dimensão econômica. Na revisão que fizemos foram agrupados elementos que assinalam, em

diferentes autores, as características e papéis esperados dos empreendedores, assim como seus efeitos. Algumas das características atribuídas ao empreendedorismo são: assunção de riscos no mercado, capacidade de gestão dos elementos do processo produtivo, o desenvolvimento econômico e social, a introdução inovações que rompem os processos produtivos. A obra de Schultz, embora não trate do empreendedorismo propriamente dito, introduz também a noção da educação como componente central no desenvolvimento econômico, tanto do ponto de vista individual como nacional.

A obra de David Mclelland se dedica a entender, de um ponto de vista psicológico, quais as características comportamentais dos indivíduos que criam empreendimentos e, mais importante, empreendimentos de sucesso. A tese subjacente é a de que os sujeitos empreendedores possuem características próprias que os diferenciam dos outros. Diversos construtos foram criados ou adaptados para descrever quais seriam essas características, como a motivação para realização, estilo de liderança, capacidade de identificar oportunidades, iniciativa. (COAN, 2011). Mclelland propôs estudar o papel de homens de negócios na sociedade e a contribuição deles para o desenvolvimento econômico. Seu objetivo era entender porque alguns empresários ou executivos tinham sucesso e outros não. A tese do psicólogo é a de que características psicológicas teriam grande influência na motivação dos sujeitos, e que o segredo do sucesso estaria na motivação para ação. Essa estaria vinculada a três necessidades: realização, poder e filiação, cada qual exercendo maior ou menor dominância.

A necessidade de realização diz respeito à motivação para realizar tarefas da melhor maneira possível, ultrapassando os limites dados. Pessoas ou grupos com a presença marcante desse fator tem forte desejo de assumir responsabilidades, entrar em situações de competição, e receber retornos pelas suas condutas. Gostam de situações em que sentem que o sucesso ou fracasso depende de suas ações e condutas e de riscos moderados. A necessidade de poder está relacionada ao desejo de influenciar e comandar pessoas, fazendo com que se comportem de modo não natural. A presença marcante desse fator levaria pessoas ou grupos a preferirem situações que tragam retorno em status, prestígio e influência do que resultados eficazes, e preferem correr riscos elevados. A necessidade de filiação, por sua vez, está relacionada à afetividade, desejo de manter relacionamentos agradáveis e boas relações interpessoais. Implica no favorecimento de relações cooperativas, e na tendência a fazer concessões para conformarem-se as normas do grupo (COAN, 2011).

A teoria das motivações de Mclelland é utilizada na gestão de recursos humanos para adequar melhor os trabalhadores a suas funções. Argumenta-se que a pessoa certa deve ser alocada no lugar certo, para evitar baixo desempenho, estresse e outras consequências indesejáveis. Além disso, o autor estudou extensamente o comportamento empresarial, sustentando a tese de que pessoas com alta necessidade de realização se comportam de modo empresarial. Esse comportamento teria características próprias como “aceitação de riscos; atividade instrumental vigorosa e/ou original¹²; responsabilidade individual; conhecimentos dos resultados de decisões, planejamento em longo prazo e aptidões de organização, cada uma delas com vários desdobramentos” (COAN, 2011, p. 118-125).

Coan (2011) critica Mclelland pelo enfoque idealista e subjetivista de suas análises, que dão pouca atenção a aspectos objetivos da realidade, como a organização social, a divisão entre classes, a impossibilidade de realização econômica, social e política para todos. A obra de Mclelland tem grande influência em pesquisadores que trabalham com o empreendedorismo na educação, em especial pelos conceitos de motivação e perfis de liderança. Advoga-se que essas características psicológicas podem ser desenvolvidas através da educação. A discussão sobre perfis empreendedores na educação é muito pautada por essa matriz de pensamento. Na próxima sessão apresentaremos a o resultado da revisão de literatura que realizamos sobre a ideologia do empreendedorismo e a formação da juventude, trazendo elementos críticos dos estudos em ciências humanas e educação.

3.2 Ideologia do Empreendedorismo na Formação da Juventude

Os autores selecionados na revisão de literatura tomam uma posição crítica em relação ao empreendedorismo. Questionando a pertinência do conceito, o seu significado subjacente e apontando sua função no ajustamento da juventude às demandas do capitalismo contemporâneo.

Souza (2006), Drewinski (2009), Lima (2011), Castro (2013), Wolf (2014), Betoni (2014), apontam que a reestruturação produtiva resultou em níveis elevados de desemprego estrutural, em especial juvenil. Os jovens são apontados como principais vítimas das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, tendo os maiores índices de desemprego e as piores ocupações. Esses autores argumentam que os projetos de educação para o empreendedorismo,

¹² Atividade instrumental é aquela orientada para fins predefinidos; atividade criativa são atividades orientadas para a criação de novos produtos, serviços, ideias, etc. O argumento central é que empreendedores trabalham mais ou trabalham muito no desenvolvimento de inovação, em comparação com não empreendedores.

por mais variados que sejam, tem como ponto de convergência o não reconhecimento do caráter estrutural do desemprego, inerente a forma capitalista de sociabilidade. Esses projetos, ao enfatizar a educação como estratégia para desenvolver capacidades de criar seu próprio emprego ou gerar renda, deslocam o eixo de análise da sociedade para o indivíduo.

A dissertação de Adriano Mohn e Souza (2006) buscou analisar ideologia do empreendedorismo e o seu direcionamento para os jovens trabalhadores. Seu trabalho, intitulado *Jovens e a Educação Empreendedora: que discurso é esse?* foi apresentado na Universidade Católica de Goiás e defendido em 2006. A sua questão de pesquisa é qual a noção de protagonismo juvenil subjacente ao discurso de alguns OM sobre empreendedorismo. O autor argumenta que ao longo da década de 1990 a ONU e a OIT desenvolveram diversas medidas buscando o emprego dos jovens. O diagnóstico dessas organizações é que, em decorrência da globalização econômica, as oportunidades de emprego para os jovens tornam-se raras. Quando existem, em geral são em tempo parcial, temporário e precárias. Na visão desses organismos, o que impediria os jovens de ocupar empregos dignos e produtivos é a falta de formação e treinamento. A pobreza e o ciclo do subemprego, por sua vez, seriam retroalimentados pela alta evasão escolar e pelo aprendizado de habilidades desalinhadas às necessidades de mercado.

Souza identifica que a solução apresentada por OM no início da década era o desenvolvimento de “habilidades de comunicação, solução de problemas, trabalho em equipe e liderança” (SOUZA, 2006, p. 124). Desta forma, a questão do desemprego juvenil é apresentada como um problema educacional e não relacionado as dinâmicas do capitalismo. Para a OIT¹³, em especial, a criação de empresas era vista como uma das formas mais eficazes de se promover o emprego do jovem. O núcleo desse tipo de pensamento é a conversão de desafios em oportunidades, por meio da iniciativa pessoal e do protagonismo juvenil.

Adriano Souza (2006) também demonstra como o empreendedorismo se refere a uma área com grande abrangência e a diferentes sujeitos. O mais difundido é a criação de empresas e o seu corolário, o empresário. Mas também se difundem as microempresas individuais, que tem no microempreendedor individual e na geração de um suposto auto emprego o seu objetivo.

¹³ Organização Internacional do Trabalho é uma agência das Nações Unidas fundada em 1919 e tem como objetivo promover a “justiça social” e o “trabalho decente” através da criação de padrões internacionais de trabalho. Foi a primeira agência especializada da ONU a ser criada. Fonte: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>. Disponível em 22/09/2019

O intraempreendedorismo, isto é, o empregado empreendedor que, embora seja subordinado e seja tecnicamente um trabalhador é incentivado a se ver como um colaborador da organização e buscar melhorar os processos internos da empresa como se também fosse dono dela.

A ideologia do empreendedorismo, para o autor, tem o jovem como interlocutor privilegiado. Estaria em curso uma disputa de significados sobre o que é ser jovem. Frente o aumento das taxas de desemprego juvenil, o processo de desassalariamento e precarização do mercado de trabalho, os jovens são convidados a romper com os valores da geração anterior, que tinha como sonho o trabalho assalariado com contratos de longa duração, vinculado a ideia de carreira. Em seu lugar propõem que a preparação dos jovens no empreendedorismo pode fazer com que ele estabeleça uma nova relação com o mercado e com seu trabalho, que seja mais proativa, autônoma (SOUZA, 2006). Ao invés de procurar empregos, que são insuficientes em relação a demanda, os jovens empreendedores seriam capazes de investigar oportunidades, promover ações efetivas e inovadoras, e gerar empregos e desenvolvimento.

O autor identifica que o discurso ideológico do empreendedorismo é proposto como solução para o Estado e para os trabalhadores se ajustarem as novas exigências de competitividade advindas da implementação de políticas neoliberais (SOUZA, 2006). O discurso do empreendedorismo juvenil se associa a uma visão conservadora de protagonismo juvenil, vinculada a noção de *empoderamento*. Esse termo, difundido por Organismos Multilaterais, significa o crescimento da força política, social ou econômica de indivíduos. Empoderar-se implica na participação e integração social, assim como na assunção de deveres e acesso a direitos. Para as OM, os jovens devem assumir sua condição de protagonistas no combate à pobreza, atuando como agentes de transformação e desenvolvimento econômico. Souza (2006) argumenta que a noção de protagonismo juvenil desses organismos revela justamente o seu contrário, isto é, a adequação ao ordenamento mundial dado e a inserção dos jovens no mercado de trabalho de qualquer forma. Ao fim e ao cabo, o autor conclui que o resultado desse projeto educativo do empreendedorismo é a responsabilização individual do jovem pela sua inserção laboral, e seu possível fracasso, reforçando o individualismo próprio da ideologia neoliberal.

Outro autor que discute a ideologia do empreendedorismo é a Jacob Lima (2010). Em um artigo intitulado *Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?* O autor discute as modificações na cultura do trabalho que ocorreram a partir das reestruturações produtivas. Para o autor, os temas do associativismo, participacionismo e empreendedorismo, embora distintos, são complementares e se organizam no quadro de

interesses empresariais, das políticas públicas e, por vezes, dos movimentos dos trabalhadores por melhores condições de vida. Seu artigo analisa um duplo movimento: as mudanças na forma de organização do trabalho observadas nas últimas décadas do século XX e as mudanças dos valores relacionados ao trabalho.

Lima (2010) utiliza o conceito de pós-fordismo para nomear o novo modelo de organização do trabalho surgido com a reestruturação produtiva. Na concepção do autor, as propostas de reorganização da produção desses novos modelos de trabalho rompem com a rigidez das corporações, introduzindo noções como a de participação, competitividade e metas que individualizam a conduta dos trabalhadores. A “autogestão controlada”, como ele denomina, colocaria os trabalhadores uns contra os outros, na medida em que são introduzidas responsabilizações individuais por produtividade. As estratégias individuais de sobrevivência no mercado, passam a substituir as coletivas. Essa individualização, por sua vez, recolocaria a autonomia do trabalhador e suas capacidades empreendedoras dentro do processo produtivo (Lima, 2010, p. 168).

A versão ocidentalizada ou norte-americana do pós-fordismo dá destaque maior para a flexibilização interna dos processos de produção e dos contratos de trabalho, e para flexibilização externa dos fornecedores e a externalização de partes da produção. Com relação à força de trabalho, essas mudanças alteram os termos dos contratos de trabalho através da introdução de novas formas de utilização do tempo de trabalho. Trabalho parcial, por tarefas, projetos ou empreitada além da progressiva desvinculação do pagamento de outras obrigações que não o trabalho efetivamente realizado (Lima, 2010, p. 170).

A nova forma por excelência da reestruturação é a empresa enxuta. Sua organização envolveria um núcleo reduzido em tamanho cercado de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviço e trabalhadores temporários. A organização desse núcleo se daria por equipes pluridisciplinares organizadas por coordenadores e não chefes. A cultura da empresa passa a pressupor a adesão de todos, na medida em que a diminuição dos níveis hierárquicos intermediários passa a exigir que cada um saiba o que fazer sem a necessidade de uma gestão externa. A eficácia dessa estratégia se assenta no envolvimento pessoal dos trabalhadores com a empresa, sua motivação para agir e participar (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 103, apud LIMA, 2010, p. 170).

O trabalho autônomo passa a ser cada vez mais valorizado, na medida em que permite as empresas uma redução de custos ao dispor da força de trabalho apenas quando necessitam. O trabalhador, visto como empresário e patrão de si mesmo, têm que arcar com os custos de sua reprodução social, seja através de taxas de serviços privados, impostos de serviços públicos ou investimento pessoal na sua capacitação continuada (LIMA, 2010). Sua sobrevivência no mercado depende da adaptabilidade a novas tecnologias e a mudanças, além da capacidade de inovação. O trabalhador deve, para isso, tornar-se flexível e aberto a novos desafios. Lima (2010) salienta que, embora essas mudanças se concentrem em grandes empresas com capacidade de investimento tecnológicos e organizacionais, os parâmetros do debate são traçados por elas. Fora delas prevalece uma infinidade de formas organizacionais que incorporam parcialmente tendências e modismos variados, coexistindo muitas vezes formas tradicionais de organização do trabalho com o mais contemporâneo.

Lima (2010) aponta, também, que ao longo do último quarto do século XX houve uma mudança do sentido dado à informalidade. Em sua origem este era um conceito utilizado para tentar entender a dualidade entre o trabalho formal regulamentado e o contingente de trabalhadores a margem desse mercado, utilizando variadas estratégias de sobrevivência em atividades descobertas de regulamentação. O trabalho formal representaria o moderno, o informal o atraso. A chegada em cena de teses neoliberais muda o enfoque das análises e a teoria dominante passa a ser a de que é o excesso de regulamentação, e não sua falta, a causa da informalidade.

O crescimento da informalidade nos países centrais é interpretado de diversas formas, seja como consequência da reestruturação produtiva, da desindustrialização, da terceirização, aumento da imigração e do desemprego (LIMA, 2010). O que era visto como próprio de países subdesenvolvidos passa a ser incorporado ao trabalho não padronizado, seja por contratos de tempo parcial, temporário, autônomo em oposição ao assalariamento regular, com contratos regulares por tempo indeterminado e acesso a direitos sociais. Essa nova informalidade se multiplica com o crescente uso de redes de subcontratação ao redor do mundo. Consequente a essas mudanças, há uma redefinição valorativa do conceito de informalidade que se afasta da ideia de subdesenvolvimento e passa a estar associado à desregulamentação, flexibilidade e empreendedorismo (LIMA, 2010, p. 174). A informalidade, que até então era vista negativamente começa a ser renomeada de “empreendedorismo por necessidade” e os trabalhadores nessa situação passam a ser objeto de investimentos estatais e privados (LIMA,

2010, p. 175). Com trabalho duro, capacidade de inovação e investimento nos negócios seria possível transformar uma situação de mercado desfavorável em possibilidade de sucesso.

Outro autor que discute o conceito de empreendedorismo como ideologia é Rodrigo Camacho (2016). Seu artigo, intitulado *A educação do campo em disputa: resistência versus subalternidade ao capital* busca contrapor e demonstrar as diferenças entre duas perspectivas de Educação do Campo, a tendência campesina do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O recorte analítico do artigo é uma experiência específica do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR), financiada pelo Instituto Souza Cruz em Guaraminga, no Paraná. A tese principal do autor é que, assim como o campo está em disputa, a educação das próximas gerações do campo também está. O PQA, construído pelo movimento campesino, vem sendo apropriado pelo Estado e pelas empresas, através de seus institutos de responsabilidade social, ONGs e outras entidades filantrópicas. Enquanto o projeto campesino buscava formar os estudantes para a resistência, inclusive formação militante para os movimentos socioterritoriais do campo, a educação fundamentada no PCA visa formar empreendedores rurais na lógica da profissionalização, com o objetivo de integrá-los de forma subalterna ao capital.

O Programa Empreendedorismo Jovem Rural visa à integração dos jovens do campo nos processos produtivos, formando empreendedores rurais através da profissionalização dos agricultores. O fim desejado, argumenta Camacho (2016), é a *metamorfose* dos jovens campesinos em agricultores familiares plenamente integrados ao mercado. Esse processo supostamente seria capaz de promover o desenvolvimento territorial sustentável. O projeto é concebido pelo Instituto Souza Cruz, uma ONG independente juridicamente da companhia Souza Cruz, mas com fortes laços com o setor empresarial pela via do financiamento. A execução, no entanto, fica a cargo do CEDEJOR, outra ONG que desenvolve atividades de formação dos jovens rurais com o intuito de impedir o êxodo dessa população. A sua atuação ocorre principalmente em regiões onde os movimentos socioterritoriais camponeses tem menor atuação.

O eixo central do programa é a aprendizagem do empreendedorismo do jovem rural, a partir do qual são estruturadas outras temáticas, como a agricultura familiar, juventude rural e desenvolvimento territorial rural “sustentável e solidário”. O objetivo do programa é capacitar os jovens em conhecimento e habilidades que os permitam aproveitar oportunidades territoriais

e políticas públicas para empreender. O foco do programa são quatro competências básicas. 1) A competência pessoal diz respeito a aprender a ser jovem no novo contexto rural brasileiro, redefinindo suas iniciativas a partir das possibilidades do território. 2) A competência relacional, isto é, aprender a conviver consigo, com familiares, com “atores do território” e como estabelecer relações entre diferentes “atores, instituições e o meio ambiente”. 3) Conhecimento produtivo, ou seja, como lidar diretamente com a produção e distribuição econômica a partir de um ponto de vista empreendedor. 4) A última competência, de cariz cognitivo, se refere ao conhecimento técnico considerado necessário pelo documento para o contexto rural brasileiro atual.

Camacho (2016) critica essas propostas, identificando o viés instrumental da educação preconizada pela pedagogia das competências que embasa o programa. Essa perspectiva se assenta num modelo educativo que subordina a educação às necessidades produtivas. A educação do campo passa a incorporar como fim próprio necessidades do sistema econômico, como a aferição de lucros pelo aumento da produtividade e competitividade. O conflito e a luta social próprios da educação do campo são substituídos por competências individuais que podem ser desenvolvidas por meio de técnicas que permitem a inserção subordinada do jovem rural ao mercado capitalista. Para o autor, essa proposta pode ser sintetizada pelo binômio adaptação e subalternidade.

Além disso, o programa visa ressignificar o ensino no campo, preparando o jovem para o exercício de novas profissões rurais, o que pressupõe a assimilação de proposições formuladas por organismos com vínculos empresariais para a educação do campo e a juventude rural. Os movimentos sociais camponeses não são protagonistas desse processo, mas sim as ONGs financiadas pelo agronegócio. Um dos efeitos disso é a formação dos jovens do campo afastados dos movimentos sociais camponeses e por vezes francamente contrários a eles. O resultado disso é a reiteração de pressupostos da ideologia dominante, como a criminalização de movimentos socioterritoriais do campo e o apoio ao agronegócio como modelo de desenvolvimento necessário. O autor conclui que o PCA serve duas funções: a formação de mão de obra qualificada para o agronegócio e a difusão da ideologia da PCA no campo entre os jovens camponeses. Essa ideologia defende a ruptura com a matriz de educação do campo pautada na luta de classes e a subalternidade da agricultura familiar ao agronegócio.

Embora o autor discuta as particularidades da educação do campo, sua compreensão poderia ser facilmente extrapolada para a educação de forma geral e a introdução do empreendedorismo em outros setores. O empreendedorismo, no campo e na cidade, se sustenta

em valores liberais como a defesa do livre mercado, a negação do antagonismo entre as classes. Não cumpriria uma função de preparar a força de trabalho para formas flexíveis de trabalho? Não difundiria uma ideologia que naturaliza a dominação de classes, ao propor que a capacidade de criar e inovar são os motores do desenvolvimento econômico e que todos, independentemente da origem, podem ser empreendedores?

Como vimos, a difusão da ideologia do empreendedorismo como receita salvacionista para o desemprego tem como objetivo formar novos agentes sociais, trabalhadores-empREENDEDORES, ajustados as demandas do capital-imperialismo. Alguns estudos se dedicam a investigar a relação entre o discurso do empreendedorismo e a prática dos empreendedores, procurando desvendar quais os resultados objetivos e subjetivos para os sujeitos implicados nesses processos educativos que vêm sendo propostos. É o caso da dissertação de Fátima Cunha, intitulada *Desemprego e Precarização do Trabalho na Prática do Empreendedorismo: Histórias de Vida de Empreendedores* (CUNHA, 2007). Sua pesquisa de mestrado foi realizada num programa de Pós-graduação em Sociologia política da UFSC. Partindo do referencial da sociologia histórica, busca-se investigar quem são os trabalhadores que buscam o empreendedorismo, como eles vivenciam essa prática. Para isso foram realizadas entrevistas sobre a história de vida de empreendedores que criaram negócios antes e depois da década de 1990, assinalada como um marco na implementação de reformas de cunho neoliberal no Brasil.

A análise da autora a permite concluir que os empreendedores são de ambos os sexos, desempregados, subempregados ou não empregados e que, independente da formação profissional, são empurrados para a abertura de negócios próprios motivados principalmente pelo desemprego. Cunha (2007) identifica uma dualidade relacionada a formação educacional: para os pouco-qualificados, o empreendedorismo aparece como sinônimo de auto emprego e uma forma de geração de renda; para os mais qualificados, está atrelado ao sonho de maior liberdade e autonomia no trabalho. Independentemente das motivações, os resultados da atividade empreendedora em geral foram desastrosos: falências, dívidas e a descapitalização são comuns. A maior parte dos negócios não tiveram sucesso, não obstante, é comum a criação de empreendimentos em série e sucessivas tentativas fracassadas de montar o próprio negócio.

Outra consequência apontada pela autora é processo de intensificação do trabalho e extensão da jornada. Na medida em que o negócio é próprio e os trabalhadores se veem como seus próprios patrões, há uma tendência para o sobretrabalho, a indistinção entre momentos de

lazer e de trabalho, o uso de mão de obra familiar, entre outros. Em alguns casos, há também a subordinação das empresas em cadeias de subcontratação, como nas facções de roupas, o que mascara a exploração do trabalho através do véu do empreendedorismo. Do ponto de vista dos empreendedores, no entanto, esses processos aparecem como naturais, produto de características próprias de personalidade. São, inclusive, vistos pelos sujeitos entrevistados como características desejáveis e positivas, como dedicação, proatividade, incapacidade de ficar parado (CUNHA, 2007).

A autora conclui que a propagação do empreendedorismo difunde a crença de que os indivíduos poderiam se inserir socialmente em um patamar social superior, na medida em que os sujeitos entrevistados passam a se ver como patrões e não mais empregados, e isto é valorizado positivamente. No entanto, o que realmente ocorre na maioria das vezes é uma regressão social. Os empreendedores, embora sejam donos de pequenos negócios, não possuem recursos para usufruir das mesmas condições que empresários tradicionais. Em sua maioria são empresários individuais e não possuem empregados, passando a estar sujeitos a formas de exploração semelhantes aquelas a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados, mas sem os benefícios da proteção social do trabalho (CUNHA, 2006).

Jane Drewzinski (2009), em sua tese intitulada *Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil*, investiga os rebatimentos do desemprego de jovens na educação. Seu objeto de análise é o projeto Projovem Empreendedor e a Pedagogia Empreendedora de Fernando Dolabela¹⁴. A autora também ressalta que o que essas propostas têm em comum é o deslocamento de problemas sociais de larga escala, como o desemprego, para o nível individual.

Nessa direção, a autora identifica que essas propostas se articulam aos pilares da educação para o século XXI da UNESCO, em especial a ideia de aprender a aprender e a noção de competências, na medida em que ambas atribuem aos indivíduos a responsabilidade pelos seus processos formativos. O que fica implícito é uma desvalorização da dimensão da educação como um processo de transmissão social e da função da escola como espaço de socialização de conhecimentos. A formação do conhecimento é tratada como um processo individual, subjetivo, que ocorre por meio da ação. Desta forma, prioriza-se o saber prático e a experiência

¹⁴ O brasileiro Fernando Dolabela é reconhecido como criador de um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo no Brasil, tanto no nível básico quanto no superior. A sua Oficina do Empreendedor e a sua Pedagogia Empreendedora são referência no ensino de empreendedorismo e sua obra é analisada no trabalho de alguns dos autores da revisão bibliográfica. Para uma discussão mais aprofundada, ver Coan (2011), Cruz (2018) e Wolf (2014).

e a educação ao longo da vida. A autora sintetiza que aprender a aprender passa a ser uma condição para aprender a empreender. A educação empreendedora reforça a ideia que o indivíduo pode aprender sozinho e que ele deve ter autonomia para adquirir conhecimentos, uma vez que o aprendizado do empreendedorismo implica na capacidade de identificar oportunidades no mercado e tomar suas próprias decisões.

Dentre os desdobramentos desse tipo de educação estão a ênfase em métodos e técnicas que priorizem a autonomia, que ensinem responsabilidade individual, capacidade de identificar oportunidades, de fazer escolhas e arcar com as consequências. Fazem parte do rol de competências necessárias para a formação desse novo perfil de trabalhador/empreendedor o protagonismo, a criatividade, iniciativa, capacidade decisória e de resolução de problemas.

Na sua análise do programa Jovem Empreendedor, a autora conclui que, do ponto de vista da preparação para o trabalho, o empreendedorismo tem servido para incentivar a capacitar jovens para sua inserção em ocupações no setor informal. No entanto, na análise da autora, nem essa função tem se cumprido, uma vez que a taxa de ocupação de jovens nesse setor é baixa. Desta forma, a autora identifica outros conteúdos presentes nessa formação. Chama a atenção o incentivo ao voluntarismo, em especial no chamado terceiro setor. Para a autora, isso evidencia uma preocupação social em manter o jovem ocupado de qualquer maneira (DREWSINSKI, 2009).

Esta dupla natureza da formação para o empreendedorismo é ressaltada por Coan (2011), que afirma que ao mesmo tempo em que estimulam a competitividade e o individualismo como valores morais, estimulam a ‘responsabilidade social’, o desenvolvimento de projetos comunitários, que despolitizam as relações sociais contraditórias e responsabilizam indivíduos e comunidades por seus problemas. A estratégia parece ser a mesma adotada pelo associativismo empresarial que, explora de um lado e, por outro, faz caridade e educação apaziguadora por meio de estratégias de responsabilidade social empresarial.

Outra pesquisa que discute o ensino de empreendedorismo é a dissertação de Mirian Cruz (2018). Seu trabalho, intitulado Empreendedorismo na Escola: Uma Análise Crítica do Curso “Jovens Empreendedores Primeiros Passos, analisa extensamente um programa desenvolvido pelo Sebrae e aplicado nas escolas municipais de Fraiburgo. Embora o a discussão da autora trate de um programa voltado também para a infância, resolvemos mantê-la pela

riqueza do material analisado. Sua análise nos permite elucidar melhor o tipo de projeto aventado pela burguesia nacional para os jovens estudantes.

O foco da análise da autora foi o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos, implementado nas escolas municipais de Fraiburgo em parceria com o Sebrae. A oferta se deu de forma gratuita, por meio de um contrato de licenciamento. O SEBRAE ficou responsável pela formação dos professores, e criação dos conteúdos e oferta de material. A prefeitura cedeu os profissionais para formação e abriu inicialmente uma escola para o projeto piloto, com oito turmas de 1º ao 4º ano. Além dessa escola, em 2015 o projeto foi expandido para outras dez, totalizando onze escolas. Para se ter uma noção da dimensão do projeto, participaram ao todo 108 professores, 2189 crianças do 1º ao 9º ano, num total de 100 turmas (CRUZ, 2018). No ano seguinte, 2016, o curso foi mantido em duas escolas, contando com a participação de 29 professores, 525 crianças de 22 turmas diferentes.

Em cada ano do ensino fundamental é oferecido um livro didático específico, e desenvolve-se um projeto empreendedor. O objetivo do curso é incentivar o desenvolvimento de comportamentos empreendedores, protagonismo juvenil e a iniciativa futura de se inserir no mercado de trabalho por meio de negócios próprios e uma postura empreendedora. O eixo central são 10 características empreendedoras e o desenvolvimento de um plano de negócios. Busca de oportunidades e iniciativa, persistência, capacidade de correr riscos, exigência de qualidade e eficiência, comprometimento, capacidade de estabelecer metas, planejamento e monitoramento sistemático, persuasão, independência e autoconfiança; essas são as características a ser desenvolvidas ao longo do projeto (CRUZ, 2018, p. 91). Quanto ao plano de negócios, ele envolve a identificação de uma oportunidade econômica, definição de nome de empresa, produtos, serviços, clientela, recursos necessários, marketing, entre outros.

Esses eixos são divididos ao longo dos 9 anos de ensino, em graus maiores de complexidade. Em geral esses projetos giram em torno da confecção de algum produto, como essências, temperos naturais, brinquedos ecológicos, alimentos, embalagens, materiais reciclados. Nos anos finais, a temática do empreendedorismo social e a elaboração de um plano de negócios completo é privilegiada. Aprende-se além da confecção de produtos, a montagem de lojinhas, empresas prestadoras de serviços, projetos sociais, e um negócio em sentido estrito. (CRUZ, 2018)

No entanto, o mero fabrico não é o importante: através disso são veiculados a importância da eficiência, da qualidade, a atratividade dos produtos (CRUZ, 2018). No livro do 1º ano, além de descobrir ervas aromáticas, os estudantes são ensinados a abrir uma loja para

vender os produtos, descobrindo o que é uma loja, o que são clientes, a necessidade de planejamento, propaganda, noções de contabilidade e organização. No livro do terceiro ano, aprendem mais sobre planejamento, concorrência. Os alunos são ensinados que concorrência não é algo ruim, que não é necessário ser rivais dos seus concorrentes, e que os concorrentes podem trabalhar em conjunto. Que devem agir com cooperação e respeito para que todos saiam ganhando e aprendam em conjunto. Além disso, valores como qualidade, organização e capricho são valorizados como forma de "conquistar os clientes" (CRUZ, 2018, p. 121). Outras características valorizadas pelo material são: vontade de trabalhar, criatividade, boas ideias, coragem, busca de recursos, persistência, aprender coisas novas, conhecer pessoas, qualidade (CRUZ, 2018). É interessante como os meios utilizados para o ensino desses valores e comportamentos se assemelham atividades de geração de renda no setor informal, como a produção artesanal, a fabricação de alimentos, a revenda no varejo, entre outros.

Para além da educação em sentido estrito, o empreendedorismo é difundido por meios de comunicação os mais diversos. Dalva Santana (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada *Aprendendo a Ser Jovem e Empreendedor Em Tempos Líquidos: Uma Análise da Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, investigou os múltiplos significados atribuídos ao termo empreendedorismo e o modo como são estabelecidos modos de ser jovem empreendedor. A pesquisadora parte de uma análise de que o público alvo da revista vinha mudando ao longo dos anos em direção ao público juvenil. Desta forma, procura investigar qual a relação feita entre juventude e empreendedorismo nas páginas da revista, quais as formas utilizadas para ensinar a empreender, como são mobilizados marcadores etários para diferenciar trabalhadores, jovens e velhos e, finalmente, quais características do mundo produtivo são difundidas pela revista.

Santana (2010) identifica que ser empreendedor, para revista, é uma síntese de um amplo leque de características, como a ousadia, flexibilidade, comprometimento, inquietude, interesse e sagacidade. O empreendedor também seria um consumidor de produtos que os atualizam frente às mudanças do mercado, como a própria revista de negócios. Certos aspectos da juventude que se relacionam as características empreendedoras são enaltecidos e evoca-se a imagem da "aventura empresarial" como ideal norteador das relações de trabalho. As fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de lazer são borradas. A máxima é não ter horários e adequar-se às necessidades de momento. O empreendedorismo, na visão da revista, não seria para todos,

mas sim para aqueles considerados adequados e com a atitude correta. O acesso a essas características, no entanto, não é dado pela natureza e pode ser construído seguindo os conselhos da revista. Outro aspecto salientado por Dalva Santana (2010) é o glamour e o otimismo com que o empreendedorismo é apresentado. Somente ganham as páginas da revista os casos de sucesso, os rostos bonitos e as empresas lucrativas. A face oculta do empreendedorismo - as falências, o desemprego, a instabilidade - são omitidas. Constrói-se, dessa forma, por um lado, um desejo de empreender e uma visão idealista do que é o mercado. Por outro lado, cria-se público consumidor para diversos produtos voltados para o empreendedorismo, como a própria revista, cursos, formações, palestras sobre liderança, entre outros.

A educação transmitida por essas revistas tem rebatimentos na formação da juventude e nas formas de relação que elas criam com a Universidade. Renato Milis (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada *Sobre o Significado da Criação e Expansão das Empresas Juniores na Universidade Brasileira*, investigou organizações estudantis universitárias intituladas Empresas Juniores. Essas entidades, formadas e geridas por estudantes de graduação, tem o objetivo de formar futuros profissionais através da vivência empresarial e dos valores do empreendedorismo. Elas surgiram no Brasil na década de 1980 e desde então têm se expandido rapidamente, tanto nas universidades públicas quanto privadas. Em sua análise, Milis (2016) identifica convergências entre a proposta pedagógica dessas empresas e o projeto educacional da burguesia industrial brasileira, organizada em torno da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Milis (2016) identifica que essas entidades subordinam a educação ao imperativo da competitividade, buscam introduzir nos currículos e na formação a importância do empreendedorismo e deslocam a centralidade da socialização do conhecimento na formação profissional para o desenvolvimento de competências, por meio de atividades práticas, orientadas para demandas do mercado. Esses aparelhos são entendidos como difusores da ideologia do empreendedorismo, atuando para educar os estudantes, conquistando a sua adesão para o projeto de sociabilidade coerente com as necessidades do capital-imperialismo, e com o projeto educativo da burguesia nacional. Qual seja: educação para a competitividade, subordinação do conhecimento ao mercado, tanto no âmbito da pesquisa quanto da formação profissional universitária.

Alessandra Costa (2010) também investigou as Empresas Juniores, mas com outro enfoque. Sua pesquisa de doutorado, intitulada *Convergências, Divergências e Silêncios: O*

Discurso Contemporâneo sobre o Empreendedorismo nas Empresas Juniores e na mídia de negócios, investigou a relação entre revistas de negócios e empresas juniores. A autora identifica três discursos dominantes em ambos os espaços, são eles:

“(1) o consenso acerca da centralidade da empresa na constituição do pensar e do agir do indivíduo no mundo; (2) a exemplaridade dos modelos empreendedores capitalistas neoliberais; e (3) a ausência de alternativas viáveis ao modelo capitalista contemporâneo” (COSTA, 2010, p. 8).

A partir disso, a autora questiona as funções ideológicas desses discursos. Por um lado, a ideia de empreendedor e empreendedorismo cumpre a função de assegurar que os jovens assumam como suas as metas de reprodução do sistema capitalista. O empreendedorismo, além disso, não é apresentado apenas como uma dentre outras possibilidades, mas como uma urgência, ou necessidade. Adapte-se, ou pereça. Mesmo que o indivíduo não possua características ‘natas’ para empreender, argumenta-se que ele pode desenvolver comportamentos e atitudes requeridos desde que frequentes espaços adequados, como as Empresas Juniores. Subjazem esses discursos, uma racionalidade que naturaliza as demandas produtivas na forma de novas atitudes necessárias para o ingresso no mercado de trabalho. Por meio das práticas e discursos que circulam nas empresas juniores, se educa os jovens universitários para serem gestores da própria carreira, empresários de si, como uma unidade autônoma inserida em um ambiente de competição de todos contra todos (COSTA, 2010).

A política de qualificação profissional foi o objeto de estudo da dissertação de Glória Maria Góes (2011). Seu trabalho, intitulado *Fundamentos, Princípios e Objetivos de uma Política de Qualificação Profissional: Projeto Juventude Empreendedora*, traz contribuições importantes ao discutir o empreendedorismo como componente de políticas públicas para inserção no mercado de trabalho. Em especial, as políticas de qualificação profissional centrados no empreendedorismo voltados para jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica. A autora da pesquisa teve longa atuação com jovens que cumprem medidas socioeducativas e participou da equipe de coordenação do Projeto Juventude Empreendedora (JUVEMP) do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), uma organização social do estado do Ceará. As suas inquietações partiram, portanto, da sua experiência com a juventude pobre e políticas públicas de emprego e renda que tem no empreendedorismo sua base. Para Góes (2011), as ideias sobre empreendedorismo disseminadas para esses jovens estão completamente dissociadas da realidade em que eles vivem. Cumprem, portanto, uma função

ideológica que, longe de promover sua efetiva inserção no mercado de trabalho, termina por acentuar a responsabilidade individual desses jovens por sua situação social.

Góes (2011) analisa diversos teóricos contemporâneos que pesquisam e defendem o empreendedorismo, buscando reunir quais as condições prévias seriam necessárias para a abertura de um negócio. Dentre os achados da autora, estão: educação formal sólida, perfil empreendedor, experiência no empreendimento, conhecimentos sobre mercado, economia de negócios, gestão, liderança, marketing, produção, distribuição e aporte de capital inicial. Embora essas condições não garantam o sucesso, são requisitos para ingressar no mercado em condições mínimas de competição. A juventude alvo dessas políticas públicas não possui esses requisitos, o que leva a autora a questionar a centralidade dada ao empreendedorismo nas políticas de emprego voltadas para jovens.

Salienta-se que esses programas não são capazes de suprir as carências formativas de base que os jovens em situação de vulnerabilidade apresentam. Desta forma, a ênfase formativa se dá em aspectos atitudinais que, para a ideologia do empreendedorismo, seriam a causa para a permanência do desemprego. Desta forma, incute-se a ideia de que os jovens são os únicos responsáveis pela sua situação laboral, seja pela falta de estudos, qualificações ou perfil empreendedor. Para Góes, o foco em componentes atitudinais do processo formativo está em consonância com o que é difundido por OM. Essas organizações defendem a manutenção de uma dualidade educacional, isto é, uma educação mais intelectualizada para minorias de gestores e profissionais mais qualificados, e uma educação geral rebaixada, para formar 'colaboradores' flexíveis, criativos, dinâmicos e, sobretudo, adaptados (GOES, 2011, p. 182).

Os trabalhos analisados tem em comum a identificação da juventude como alvo preferencial de políticas de empreendedorismo. O desemprego em geral e o juvenil em particular são reconhecidos como um problema, e a saída apresentada por essa ideologia é a capacitação dos jovens com conhecimentos e habilidades para que eles criem seus próprios negócios, e enfrentem o mercado de forma mais proativa e autônoma.

Identifica-se uma disputa de significados sobre o que é ser jovem. A juventude vem sendo convidada a romper com os valores relacionados ao trabalho que a geração anterior tinha. Empoderamento, protagonismo juvenil são os slogans utilizados para mobilizar esse segmento nessa direção. Os autores também identificam a relação entre empreendedorismo e neoliberalismo, em especial no tocante aos valores ético-políticos, a ênfase na responsabilização individual e na liberdade de escolha, em detrimento da igualdade substantiva.

As políticas de promoção do empreendedorismo vêm sendo implementadas em diversos níveis de ensino, das séries iniciais na infância até o ensino superior, além do ensino técnico e profissionalizante. Alguns autores identificam uma dualidade na formação para o empreendedorismo: para os mais pobres, formações para o trabalho precário, informal; para os mais preparados, o sonho de liberdade e autonomia no trabalho. O resultado são uma tendência para o sobretrabalho, indistinção entre o lazer e o labor e maior exploração. Desta forma, a ideologia do empreendedorismo aparece como uma função adaptativa, de conformação para uma situação laboral precária e naturalização da exploração.

Estamos de acordo com esses estudos, mas pensamos que o empreendedorismo seja mais que isso. Na próxima sessão buscamos ampliar o escopo da investigação, analisando o significado dado ao empreendedorismo em um documento da OCDE que trata da criação de instrumentos de medida sobre empreendedorismo comparáveis entre países. Buscamos com isso reenquadrar a discussão sobre o tema dentro de um amplo espectro de contrarreformas de cunho neoliberal, do qual as mudanças educacionais são apenas uma parte.

4 O OVO DA SERPENTE: ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DO EMPREENDEDORISMO DA OCDE

Nessa sessão buscamos explicitar o que a OCDE entende por empreendedorismo de forma geral. A análise que iremos apresentar toma como objeto os grupos de “determinantes do empreendedorismo” propostos pela OCDE-Eurostat¹⁵ em 2008 através do *Entrepreneurship Indicators Programme (EIP)*¹⁶. Esse documento é o resultado de diversas pesquisas para criação de instrumentos de mensuração do fenômeno. Suas propostas embasam as ações da OCDE nesse campo, incluindo o documento analisado na sessão anterior, focado em habilidades, juventude e empreendedorismo.

Diversos acontecimentos contribuíram para a construção do EIP. Desde a década de 1990, a OCDE vinha focando sua atenção no empreendedorismo, como parte de uma estratégia focada em criação de empregos. Ao mesmo tempo já existiam bases de dados relacionadas a atividades empresariais e da força de trabalho, e sobre pesquisa e desenvolvimento. No entanto, essas bases de dados não necessariamente proviam estatísticas sobre o tamanho das empresas, idade ou a vinculação desses dados com a atividade de “empreendedores” (OCDE, 2006).

Em 2004 ocorreu uma reunião Ministerial da OCDE em Istambul em que foram feitas recomendações explícitas em relação a “necessidade” de desenvolvimento de dados mais compreensivos e comparáveis entre países (OCDE, 2006, p. 4). No mesmo ano a fundação Ewing Marion Kaufmann¹⁷ proveu apoio financeiro para que a OCDE desenvolvesse o campo de estudos da “medição do empreendedorismo”. No ano seguinte, 2005, o Diretório de Estatística da OCDE criou duas iniciativas: o seu ramo sobre dados empresariais começou a desenvolver informações mais comparáveis entre países sobre “demografia empresarial” e foi criado um estudo de viabilidade para determinar se e como um programa internacional comparativo sobre estatísticas do empreendedorismo poderia ser desenvolvido. O resultado desse estudo de viabilidade foi um relatório intitulado *Understanding Entrepreneurship: Developing Indicators for International Comparisons and Measurement* (OCDE, 2006). Esse

¹⁵ Eurostat é o nome do Gabinete de Estatística da União Europeia, órgão da Comissão Europeia criado em 1953 com a função de produzir dados estatísticos e harmonizar os métodos estatísticos entre os estados-membros (OCDE, 2006)

¹⁶ Programa de Indicadores do Empreendedorismo, em tradução livre.

¹⁷ É uma fundação sem fins lucrativos com sede em Kansas City, Missouri, nos EUA. Foi fundada na década de 1960 e tem dois focos principais de atuação: investimento na educação de crianças e jovens e a promoção do empreendedorismo. Tem uma dotação de 2 bilhões de dólares e, em 2014 tinha receitas na casa dos \$154 milhões e gastos na ordem dos \$119 milhões. Fonte: <https://www.kauffman.org/>

relatório detalhava as diversas fases do estudo e reafirmava a necessidade de criação de um quadro geral de medidas do empreendedorismo para auxiliar na elaboração de políticas baseadas em resultado no âmbito da OCDE. Essa foi considerada a primeira fase do projeto.

Após a publicação do estudo de viabilidade foi dada sequência a segunda fase, que envolveu a criação de um manual de medição e um enquadramento conceitual do empreendedorismo, além de testes piloto, painéis de avaliação, conferências e uma estrutura de governança. A segunda etapa teve financiamento da Fundação Kauffman e do *International Consortium for Dynamic Entrepreneurship Benchmarking (ICE)*¹⁸. Foi criado um programa da OCDE-Eurostat intitulado *Entrepreneurship Indicators Program (EIP)*, iniciado em setembro de 2006. Posteriormente o ramo de Estatísticas de Negócios e o Programa de Indicadores de Empreendedorismo da OCDE foram fundidos numa só organização. Ao final do mesmo ano foi criado o *Entrepreneurship Indicators Steering Group* da OCDE (EISG)¹⁹, unindo especialistas sobre políticas de fomento ao empreendedorismo e profissionais responsáveis por centros nacionais de estatística dos países-membro da OCDE. O objetivo era selecionar indicadores relevantes que pudessem ser produzidos para comparação entre países.

Um dos resultados dessa segunda etapa foi o documento *Um Enquadramento para o Tratamento e Medida do Empreendedorismo* escrito por Nadim Ahmad e Anders Hoffman (2007) para o EISG. No documento justifica-se a necessidade de criação de tal enquadramento em virtude de problemas encontrados na formulação e de políticas de fomento ao empreendedorismo, como a falta de informações empíricas relacionadas aos fatores que inibem ou incentivam o empreendedorismo.

A ambiguidade do termo e a variabilidade dos indicadores impediriam a comparação de estatísticas em nível internacional, ainda que algumas organizações internacionais, como o Banco Mundial, a *Eurostat*, e o *Global Entrepreneurship Monitor*²⁰, tenham começado a

¹⁸ Esse pequeno consórcio tinha como membros Dinamarca, Canada, Inglaterra, Finlândia, Holanda, Noruega e Suécia, sendo liderado pelo governo dinamarquês.

¹⁹ Grupo Diretor em Indicadores de Empreendedorismo, em tradução livre.

²⁰ Monitoramento de Empreendedorismo Global, em tradução livre, é o maior estudo unificado de atividades empreendedoras desenvolvido atualmente. Reúne mais de 300 instituições acadêmicas e de pesquisa, distribuídas em mais de 100 países. Foi fundado em 1999 como uma ação coordenada da *Babson College (USA)* e *London Business School (UK)*. É considerado uma fonte de informações para organizações multilaterais, como a ONU, BM, e OCDE, fornecendo dados, relatórios e pareceres de especialistas. Fonte: <https://www.gemconsortium.org/about/news>

desenvolver bancos de dados internacionais desde finais da década de 1990²¹. Outro problema apontado é que, dado o aspecto multifacetado do conceito, nenhum dos indicadores disponíveis na época mediria mais do que alguns dos seus aspectos. Como exemplos de dados medidos na época pode-se citar: número de novas empresas criadas, taxa de empresas de alto-crescimento por geração de emprego e por geração de receita, taxa de mortalidade de empresas.

Essas razões são apontadas pela OCDE como motivações para o desenvolvimento de um enquadramento conceitual mais compreensivo e sintético para medir o empreendedorismo internacionalmente, isto é, que inclua tudo que é relevante no menor número possível de variáveis. Não fica claro, no entanto, se o âmbito de ação internacional é efetivamente mundial ou restrito aos países da OCDE. O resultado inicial das análises do EIP é apresentado nesse documento, que se foca em empreendedorismo de negócios, excluindo o chamado empreendedorismo social, uma variante do empreendedorismo que alia atividade empresarial com ações ditas de interesse social, aos moldes da responsabilidade social empresarial.

4.1 O empreendedorismo para a OCDE

A OCDE define empreendedorismo a partir de três componentes principais: 1) os empreendedores; 2) atividade empreendedora e 3) empreendedorismo propriamente dito. Os empreendedores são definidos como donos de negócios que “buscam gerar valor pela criação ou expansão de atividades econômicas, identificando ou explorando novos produtos, processos ou mercados” (AHMAD & HOFFMAN, 20007, p. 4). A atividade empreendedora, por sua vez, é meramente a ação que busca satisfazer estes fins. E o empreendedorismo seria o fenômeno associado com a atividade empreendedora.

Essas definições, à primeira vista, podem parecer tautológicas, mas servem a fins precisos. A disjunção entre o sujeito que empreende e a atividade empreendedora possibilita admitir a existência de seres sociais que não são donos de negócios, como trabalhadores assalariados numa empresa, diretores executivos de empresas de capital aberto, investidores, aceleradores, incubadoras entre outros, que desenvolvem atividades empreendedoras dentro de negócios que não são de sua propriedade.

Essa definição é particularmente útil quando se discute a formação da cultura empreendedora e das habilidades empreendedoras, notadamente direcionadas para formação da

²¹ As duas principais pesquisas do GEM são a *National Expert Survey (NES)* e a *Adult Population Survey (APS)*. A NES faz pesquisas sobre condições econômicas para o empreendedorismo. APS se foca no papel dos indivíduos, suas motivações, atitudes e ações tomadas para iniciar negócios.

força de trabalho, tanto pela educação formal quando pela criação de um *ethos* empreendedor difundido culturalmente. Como vimos, no campo da formação empreendedora, a figura do intraempreendedor ocupa esse lugar. Nega-se discursivamente a relação capital trabalho, argumentando que os ‘colaboradores’ também tem capital, um capital cultural, que se expressa nas suas habilidades e competências. E que além das suas tarefas prescritas, os colaboradores devem agir de forma empreendedora, isto é, buscar a criação de inovações, mesmo sendo empregados. Ou seja, abre-se a questão sobre a formação daqueles que não são donos de negócios, visando sua aculturação ideológica dentro dos valores dominantes.

Um segundo ponto a ser salientado é que a OCDE deixa claro que na sua visão o empreendedorismo não está vinculado exclusivamente ao campo das pequenas e médias empresas (PME) ou dos profissionais autônomos, embora reconheça que eles tenham sido o foco inicial dessas políticas. Dessa forma, o modelo proposto inclui as grandes empresas nos seus indicadores e possivelmente nas políticas públicas “baseadas em resultados” deles derivadas. A OCDE salienta que grandes empresas podem ser empreendedoras e que é importante que elas não sejam ignoradas na formulação de políticas. A não exclusão de empresas de grande porte as tornaria elegíveis para políticas de fomento ao empreendedorismo, o que significa que formas de apropriação do fundo público para incentivo da atividade empresarial de grandes empresas, incluindo monopólios, pode ser defendida sob o guarda-chuva do estímulo ao empreendedorismo. Ademais, essas empresas servem como modelos exitosos para as PME, como casos de sucesso a ser seguidos, o que cumpre uma função ideológica de cimentar a ideia de que todos podem chegar lá, de que é possível vencer a competição e tornar-se bem-sucedido.

Um terceiro ponto salientado pelo documento é a vinculação entre empreendedorismo e inovação. Por princípio, empresas que desenvolvem processos econômicos por meios já consolidados estariam excluídas da definição de empreendedorismo, uma vez que a mera gestão e reprodução de empreendimentos já firmados não envolve necessariamente a “exploração de novos produtos, processos ou mercados” (AHMAD & HOFFMAN, 2007, p. 04). No entanto, a definição da OCDE é muito mais elástica que isso. Argumentando que a definição de “novo” e de “mercado” são difíceis e não consensuais, a OCDE inclui como indicadores de empreendedorismo diversas medidas genéricas de atividade empresarial. Desta forma, o que se propunha a ser um instrumento de medida para novidade e inovação passa a englobar atividades

empresariais em sentido amplo, mais um nome para capitalismo. Os indicadores centrais utilizados pela OCDE são: Número de novas empresas com empregados; taxa de criação de empresas de alto crescimento medidas pelo número de empregados e pela receita; número de startups criadas por número de empregados e por receita; taxa de mortalidade de empresas²².

Ademais, dada a grande variedade de resultados e manifestações do empreendedorismo, nenhum indicador único pode dar conta da totalidade do fenômeno. Alguns indicadores focam na geração de empregos, outros na receita, outros ainda a taxa de inovação²³, o potencial de crescimento, entre outros. Dependendo dos objetivos das políticas o foco pode se dar em alguns desses indicadores. O Enquadramento da OCDE subdivide três fluxos interconectados de medidas que seriam importantes para a avaliação e formulação de políticas: determinantes, desempenho e impacto.

Os impactos refletem o valor “criado” pelos empreendedores e atividades empreendedoras. Podem ser medidos de diferentes formas, como crescimento de empregos, PIB, distribuição de renda, etc. O desempenho, por sua vez, mede quais ações são instrumentais na criação dos impactos analisados. Dado que existem vários impactos possíveis, existem indicadores de desempenho diversos para dar conta de ações instrumentais na sua consecução. Por último, e o foco da análise desta sessão, estão os determinantes do empreendedorismo, que são definidos como uma miríade de aspectos ambientais, sociais e de atributos pessoais dos empreendedores que, para a OCDE, afetam o resultado da atividade empreendedora. Uma visão geral do conjunto pode ser melhor visualizada na figura a seguir:

²² O glossário online de estatísticas da Eurostat define *Empresas de alto crescimento* como “empresas cujo crescimento anual é maior que 10% num período de 3 anos”, ou maior que 20% no mesmo período. Esse percentual pode ser expresso pelo faturamento ou pelo número de empregados. *Empresas Gazela* são empresas de alto-crescimento com menos de 5 anos de vida. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Gazelle>. Consultado em: 03/10/2018

²³ A inovação é medida através de pesquisas tipo survey que buscam saber se as empresas desenvolveram alguma forma de inovação, seja na criação ou melhoria de produtos, serviços, processos organizacionais, marketing. Fonte: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Innovation_activity . Consultado em: 03/10/2018

Figura 1 - Enquadramento dos Indicadores do Empreendedorismo - OCDE/Eurostat



Fonte: HAHMAD and HOFFMAN, 2007, p. 17. (Adaptado, Tradução própria).

Os determinantes do empreendedorismo são agrupados em seis áreas: Marco Regulatório, Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia, Capacidade Empreendedora, Cultura, Acesso a Financiamento e Condições de Mercado. Cada uma dessas categorias agrupa políticas públicas desenvolvidas em diversas áreas, como política tributária, trabalhista, educacional, de emprego, seguridade social, ambiental, entre outras. A seguir iremos tratar individualmente de cada um dos determinantes, elencando os fatores que compõem cada categoria. Quando possível, cotejaremos a análise com algumas propostas da OCDE de mudanças de políticas em cada área.

4.1.1 Marco Regulatório

A primeira área é o Marco Regulatório, que é definido de forma ampla, incluindo desde impostos, regulamentações e normas que afetam de alguma maneira as atividades empreendedoras. Entende-se que toda atividade empreendedora acontece dentro de certo ambiente de normas e regras que interferem no desempenho econômico, de forma que é necessário que uma grande quantidade de políticas seja adaptada para estimular as atividades empreendedora. A elasticidade do conceito vem especialmente a calhar: na medida em que o termo inclui a criação de novas empresas, ou de novos processos e produtos dentro de empresas já existentes, a maioria dessas políticas tem um impacto genérico em atividades empresariais, e não necessariamente no empreendedorismo e inovação.

Essa área é subdividida em fatores que de alguma forma se relacionam com a institucionalidade jurídica-administrativa do Estado e suas regulamentações, são eles: 1) barreiras administrativas; 2) regulamentações em caso de falência; 3) regulamentações de segurança, saúde, meio ambiente e de produtos; 4) tradição jurídica; 5) regulamentações do mercado de trabalho; 6) seguridade social; 7) imposto de renda; 8) imposto empresarial e incentivos fiscais; 9) taxaço sobre capital; 10) taxaço sobre riqueza e herança.

Por barreiras administrativas se entende a quantidade de tempo necessário para cada empreendedor satisfazer as necessidades regulatórias de certo campo de atuação, assim como o tempo necessário para entender as leis e regulamentos que se aplicam a sua área de empreendimento. A existência de muitos encargos administrativos pode constituir uma barreira que desencoraja o empreendedorismo, de forma que a OCDE defende a diminuição de tais barreiras, como, por exemplo, a flexibilização dos requerimentos para abertura e gestão de empresas.²⁴

O segundo fator são as regulações em caso de falência, que são medidas que flexibilizam o pagamento de dívidas, como reestruturações e adiamentos de débitos. Defende-se que é necessário encontrar um equilíbrio entre o risco de investidores e de empreendedores, de forma a não inibir nenhuma das atividades. O terceiro fator diz respeito a regulamentos sobre segurança, saúde, proteção do meio ambiente e regulação sobre produtos. Engloba um grande número de formas de proteção de bens coletivos. A OCDE, embora reconheça sua importância, afirma que um grande número delas pode ser um peso para a produção, por aumentar os custos de produção. Fica implícito que estas deveriam ser também flexibilizadas.

As determinações legais, por sua vez, se referem às tradições jurídicas de cada país. Há autores que correlacionam essa variável ao empreendedorismo, comparando entre as tradições de direito inglesa, francesa, alemã ou escandinava. Pouca atenção é dada a essa variável.

O quinto fator, intitulado 'regulações do mercado de trabalho', diz respeito às leis que normatizam a compra e venda da mercadoria força de trabalho, instituindo limites para a exploração dos trabalhadores, assegurando direitos e garantias e regulamentando essa troca. A OCDE defende que regulações muito rígidas (como valor alto do salário mínimo, altos custos

²⁴ A recém aprovada Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, ou Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874) institui no ordenamento pátrio diversas medidas para reduzir barreiras e estimular atividades de negócios. Dentre as inúmeras modificações, se destacam a dispensa de alvará para negócios considerados de baixo risco, a delimitação de um prazo para expedição de alvarás, a dispensa de autenticação de documentos e a permissão para arquivamento de documentos apenas no meio digital.

processuais da demissão) desencorajam o empreendedorismo. Por um lado, o valor alto do salário mínimo eleva o preço da força de trabalho, diminuindo os incentivos econômicos para que os trabalhadores saiam da condição de assalariados e busquem criar negócios próprios. Pelo lado dos empresários, as barreiras para contratação e demissão afetariam muito mais as empresas de menor porte e em fase inicial do que as empresas maiores e consolidadas, de forma que também desestimulariam o empreendedorismo. Defende-se, portanto, a flexibilização das legislações trabalhistas como forma de induzir atividades empreendedoras.

A seguridade social e saúde compreende o sexto fator. Na opinião da OCDE, benefícios sociais, incluindo assistência médica, previdenciária, seguro desemprego, podem inibir a ação empreendedora caso sua oferta seja condicionada ao assalariamento. A isso eles chamam de “custo de oportunidade”, que é um termo contábil, vinculado a esfera empresarial, que se refere ao custo de algo em termos de uma oportunidade renunciada, ou seja, o cálculo daquilo que se abre mão para perseguir determinada ação. O pressuposto subjacente é que as decisões do trabalhador/empreendedor são racionais, maximizadoras de oportunidades, bem informadas e com elevado grau de autonomia. Desta forma, se houverem muitos benefícios sociais vinculados ao assalariamento isso aumentaria o custo de oportunidade, isso é, aquilo que o empreendedor em potencial precisaria abrir mão caso opte por desenvolver uma atividade empreendedora.

O empreendedorismo, portanto, vai sendo construído como um bem em si que precisa se impulsionado a todo custo. Defende-se a equiparação entre empreendedores e assalariados em termos de qualificação para recebimento de benefícios para “neutralizar qualquer discriminação que possa ter um efeito negativo na quantidade de empreendedores potenciais em busca de oportunidades” (AHMAD & HOFFMAN, 20007, p. 24).

O sétimo fator considerado são políticas de Imposto de renda. A OCDE afirma que valores altos de imposto de renda influenciam negativamente os potenciais benefícios de se iniciar um negócio. Desta forma, defende-se políticas públicas que visam reduzir impostos sobre renda. O oitavo fator, por sua vez, são os impostos empresas. Para a OCDE eles não tem impacto significativo em empresas pequenas, que têm pouco lucro a ser taxado, mas afetam sobremaneira o lucro de empresas de alto crescimento. A OCDE afirma que a globalização tornou a tributação um fator central para a instalação de empresas de forma que incentivos fiscais podem atrair empresas e empreendedores para determinadas regiões. Dentre os

incentivos estão incluídos isenções fiscais e abatimentos de impostos. Embora reconheça que os benefícios ao longo prazo de tais políticas são questionáveis, ainda assim essas medidas são defendidas como solução para as deslocalizações, naturalizando as disputas tributárias entre regiões e países. O que subjaz o argumento é uma lógica pragmatista de que não há alternativas. Na medida em que as deslocalizações vão ocorrer de qualquer maneira, o único balizador de escolha política é o mais baixo grau de tributação, tendo o mercado internacional competitivo de países, estados e cidades como mediador dessa decisão. Independentemente das consequências na capacidade arrecadatória para estes diferentes entes, sem falar nas consequências sociais de tais decisões políticas.

Imposto sobre capital constitui o nono fator. Argumenta-se que as taxações sobre capital têm impacto direto no seu suprimento, na medida que altos níveis de taxaço reduzem a taxa de lucro dos investimentos, os desencorajando. A redução desse tipo de impostos aumentaria a oferta de capital para empreendedores. Há também países que oferecem incentivos para o investimento em novas empresas, aumentando o número de investidores anjo²⁵. Impostos sobre herança e riqueza, por sua vez, impactariam o suprimento de capital inicial, afetando negativamente o suprimento de liquidez, o que limitaria o número e tamanho dos investimentos, sejam feitos por investidores anjo, famílias ou indivíduos. A diminuição de taxaço sobre riqueza supostamente aumentaria a oferta de capital semente²⁶ e anjo.

De forma geral, essas políticas se coadunam com as propostas neoliberais difundidas por organismos multilaterais desde os anos de 1980, de abertura de mercados, desregulações em diversas áreas e privatizações. O seu objetivo geral é criar um novo marco regulatório mundial que evite o estrangulamento da expansão do capitalismo. Em o Enigma do Capital, o geógrafo David Harvey (2011), ao discutir as crises do capitalismo faz uma síntese de seis entraves para a expansão do capital que levam, caso não superados, ao aparecimento de crises periódicas de intensidade variadas. São elas:

- i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados ‘limites naturais’; iv) tecnologias e

²⁵ Investidores anjo (*Business Angels*, em inglês) são pessoas que investem na compra de ações diretas de empresas em estágios iniciais de desenvolvimento. É considerado uma modalidade de investimento de risco. Esse tipo de investimento se diferencia do demais pelo maior envolvimento pessoal do investidor na participação do negócio, criando uma relação de conselheiro-aprendiz com os empreendedores, fornecendo dicas na gestão e nos negócios. (AHMAD & HOFFMAN, 2007)

²⁶ Capital semente é um tipo de investimento de risco acima do investimento anjo em termos de volume. Para diluir o risco, investidores criam fundos de capital semente e investem em diversas empresas em estágios iniciais de desenvolvimento, diluindo o risco do investimento em um número maior de empresas.

formas organizacionais inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. (HARVEY, 2011, p. 46)

É evidente que o conjunto dessas propostas busca, cada uma a sua maneira, uma saída para alguns dos fatores que impedem o desenvolvimento do capital. Por si só já é revelador que as regulamentações sejam referidas como uma “barreira regulatória”. Fica implícito que elas devam ser superadas como um obstáculo, ainda mais considerando que ao longo do documento o empreendedorismo vai deixando de ser apresentado como um meio para atingir um fim (geração de empregos ou valor) e passando a figurar como um valor em si mesmo, que deve ser promovido a todo custo. O que nos leva a hipótese de que o empreendedorismo constitui um método para a instituição de reformas, e não um fim em si mesmo.

A maior parte das propostas agregadas sob a denominação “marco regulatório” se dirige à criação e expansão de formas de geração de mais-valor, pela diminuição dos encargos para criação de empresas, tanto em termos de tempo quanto em termos de custos. Isto é, promovem a desregulamentação do mercado de trabalho, simplificação das regulações sobre produtos, segurança, saúde e meio ambiente, diminuição da taxação sobre empresas. Outras incidem majoritariamente sobre a apropriação do valor já produzido, como políticas de redução da taxação de pessoas físicas, herança e capital. Essa diminuição geral dos impostos aumenta as taxas de lucro e a acumulação de massas ainda maiores de capital em busca incessante de sua autovalorização. No entanto, nada garante que elas sejam investidas no capital produtivo. Se há algo que as crises recentes têm nos mostrado, e a crise americana de 2008 é um exemplo catastrófico, é que exacerbação da esfera financeira têm capturado massas enormes de recursos em bolhas especulativas e atividades parasitárias, como o rentismo (HARVEY, 2016).

A defesa de reformas, como a trabalhista, que tornariam mais atrativo o desenvolvimento de atividades empreendedoras têm como efeito o disciplinamento da força de trabalho, o aumento da insegurança, e a diminuição do custo da mercadoria força de trabalho. É preciso lembrar que a definição de empreendedorismo utilizada pela OCDE inclui os trabalhadores autônomos como empreendedores. Essa política está relacionada a outra forma de diminuição de custos trabalhistas através da crescente descentralização e dispersão das plantas produtivas. Essas medidas implicam em maior precarização do trabalho, por via das terceirizações, da pejotização, entre outras modalidades de trabalho sem a proteção de direitos.

Essas contrarreformas²⁷ serão mais bem discutidas posteriormente em uma sessão própria, salienta-se aqui apenas a defesa feita pela OCDE da manutenção e aprofundamento dessas medidas.

Da mesma forma, a facilidade de abertura e fechamento de empresas, a simplificação das leis de falências e a generalização da terceirização irrestrita aumentam a insegurança jurídica dos trabalhadores, que, em caso de descumprimento dos poucos direitos trabalhistas que ainda restam, podem acabar sem ter a quem cobrar judicialmente. A maior leniência para com a violação dos direitos do trabalho equivale a chancela para o aumento da exploração com redução de custos. É importante lembrar, junto com Harvey, que, para além das formas legais e juridicamente sancionadas de exploração do trabalho alheio, o capitalismo anda *pari passu* com meios para-legais de acumulação, como fraudes, roubo, corrupção e práticas predatórias de todo tipo, fenômeno que Harvey intitula de acumulação por despossessão (HARVEY, 2011). Virgínia Fontes (2010), por sua vez, prefere o termo expropriação secundária para se referir a retirada de direitos dos trabalhadores já expropriados da terra e totalmente dependentes da tirania do mercado de trabalho.

4.1.2 Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia

A Pesquisa e o Desenvolvimento (P&D) são colocados no centro da discussão sobre empreendedorismo, por serem capazes de gerar conhecimento e tecnologias que, nas mãos de empreendedores podem se tornar inovações tecnológicas, novos processos e criar novos mercados. São incluídos dentro desse determinante os seguintes fatores: Investimento, interface Universidade/Indústria, cooperação tecnológica entre empresas, difusão de tecnologia, acesso à internet e sistema de patentes.

Para a OCDE, os empreendedores desempenham um papel importante na comercialização de P&D. Países com maiores investimentos em pesquisa produzem mais possibilidades de empreendedorismo do que aqueles que não investem. Essas atividades podem ser tanto públicas quanto privadas.

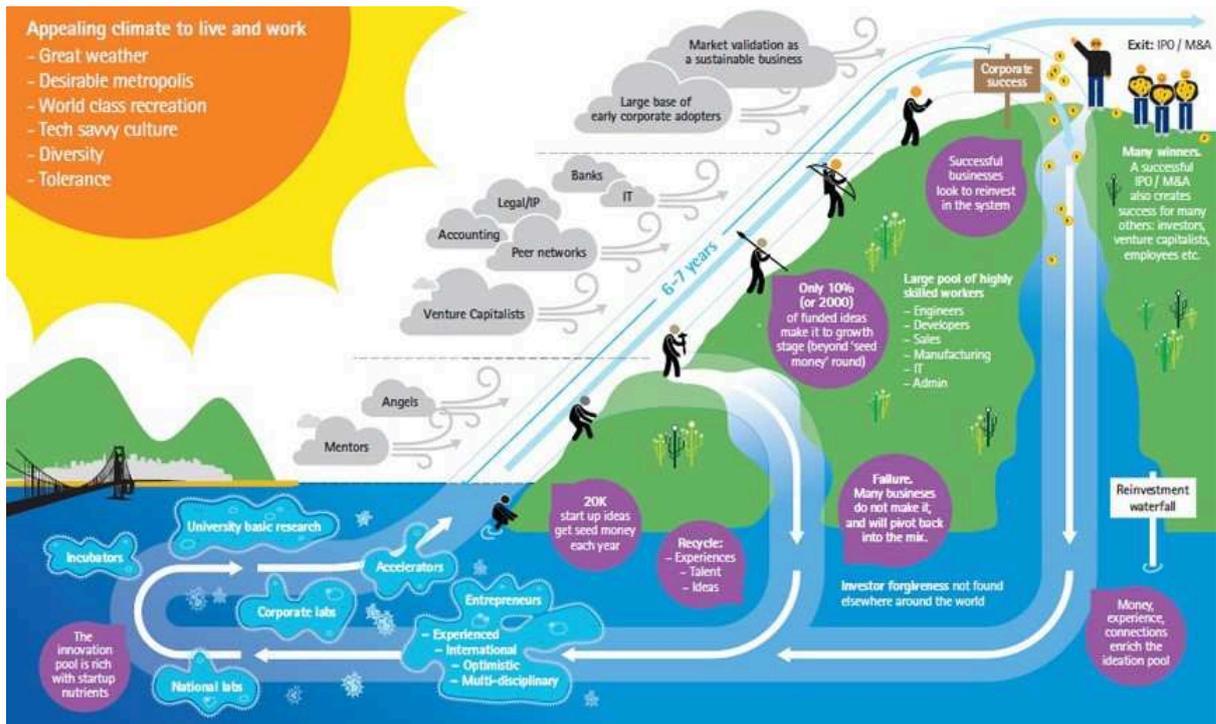
²⁷ Contrarreforma foi um conceito pouco trabalhado por Gramsci, de forma que somente aproximadamente pode-se falar nele como um conceito. Coutinho identifica as contrarreformas ao momento da restauração na dinâmica restauração-renovação. Enquanto nas revoluções passivas haveria um momento em que são acolhidas demandas dos subalternos, nas contrarreformas predomina o “velho”. Não obstante, isso não impede que os movimentos que provoquem essas mudanças se apresentem como se fossem porta-vozes do “novo”, de forma autônoma e positiva (COUTINHO, 2012, p. 121).

A interface universidade/indústria é defendida como essencial para acelerar a transferência de tecnologia para negócios, criando oportunidades para potenciais empreendedores. Essa relação pode ser melhorada por políticas que estimulem universidades e outras instituições de pesquisa a facilitar o desenvolvimento de empresas baseadas em pesquisas com financiamento público. Deve-se criar um arcabouço legal que dê as universidades propriedade intelectual sobre os resultados de suas pesquisas, assim com o estabelecimento de escritórios de transferência de tecnologias dentro das universidades.

Desta forma, a OCDE defende a subordinação do ensino superior público às demandas empresariais, e das pesquisas desenvolvidas nesses lugares aos imperativos de lucratividade de empresas. O estímulo para a aquisição de propriedade intelectual sobre as pesquisas retroalimenta essa lógica permitindo que parte da receita das universidades e centros de pesquisa passe a ser financiada com a mercadorização de suas pesquisas. Essa relação pode vir a criar uma dependência das universidades de investimentos privados, ainda mais em contextos de crises econômica, em que o financiamento privado é apresentado no debate público como solução para o subfinanciamento das universidades.

O terceiro fator é a cooperação entre empresas. O papel de empresas que já existem na promoção do empreendedorismo é incentivado através do investimento de capital de risco ou pela cooperação ativa entre empresas. Cita-se casos de sucesso, como o ecossistema empresarial do Vale do Silício como modelo, e atribui-se o seu sucesso a cooperação ativa entre empresas.

Figura 2 - Ecossistema de Inovação Tecnológica do Vale do Silício



Fonte: https://cdn-images-1.medium.com/max/1200/1*DfIVblcMRpvGO09KC06gmQ.jpeg. (Adaptado)

Uma imagem que ilustra a concepção do ecossistema empresarial como uma escalada de uma montanha partindo de uma piscina de inovação. Nessa piscina estão envolvidas uma miríade de instituições, como laboratórios universitários, nacionais e corporativos, incubadoras, aceleradoras, empreendedores experientes, internacionais, otimistas e multidisciplinares. Os estudantes que criam ideias a partir desse caldo de nutrientes para startups começam a sua travessia rumo ao topo da montanha. São auxiliados por outras instituições e pessoas, como mentores e investidores anjos, que dão dicas e capital inicial para investir nas ideias de negócios. Segundo a imagem, 20.000 ideias são financiadas com capital semente todo ano, apenas 10%, ou seja, cerca de 2000 passam para o próximo estágio que é chamado de estágio de crescimento.

Nesse segundo estágio, cuja passagem demora de 6 a 7 anos, outros atores institucionais entram em cena, trazendo ventos que incentivam a subida: são bancos, investidores de risco, contabilistas, empresas de Tecnologia da Informação, apoio jurídico, propriedade intelectual e redes de contato. Os que chegam ao topo são considerados empreendedores de sucesso por serem validados pelo mercado como um negócio sustentável. São esses empresários bem-sucedidos que buscarão reinvestir o dinheiro nos negócios de outras pessoas através de uma “cachoeira de reinvestimento” que retroalimenta com dinheiro, experiência e contatos a “piscina de ideação”. Para atrair tal diversidade de atores institucionais o infográfico aponta ser necessário ainda um bom clima, de preferência uma metrópole, com

ofertas de lazer comparáveis com níveis internacionais, uma cultura sofisticada em termos de conhecimento em tecnologias, diversidade e tolerância.

A criação e manutenção desse tipo de ecossistema não ocorre de forma natural-espontânea, como a metáfora ecológica implica, pelo contrário: ocorre através de políticas ativas sob os auspícios do poder público, com a criação de parques tecnológicos, aceleradoras universitárias, parcerias com empresas de consultoria, venture capital, entre outras, que são salientadas ao longo do documento. Além disso, como pudemos ver ao longo da análise deste documento da OCDE, o seu desenvolvimento envolve reformas em uma série políticas e a criação de muitos incentivos, desde políticas de educação, pesquisa e desenvolvimento e tecnologia, passando por regulações bancárias, de falência, impostos etc.

A OCDE salienta, por fim, políticas de difusão de tecnologia, uma vez que novas formas de usar velhas tecnologias também podem ser inovadoras. Uma das modalidades de difusão é a criação de sistemas de patentes que permitam aos empreendedores proteger suas invenções ou comprar direitos de uso de invenções alheias para o desenvolvimento de atividades. Para além do valor de uso, a regulamentação de patentes cria um mercado bilionário que envolve grande número de atores, como escritórios de advocacia, agregadores de patentes, corretoras, fundos de investimento, organismos internacionais.²⁸

O conjunto dessas medidas visa subordinar os valores de uso produzidos por pesquisas e novos conhecimentos ao seu valor de troca. Uma das consequências é a privatização da produção de conhecimento, a instituição de estatutos de segredo e proteção de informação sobre o resultado de pesquisas. A ciência, dessa forma, converte-se ela também em capital. A disputa capitalista pela apropriação do conhecimento, portanto, é um meio de controle e acumulação de capital. Para Braverman (1987), a ciência é a última propriedade social, e, depois do trabalho, a mais importante, a se converter num auxiliar do capital. A transformação da ciência em mercadoria que é comprada e vendida como qualquer fator de produção, transforma a inovação espontânea em um espaço para o progresso planejado e controlado da tecnologia de produção (BRAVERMAN, 1987, 146). O controle desse processo, por sua vez, depende cada vez mais de mecanismos de controle da distribuição do acesso a esses bens, como as patentes.

²⁸O espinhoso e bilionário mercado das patentes. The New York Times, O Estado de São Paulo. 01 de outubro de 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-espinhoso-e-bilionario-mercado-das-patentes-imp-938308> Acessado em: maio de 2019

No Brasil, a lei 10.973/04, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, estimula a parceria estratégica entre universidades, institutos tecnológicos e o setor empresarial. Mantem-se o financiamento público, mas internamente se converte certos setores de ponta em prestadores de serviços nos interesses do mercado. O setor privado, desta forma, se exime de investir em pesquisas, em especial as de tipo básico ou as de ponta, em virtude do aporte financeiro elevado e dos riscos envolvidos. O Estado, por meio de suas políticas de inovação e pesquisa, põe à disposição do mercado sua infraestrutura para produção de novas tecnologias e inovação (OLIVEIRA, et al, 2005). Assim os riscos e os custos de investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento são socializados, e os lucros apropriados privadamente.

4.1.3 Capacidades Empreendedoras

São consideradas capacidades empreendedoras o capital humano e social dos empreendedores²⁹, o que equivale, na visão da OCDE, aos seguintes fatores: treinamento e experiência de empreendedores, educação de negócios tradicional e educação para o empreendedorismo (habilidades), estrutura (pública e privada) para o empreendedorismo e imigração.

O primeiro fator diz respeito à experiência e capacidades dos empreendedores. Por um lado, defende-se o aprendizado baseado em tentativa e erro, isso é, criação e falência de empresas. Por esse motivo, a discussão sobre flexibilização das regulações sobre falência e sobre o tempo de abertura e fechamento de empresas são resgatadas, como importante incentivo para a persistência no empreendedorismo e a existência de empreendedores em série. Outra forma de fazer isso seria através de políticas de treinamento propriamente ditas, o que os leva ao segundo fator, educação de negócios tradicional e empreendedora.

Inclui-se nesse rol habilidades relacionadas à administração de empresas, contabilidade, marketing e finanças, que são considerados necessários para a criação de negócios. São elogiados de forma genérica países que incluem educação para os negócios no currículo mínimo, tanto no ensino primário quanto secundário, por garantir que um grande número de alunos tenha acesso a esses conteúdos, em contraposição a criação de disciplinas

²⁹ Aventa-se a possibilidade teórica de existirem empresas empreendedoras que não possuem na sua direção um empreendedor, contando apenas com a capacidade empreendedora dos funcionários. Mas o intraempreendedorismo não é considerado um determinante no enquadramento deste documento, embora seja considerada a sua inclusão em edições posteriores.

eletivas. Políticas públicas de educação, na visão da OCDE, deveriam garantir que um núcleo básico de habilidades de negócios seja adquirido em uma ampla variedade de níveis educacionais.

O terceiro fator considerado pela OCDE é a educação para o empreendedorismo, ancorada na teoria do capital humano e definida como aquisição de habilidades e competências. Esse tipo de educação é contraposto a educação de negócios, considerada tradicional. Os métodos educativos para fortalecer o empreendedorismo devem ser desenvolvidos da educação primária até a universidade. Favorece-se o desenvolvimento de métodos inovadores de ensino, como centros de empreendedorismo, estágios, *teacher and advisor education* e pesquisa são considerados essenciais. Políticas educacionais deveriam garantir a oferta e a qualidade de educação empreendedora. Essa educação pode ser voltada para aumentar a quantidade e empreendedores capacitados ou para criar uma mentalidade empreendedora, que é incluída no fator cultura.

Como nos aponta Foster (2013), a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento da mercadoria força de trabalho, o que explica os apelos neoliberais pela sua reestruturação. Para além dos ataques que visam sua aquisição e privatização, seja através da sua mercadorização propriamente dita, reconfigurada em serviço educacional na mão de empresas educacionais, pelo financiamento do ensino privado com dinheiro público por meio de bolsas, empréstimos e abatimento de impostos, concessões e parcerias público privadas para a gestão dos sistemas escolares, apostilamento da rede, ou na forma da redefinição dos currículos e conteúdos visando sua adequação às demandas do mercado de trabalho. Embora o empreendedorismo se apresente como a negação do emprego, os comportamentos, valores e conhecimentos relacionados com a educação empreendedora também são úteis, do ponto de vista do capital, para aqueles que estão empregados. Capacidade de liderança, cooperação, inovação e criatividade, e, mais importante, a identificação subjetiva com os seus empregadores - todas essas características formam o que é esperado pelo sistema produtivo.

A infraestrutura empreendedora é definida como uma rede regional coesa de consultores altamente especializados com habilidades e conhecimento para auxiliar empreendedores. Essa rede pode ser formada por advogados, contadores, empreendedores de sucesso e expertos em certos campos de pesquisa nas universidades. Da mesma forma, o

envolvimento não-governamental seria vital para a criação de uma rede empreendedora e o papel dos governos se restringiria a criação e desenvolvimento dessa infraestrutura.

A imigração, por sua vez, é defendida como uma política para aumentar a quantidade de empreendedores. Aponta-se que uma das razões do sucesso dos Estados Unidos nas áreas de tecnologia adveio do incentivo a fuga de cérebros em diversos países do mundo, em especial na Ásia.

4.1.4 Políticas que Afetam a Cultura do Empreendedorismo

A cultura é entendida pela OCDE como as atitudes e a mentalidade de uma dada sociedade em relação ao empreendedorismo. Dentro desse determinante são incluídos os seguintes fatores: atitude social em relação ao risco, atitudes em relação ao empreendedorismo e o desejo de ter negócios, educação empreendedora (mentalidade).

O documento aponta que as atitudes sociais em relação ao risco e fracasso influenciam o empreendedorismo, mas pouco é discutido em relação a isso. A atitude em relação ao empreendedorismo e o desejo de ter negócios para a OCDE é algo difícil e lento de se criar. Governos devem investir na melhoria da opinião pública sobre o empreendedorismo implementando concursos e incentivos, e campanhas publicitárias. Por fim, admite-se que boa parte da educação para o empreendedorismo não está voltada para o desenvolvimento de habilidades específicas, mas sim para a introdução do conceito, sua importância, e algumas atitudes supostamente características do empreendedorismo, como a proatividade.

É clara função ideológica do empreendedorismo, na medida em que oculta a exploração dos trabalhadores e o funcionamento da sociedade, naturalizando a desigualdade e o desemprego educando os trabalhadores para pensar como empresários, negando discursivamente a cisão de classes e a sua própria condição como trabalhador. Educa-se um certo tipo de trabalhador, o trabalhador-empendedor, pró ativo, resiliente, capaz de assumir riscos e se responsabilizar por eles. Os conteúdos escolares específicos perdem a centralidade, abrindo espaço para características comportamentais e atitudinais (aprender a ser). A educação socioemocional é uma dessas propostas que tem pululado atualmente na mídia, algumas vezes associada à ideia de empreendedorismo. Valores como a perseverança, a resiliência, e a cooperatividade são defendidos como necessários para adequada inserção social dos jovens no século XXI (OCDE, 2015).

Como apontam Motta e Leher (2017), num contexto de retrocesso declarado em prol do capital e ofensiva contra os trabalhadores, torna-se fundamental o investimento em formas

de controle social a fim de bloquear tensões e resistências. A educação para a resiliência aponta que os setores dominantes estão atuando para educar a juventude para a precariedade e (in)flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil, agravadas com a aprovação da reforma trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017). Sua aprovação institucionaliza a terceirização das atividades fim, o trabalho intermitente, a prevalência do negociado sobre o legislado. Os mesmos autores sentenciam “O trabalho precário, vulnerável e indigno, características do mercado informal, agora são trabalho regulado” (MOTTA; LEHER, 2017, p. 243-258).

4.1.5 Acesso a Financiamento

O acesso ao financiamento também é condição necessária para o início de um negócio, sua administração e reinvestimento. Nesse determinante são incluídos o acesso ao crédito, acesso a investimento anjo³⁰, acesso a capital de risco³¹, acesso a fundos de investimento, acesso ao mercado de ações.

A oferta de capital na forma de crédito tradicional é considerada vital para o desenvolvimento de atividades empreendedoras. Sem um mercado de crédito por empréstimos torna-se difícil aproveitar as oportunidades de mercado. Defende-se regulamentações que melhorem a eficiência e competitividade dos mercados de crédito, tornando-os mais baratos e acessíveis. No entanto, não são dados exemplos concretos de formas de implementação dessa política. Especificamente para empreendedores, defende-se a criação de garantias fiscais que tornem bancos mais estimulados a conceder crédito para empreendedores, o que parece implicar a ação do Estado como fiador em caso de inadimplência.

Capital anjo consiste em indivíduos que fazem investimentos diretos em outras empresas em estágio inicial, além de participar de forma mais ativa no assessoramento, dando dicas de gerenciamento e negócios, o que envolve maior proximidade do que um empréstimo comum. Por sua vez, capital de risco é uma forma de investimento em empresas com alto

³⁰ Investidores anjo (*Business Angels*, em inglês) são pessoas que investem na compra de ações diretas de empresas em estágios iniciais de desenvolvimento. É considerado uma modalidade de investimento de risco. Esse tipo de investimento se diferencia do demais pelo maior envolvimento pessoal do investidor na participação do negócio, criando uma relação de conselheiro-aprendiz com os empreendedores, fornecendo dicas na gestão e nos negócios. (AHMAD & HOFFMAN, 2007)

³¹ Capital de risco são formas de investimento em empresas com maior risco envolvido, dentre eles destaca-se o investimento anjo e o capital semente. O capital semente envolve a criação de fundos de investimento voltado para empresas em estágios iniciais de desenvolvimento.

potencial de crescimento e grande risco envolvido que envolve a compra de uma parte acionária, geralmente minoritária, da empresa iniciante. A OCDE recomenda políticas que estimulem o crescimento dos fundos existentes, o que pode se dar por meio de fundos diretos, mudanças na legislação para que fundos de pensão tenham mais interesse em capital de risco.

Um dos aspectos que precisa ser salientado, é que nem todos os países possuem essas inovações financeiras e o arcabouço jurídico para o seu funcionamento. Desta forma, a defesa dessas reformas implica a expansão dos territórios abertos para os mercados internacionais de capitais, um dos modos preferenciais de domínio no capital-imperialismo. A condição para a valorização de massas cada vez maiores de capitais é, também, a procura de capitalistas funcionantes dispostos a encontrar meios para explorar trabalho e produzir mais-valor. Na medida em que a concentração de capitais se acelera, e o investimento nos mesmos ramos não se mostra promissor, novos mercados, produtos e serviços precisam ser descobertos para manter o processo de valorização do valor. A facilitação desses meios de investimento direto tem a ver com este movimento.

4.1.6 Condições de Mercado

As condições de mercado, para a OCDE, determinam o sucesso e o grau de desempenho dos empreendimentos. São incluídos sob esse determinante os seguintes fatores: leis antitruste, competição, acesso ao mercado doméstico, acesso a mercado internacional, grau de envolvimento público, regulações de compras.

Leis antitruste servem para proteger os mercados contra o monopólio e abuso de poder econômico de empresas dominantes, fusões anticompetitivas de empresas por grupos empresariais, formação de cartéis, etc. Essas medidas são vistas como vitais para a promoção do empreendedorismo.

Políticas de incentivo ao mercado interno tem um impacto limitado sobre a demanda privada e não são estimuladas. Por sua vez, as políticas de acesso a mercados externos são elogiadas. A globalização é descrita em termos laudatórios como grande oportunidade para empreendedores. A abertura dos mercados ao comércio internacional e a sua integração a cadeias é vista como grande oportunidade para novas empresas. Ainda que a capacidade de os estados nacionais imporem barreiras comerciais esteja muito prejudicada e tenha sido em grande parte alocada nas mãos de organismos internacionais, como federações de comércio e mercados comuns, defendem que os estados nacionais podem criar novas oportunidades para incentivar a globalização de empresas desde seu surgimento.

Grau de investimento público é outro fator considerado pela OCDE. Nesse item são englobadas regulações governamentais em certos mercados (como energia, comunicações, educação, etc.). A OCDE defende a desregulamentação de forma genérica e irrestrita, elogiando o papel da venda das estatais de comunicação na década de 1990 na Europa e a diminuição de barreiras legais para a entrada do capital privado no setor educacional como modos de melhorar o acesso a mercados existentes. Essas políticas nada mais são do que a espoliação de bens comuns nas palavras de Harvey (2011), ou a expropriações secundárias como o direito a educação, como define Virginia Fontes (2010). Por fim, defende-se a criação de regulações de compra e licitações por órgãos públicos que beneficiem empresas novas e pequenas como forma de estimular novos negócios.

De forma geral, essas políticas de mercado são uma atualização ou um aprofundamento das políticas neoliberais da década de 1990 que, por meio de organismos como as Nações Unidas defendiam o estabelecimento de condições favoráveis para a iniciativa privada aos seus países membros. Atualiza-se a defesa de valores como flexibilidade, abertura comercial, não intervenção do Estado na economia, ao mesmo tempo em que o Estado é instado a remodelar variadas políticas públicas para incentivar a criação de empresas (ONU, 1990, 1991, 1992 1993). As políticas de incentivo ao consumo e ao mercado interno são francamente desencorajadas com poucas explicações, ao mesmo tempo em que a globalização e abertura comercial são encorajadas.

4.1.7 O Enquadramento do Empreendedorismo da OCDE

A análise do documento *Um Enquadramento para o Tratamento e Medida do Empreendedorismo* escrito por Nadim Ahmad e Anders Hoffman (2007) nos possibilitou uma maior compreensão da amplitude das políticas de incentivo ao empreendedorismo e suas consequências para as condições de vida da classe trabalhadora. Nossa hipótese é a de que as políticas de promoção do empreendedorismo, se subordinam a ideologia neoliberal e constituem um meio para conquistar uma adesão social maior para o aprofundamento de contrarreformas. Se inserem, portanto, em um leque de ataques do capital aos trabalhadores, que busca garantir condições para a expansão capitalista após as crises de lucratividade dos anos 1970.

O escopo de ação da ideologia do empreendedorismo, portanto, é maior do que a mera adaptação psicofísica da juventude às condições brutais do mercado de trabalho na era da precarização geral do trabalho. Embora este seja, sem dúvidas, um importante elemento das dimensões educacionais e culturais do empreendedorismo, com reflexos importantes para educação e para as políticas de profissionalização. Além disso, a análise do documento parece indicar que as políticas de estímulo ao empreendedorismo também são necessárias para a formação de agentes sociais que personifiquem o capital, como capitalistas funcionantes, e sejam capazes de encontrar novas formas, ou meios mais eficientes de valorização do valor. No entanto, o empreendedorismo não se limita apenas a essas duas dimensões. Num contexto mais amplo, busca-se reconfigurar os marcos regulatórios da ação do Estado para facilitar a criação, manutenção, fechamento de empresas, em suma, introduzir o *laissez faire* nas áreas mais diversas.

Como intelectual orgânico do capital, as políticas preconizadas pela OCDE defendem a exploração sem limites do capital sobre a força de trabalho. A promoção do empreendedorismo, elegida como um bem em si, serve como um meio para a destruição das proteções sociais do trabalho. Por um lado, estas regulações são vistas como entraves para o desenvolvimento, e defende-se claramente o rebaixamento da proteção do trabalho e das condições de vida da população trabalhadora como incentivo a competitividade. Por outro lado, as diversas políticas defendidas pela OCDE incidem fortemente sobre a capacidade arrecadatória do Estado, como desonerações fiscais, diminuição de impostos sobre renda, capital, lucros, riqueza e herança, em suma, as fontes de receita do Estado que afetam sobremaneira o capital. Enquanto silencia sobre impostos que incidem sobre mercadorias, serviços e os próprios trabalhadores, com exceção do imposto de renda, que afetam sobretudo aqueles que vivem do trabalho. Em conjunto, essas políticas, se implementadas, significam um duro golpe na capacidade de financiamento e investimento estatal.

Em relação à pesquisa, desenvolvimento e tecnologia essas políticas defendem a subordinação da produção de saber aos ditames do mercado. A função social do conhecimento é deixada de lado, e em seu lugar há o incentivo à produção de conhecimentos patenteáveis, capazes de ser prontamente adaptáveis para alavancar o setor produtivo empresarial. Os sistemas educacionais, por sua vez, são instados a incluir na formação escolar habilidades relacionadas à criação de negócios em todos os níveis educacionais. Na próxima sessão iremos fazer uma discussão teórica sobre as contrarreformas ocorridas nas últimas décadas e sua relação com o processo de neoliberalização.

4.2 Empreendedorismo, Neoliberalismo e Reforma do Estado

Como vimos, na década de 1980 ocorreram mudanças acentuadas nas relações de trabalho, na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política, no que Antunes (2009) chama de a mais aguda crise do século na classe-que-vive-do-trabalho. É uma década de grandes saltos tecnológicos, dentre os quais se destaca a automação, a robótica e a microeletrônica e sua entrada nas relações fabris. O fordismo e o taylorismo deixam de serem únicos processos produtivos, e mesclam-se com outros (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo) e em alguns casos são substituídos, como na experiência japonesa do toyotismo (Antunes, 2006). Novos processos de trabalho decorrem dessas mudanças, focados na flexibilização da produção, como a desconcentração industrial, novos padrões de gestão da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade e a “gestão participativa” se espalham pelo mundo em países de capitalismo avançado e no terceiro mundo industrializado.

Ainda seguindo Antunes (2006, p. 38), podemos dizer que o regime de produção fordista tinha como componentes constitutivos básicos a produção em massa através de linhas de montagem de produtos homogêneos. Esse resultado era atingido através do controle sistemático de tempos e movimentos (taylorismo) e da produção em série (fordismo). O trabalho era parcelar, fragmentado em funções; as unidades fabris se caracterizavam pela concentração, verticalização, e pela constituição do operário-massa, do trabalhador coletivo do tipo fabril. Esse sistema de produção se caracterizava também pela rigidez dos processos de trabalho, hierarquização e verticalização dos processos decisórios, ‘estabilidade’ dos contratos de trabalho.

Até 1973 a classe trabalhadora de muitos países capitalistas centrais viveu padrões de vida relativamente estáveis, na medida em que as empresas também desfrutavam de relativa estabilidade e lucros monopólicos. A partir daquele ano tem início uma transição no interior dos processos de acumulação de capital. Essa fase é marcada por um confronto com a rigidez do fordismo, se apoiando na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Surgem setores de produção novos, assim como serviços financeiros, mercados, e “taxas altas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2008a, p. 140). No espaço social criado pelas incertezas decorrentes da crise, surgem novas experiências de organização industrial e da vida social. Estas, para Harvey,

podem representar os primeiros momentos da passagem para um novo regime de acumulação, associado a sistemas de regulação política e social distintos. A acumulação flexível, como é nomeada esse novo regime de acumulação, é caracterizada por:

(...) rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (Harvey, 2008a, p. 140)

Além disso, a acumulação flexível implica em níveis altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, poucos ganhos em termos de salários e retrocesso sindical. O aumento do desemprego e subemprego e a redução do poder sindical são utilizados para impor regimes de trabalho e contratos mais flexíveis. Harvey (2008a) argumenta que a grande variabilidade desses arranjos e a particularidade de empresas torna difícil esboçar um quadro geral, mas que a resultante é a aparente redução do emprego regular em favor de modalidades de trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

A essa transformação da estrutura do mercado de trabalho, correspondem mudanças na organização industrial. A subcontratação abre oportunidades e espaço para o surgimento de pequenos negócios e permite que sistemas antigos de trabalho revivam e floresçam como peças centrais do sistema produtivo (Harvey, 2008a). Multiplicam-se, na órbita da matriz de subcontratação, diferentes formas de processos de trabalho e organização da produção, como trabalho autônomo, cooperativas, regimes de trabalho patriarcal, paternalismo comunitário e burocrático, sistemas patrimoniais e do próprio tipo de produção proletária. Em muitos ramos a economia de escala foi sendo substituído pela manufatura em pequenos lotes a preços baixos. Esses sistemas de produção flexíveis permitiram uma aceleração no ritmo das inovações e a exploração de nichos de mercado especializados e em pequena escala. O tempo de giro foi reduzido de forma dramática pela automação e novas formas organizacionais (*just-in-time*).

Outro desenvolvimento importante desse período foi a reorganização do sistema financeiro internacional. Segundo Harvey (2008a, p. 152) houve um movimento dual: por um lado uma rápida concentração de conglomerados financeiros de poder global; por outro, a proliferação e descentralização de atividades financeiras por meio de novos instrumentos e mercados de inéditos. A desregulamentação e inovação financeira³² começaram por volta de

³² À medida em que a crise da década de 1970 se alastra, ocorrem instabilidades generalizadas nas taxas de câmbio, com enfraquecimento do dólar, e uma crise no sistema de crédito pela explosão da dívida externa de países periféricos. Os Estados Unidos elaboraram então uma série de medidas liberalizantes de seu sistema

1973, ganharam impulso na década seguinte engolfando todos os centros financeiros do mundo. A resultante desse processo longo e complicado foi o surgimento de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias e dívidas globais, o que significou pela primeira vez a criação de um único mercado de dinheiro e crédito em nível mundial.

A arquitetura dessas mudanças contou, no plano político ideológico, com a difusão da ideologia do neoliberalismo. Essa, segundo Harvey (2008b), é uma teoria político-econômica que postula que o bem-estar humano é mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais dentro de uma estrutura institucional fundada sobre sólidos direitos de propriedade privada, mercados e comércios livres. O papel do Estado dentro desse arranjo é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; deve-se garantir a solidez da moeda, estruturas militares de defesa, de polícia garantidora dos direitos de propriedade e para assegurar, se for necessário, o funcionamento dos mercados. Na não existência de mercados, esses devem ser criados pela ação do Estado, mas sua ação não deve ir além dessas tarefas. As intervenções dos Estados nos mercados devem se ater ao mínimo, uma vez que supostamente o Estado não tem informações suficientes para entender os sinais do mercado e porque grupos de interesse irão distorcer e viciar as suas intervenções em benefício próprio (HARVEY, 2008b).

O processo de neoliberalização envolve a destruição de poderes e estruturas institucionais, divisões do trabalho, relações sociais para a promoção do bem-estar social, modos de vida e pensamento, atividades reprodutivas, formas de ligação da terra e hábitos de consumo. Carcanholo e Baruco (2008), a partir da obra de Fiori (1997), apontam quatro etapas para a constituição da hegemonia neoliberal ao longo do século XX. A primeira, que antecedeu a crise dos anos 1970, ocorre logo após a Segunda Guerra Mundial, na ocasião em que Hayek publica seu livro *O Caminho da Servidão* (1944). Nesse livro é feita uma crítica ao intervencionismo estatal de cunho igualitário prevalente nos chamados Estados de Bem-Estar Social. Essas ideias, no entanto, não lograram sucesso imediato devido à hegemonia das

financeiro, pautado na desregulamentação, na securitização das dívidas, na criação de derivativos financeiros, na expansão do número de investidores institucionais (fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguros). Esse desenho institucional financeiro é exportado e passa a constituir o que se denomina globalização financeira. Isto é, a liberalização financeira no plano nacional e a crescente mobilidade de capitais no plano internacional (CEDEC, 2010).

políticas de cunho keynesiano, embora tenham formado discípulos na chamada escola austríaca, que trataria de difundir-la para novas gerações.

O avanço neoliberal começa a partir dos anos de 1960, dando início a segunda etapa, com a gradual conquista de espaços acadêmicos nos Estados Unidos por parte de discípulos de Hayek, e do monetarista Milton Friedman. Naquela década a produção desses teóricos se torna hegemônica no meio acadêmico norte-americano e nas décadas subsequentes intelectuais provenientes desse meio acadêmico galgariam posições de destaque na condução de políticas econômicas em diversos países na América Latina (Harvey, 2008b, p. 10).

A etapa seguinte é definida pela passagem do plano teórico para o plano político, com a chegada de forças liberais conservadoras na Inglaterra (Margareth Thatcher em 1979) e nos Estados Unidos da América (Ronald Reagan em 1980). Na Inglaterra, as primeiras medidas realizadas são a desregulamentação, a privatização e a abertura comercial. Além disso, as propostas políticas neoliberais foram incorporadas por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), e passaram a ser impostas aos países periféricos que recorriam a essas instituições, como os países sul-americanos.

A quarta etapa se dá com a crise do bloco soviético na década de 1980, que permite que o neoliberalismo, ideologicamente oposto às ideias soviéticas, avance mais ainda. Ainda que as primeiras experiências na América Latina sejam no Chile ainda na década de 1970, durante a ditadura de Pinochet, é somente na década seguinte que o neoliberalismo se espalha pela região. Primeiramente, isso ocorre através da imposição de reformas estruturais como condicionantes para a renegociação de dívidas externas. Posteriormente há uma adesão por parte das elites econômicas e políticas locais ao ideário neoliberal (Carcanholo e Baruco, 2008).

O neoliberalismo, como discurso e posicionamento político-ideológico defende que estaríamos numa nova era, denominada globalização, que seria caracterizada pelo aumento do fluxo internacional de bens e serviços, transnacionalização de empresas e sua expansão, emergência de uma terceira revolução tecnológica com base na microeletrônica (globalização produtiva), e maior interpenetração dos mercados financeiros (globalização financeira). Carcanholo e Baruco (2008), no entanto, criticam o conceito de globalização, apontando que a lógica de expansão do capital e sua internacionalização existem desde os primórdios do capitalismo, fazendo parte de suas leis gerais de funcionamento. Reconhecem, no entanto, que houve no final do século XX uma intensificação do processo, em especial no que tange ao capital financeiro. A autora Virgínia Fontes (2010) também critica o conceito de globalização,

pela suposição de neutralidade que o termo implica, e aponta o caráter ideológico e laudatório em relação ao capitalismo, na esteira de ideologias que defendiam o “fim da história”.

O programa de ajuste neoliberal pode ser dividido em três principais conjuntos de ações ou elementos: 1) estabilização macroeconômica, que têm o objetivo de reduzir a inflação e controlar as contas públicas; 2) reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatizações de empresas e serviços públicos, eliminação de subsídios, liberalização dos preços e abertura financeira; 3) os dois conjuntos e ações anteriores supostamente dariam suporte ao terceiro elemento do programa, que é a retomada dos investimentos e crescimento econômico vinculado à distribuição de renda em países periféricos. (CARCANHOLO, 2006). A prudência fiscal e iniciativa privada seriam os garantidores do desenvolvimento, e a economia de mercado em funcionamento sem intervenções e regulações seria responsável pelo desenvolvimento econômico.

Carcanholo (2006, p. 147) salienta, no entanto, que a execução desse modelo não é mecânica, existindo diferentes aplicações práticas. O que definiria o programa neoliberal não são as suas formas diversas de implementação, mas a natureza das reformas. A primeira reforma – estabilização macroeconômica – é considerada pré-condição para o implemento dos outros dois componentes. Feito isso, são as reformas estruturais que supostamente garantiriam o crescimento econômico futuro, pela elevação da concorrência privada, trazendo ganhos de produtividade e competitividade. O seu ideário, portanto, se define por um plano de longo prazo que supõe como condição prévia a estabilização econômica de curto prazo.

A primeira reforma estrutural, considerada a mais importante por defensores de concepções neoliberais, é a abertura externa, composta pela abertura comercial (liberalização das importações, promoção de exportações, maior facilidade de remessa de lucros e dividendos e liberalização da conta capital), abertura financeira (maior facilidade de residentes assumirem obrigações em moeda estrangeira e dos não residentes em investirem no mercado financeiro local) (CARCANHOLO, 2006, p. 150). O pensamento neoliberal em seu início pregava uma abertura externa abrupta, também chamada de doutrina de choque ou liberalização radical. No entanto, à medida que as primeiras experiências de aplicação dessas práticas na América Latina nos anos de 1970 não trouxeram os resultados esperados, mudou-se o argumento em prol de uma implementação sequencial dessas medidas, que culminasse com a liberalização financeira externa.

Carlos Nelson Coutinho (2012) nos oferece uma leitura possível da ascensão de políticas neoliberais fazendo uso do aparato categorial Gramsciano. Coutinho (2012) discute a partir do autor sardo se o conceito de revolução-passiva³³ ou de contrarreforma seria mais adequado para compreender o que ele caracteriza como a época neoliberal em que estamos vivendo.

A palavra “reforma” ao longo da história esteve organicamente ligada à luta dos subalternos por transformação social, tendo assumido uma conotação claramente progressista. O neoliberalismo, para impor sua agenda, faz uso da ideia de “reforma” de forma mistificadora, como um avanço social contraposto a um suposto “estatismo”, seja ele consubstanciado no chamado Estado de Bem-Estar, ou nos estados ditos comunistas. Desta forma, opera-se uma transformação da palavra “reforma”, que antes da ascensão neoliberal significava ampliação de direitos, da proteção social, controle e limitação de mercados e agora passa a significar a supressão dos direitos e controles (COUTINHO, 2012).

Essas contrarreformas vêm ocorrendo desde a emergência da chamada crise do fordismo-keynesianismo; como forma de recompor os padrões de acumulação, o sociometabolismo do capital começou a operar alterações na sua forma. São exemplos típicos a desregulamentação financeira, a promoção de um reordenamento nas relações de trabalho, a transformação de direitos sociais em serviços.

As transformações no âmbito da produção requerem e solicitam mudanças no plano da gestão e da regulação do Estado. No Brasil, foi no governo Collor (1999-1992) que houve um aprofundamento das políticas neoliberais, na busca pela reversão do quadro inflacionário do país. As principais medidas econômicas adotadas visavam à alavancagem do processo de privatização das empresas nacionais; abertura econômica para capitais estrangeiros; diminuição dos gastos públicos (COUTO, 2004, p. 146-147). A era Collor chegou ao fim dois anos após sua posse, através de um impeachment. Uma coalização de centro-direita liderada pelo PSDB e PFL venceu o pleito de 1994, elegendo o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

No primeiro governo FHC (1994-1997) a prioridade foi dada ao controle inflacionário, a manutenção da estabilidade da moeda e a defesa da necessidade de Reforma do Estado como

³³ Coutinho sintetiza como características da revolução-passiva dois momentos: a restauração, isto é, uma reação conservadora frente a possibilidade de transformação efetiva e radical por parte dos subalternos; e a renovação, que é um momento no qual as demandas populares são satisfeitas através de concessões das camadas dominantes. Desta forma, o aspecto restaurador não invalida o fato de haver o acolhimento ainda que parcial das reivindicações dos “de baixo”. Essas modificações abrem caminho para outras modificações, o que instaura uma dialética de restauração-revolução ou de conservação-modernização (COUTINHO, 2012, p. 118)

plataforma política. Esta se consubstancia no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRE, 1995), que congrega um conjunto de medidas constitucionais para sua consecução. Argumenta-se que a crise econômica vivenciada no Brasil era uma crise do aparelho de Estado, e propõe-se a sua racionalização. Alude-se como medidas inadiáveis do PDRE:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (MARE, 1995, p. 11).

O Estado é apontado como causa dos problemas econômicos e sociais, pela sua ineficiência e burocracia. O intervencionismo estatal é criticado e em seu lugar é proposto o enxugamento da máquina pública. Analiticamente são classificadas três dimensões de intervenção:

1) dimensão relativa à delimitação da área de atuação e das funções do Estado; 2) dimensão relativa à sua capacidade técnica, financeira e operacional de gestão (Governança); e 3) àquela referente a sua capacidade política para governar num contexto democrático (Governabilidade democrática). As diretrizes do PDRE concentram-se nas duas primeiras dimensões (RIBEIRO, 2002, p. 12).

O PDRE tinha como objetivos garantir a governança mediante novas formas de financiamento, organização e gestão, aprofundando a descentralização de funções para outros entes federados, limitar as ações do Estado às suas atividades exclusivas, relegando as atividades não exclusivas ao chamado “setor público não estatal”, isto é, organizações do terceiro setor ou entidades sem fins lucrativos. Quanto ao setor de produção de bens, mantêm-se a defesa da sua privatização. A dita modernização do setor público se ampara no *New Public Management*, isto é, em formas de governança pública que têm como modelo o gerencialismo³⁴, com foco nos resultados e novas práticas de gestão advindas do setor privado-empresarial (RIBEIRO, 2002, p. 11).

³⁴ Gerencialismo é um movimento ideológico e prático que tem por objetivo implantar no setor público métodos, valores e práticas culturais da administração empresarial privada. (REIS, 2019)

Para além da reforma do aparelho de Estado, datam dessa mesma época e tem se desenvolvido até hoje uma miríade de outras contrarreformas em diversos setores, dentre as quais se destacam a educação, saúde, previdência, trabalho (BARBOSA, 2017; TEIXEIRA, 2001; MARCH, 2011 e SILVA E JESUS, 2017). Já dizia Gramsci, que a hegemonia “nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2001a, p. 247). As desregulações no setor produtivo inspiraram a reforma do Estado de 1995, que já previa a flexibilização dos contratos, terceirizações, enxugamento da máquina pública e a necessidade de uma postura empreendedora por parte de funcionários públicos (MARE, 1995, p. 65).

Consideramos que a ideologia do empreendedorismo é orgânica à nova forma de organização da produção, chamada por alguns de acumulação flexível (Harvey, 2008b). Sua função é fomentar a adesão de parcela da classe trabalhadora às reformas neoliberais, ao mesmo tempo em que a adapta para uma inserção produtiva no mercado de trabalho, como empregados (intraempreendedorismo), na geração de renda de variadas formas (empreendedorismo por necessidade), na criação e empresas propriamente ditas.

Mais que isso, argumentamos que um dos elementos centrais do empreendedorismo, conforme definido pela OCDE através dos seus determinantes, é a manutenção e o aprofundamento das contrarreformas neoliberais onde elas já foram introduzidas e a justificativa para sua implementação onde ainda não foram. Como vimos, os determinantes de empreendedorismo da OCDE abrangem grandes parcelas da regulação do Estado, a cultura e a educação. Os parâmetros de medida valorados positivamente são aqueles que implicam na redução de certas áreas de intervenção e o redirecionamento para outras, em consonância com as políticas de inspiração neoliberal. Desta forma, a unificação de medidas e criação de escalas comparáveis entre países é mais um balizador sobre a segurança e rentabilidade de investimentos dos capitais em cada país.

Mais que medir o empreendedorismo, seus supostos determinantes medem a adesão às contrarreformas neoliberais, seja na prática de reorganização do Estado, nas diversas áreas de regulamentação (ou desregulamentação) que são requeridas para o avanço da acumulação capitalista no atual estágio. Isto é, se existe um ambiente institucional e legal próprio para o investimento empresarial privado, se há direcionamento público para que a pesquisa e desenvolvimento sejam dirigidos para a exploração econômica, se há acesso a crédito fácil e segurança para investimento de capitais e, por fim, se há condições de mercado favoráveis ao

investimentos. A difusão desses ranqueamentos, portanto, serve como mais uma justificativa para a introdução de contrarreformas.

Os indicadores de educação e cultura, de forma específica, medem a efetividade dos Estados na criação de um caldo cultural que visa conformar os trabalhadores à sociabilidade requerida pelo capital atualmente. Esse caldo de cultura se solidifica no senso comum, balizando concepções de mundo que tornam mais fácil e palatável a execução de novas contrarreformas, cada vez mais regressivas em termos de direitos. As medidas de educação empreendedora, no fundo, medem se há uma força de trabalho adequadamente treinada nos comportamentos, valores e conhecimentos necessários ao atual estágio de acumulação, se há a divulgação de uma visão de mundo de perfil liberal-conservador, que oculte a divisão da sociedade em classes e crie um ambiente social de apoio ao empresariado. Pela educação e cultura empreendedora, portanto, tem-se um preventivo ideológico contra a revolta popular pela retirada de direitos e a sua adequação a formas de vida cada vez mais precárias e aviltantes.

O empreendedorismo se constitui num fenômeno que leva ao avanço da irracionalidade da vida político-social e de desorganização de formas pregressas de vida, fundado na hegemonia dos novos arranjos produtivos flexíveis. Essa ideologia implica um tipo de organização do Estado – o estado neoliberal – uma concepção de ético-política associada a um momento próprio do desenvolvimento capitalista que se desdobra em diferentes nexos: estabelecimento de regras comportamentais adequadas às exigências da produção, construção de mecanismos de controle sobre a população desempregada, precarizada, desengajada. Decorre da necessidade imperiosa de construir um novo tipo humano, de acordo com os novos tipos de trabalho e de organização do processo produtivo.

Por ironia da história, essa ideologia é apresentada como a solução para enfrentar os efeitos agudos da questão social, cuja causa é justamente a forma de produção e de regulação social adequada ao capital-imperialismo. A promoção do empreendedorismo implica, portanto no aprofundamento e justificção da barbárie em que se encontra a classe que vive do trabalho.

Entendido o escopo abrangência da ideologia do empreendedorismo, na próxima sessão nos deteremos na sua relação com a juventude e educação na visão de Organismos Multilaterais. Analisaremos como a juventude tem aparecido em documentos de OM e qual a relação estabelecida com o empreendedorismo.

5 PROPOSTAS INTERNACIONAIS SOBRE JUVENTUDE E EMPREENDEDORISMO

Como vimos na discussão sobre hegemonia em Gramsci, a disputa pela direção da sociedade ocorre cada vez mais por meio de dispositivos que colocam em prática as teses que traduzem melhor os interesses das classes ou frações de classe que eles representam. As classes obtêm maiores chances de convencer a sociedade sobre a validade geral de seus interesses específicos através da difusão de suas ideias. A luta pelo convencimento e a busca por consensos contribuem para que os seres humanos construam maior consciência sobre o seu lugar na história. O que está em questão é o tipo de identificação produzido pelas relações sociais e a afirmação ou negação desse modo de sociabilidade.

A politização da sociedade civil implicou em novos conteúdos para a dominação de classe, na medida em que as táticas de dominação se modificam. A burguesia se transforma, deste modo, em classe dominante e dirigente. Juntamente com os mecanismos tradicionais de coerção e controle, que nunca somem completamente, novos aparelhos são criados para a difusão de ideias para as classes dominadas. Esses aparelhos funcionam como intelectuais coletivos de sua classe, dão unidade e coerência na direção da condução da sociedade. Atuam diretamente na sociedade política através de articulações e relações institucionais. Por meio deles, se difundem planos e recomendações atuando no convencimento da justiça suas propostas.

Como afirmam Neves e Pronko (2008), o processo de financeirização mundializada do capital, e por consequência, da produção da existência dos seres sociais, tem requerido um conjunto de medidas internacionalizadas para garantia da sua reprodução ampliada e das relações de dominação burguesa. Esse papel de organizador das relações internacionais, torna o estudo desses organismos referência obrigatória para o estudo de políticas públicas de cada formação capitalista. O grau de ingerência desses organismos, em especial àqueles vinculados a Organização das Nações Unidas, como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, torna a análise de suas diretrizes um tema importantíssimo no estudo do desenvolvimento de políticas públicas em cada estado-nação, por acrescentarem novas determinações para esses processos.

A análise dessa sessão terá por objeto dois documentos de OM que tem na juventude o foco da sua análise. O primeiro é um relatório intitulado *Perspectivas Econômicas da América Latina 2017 – Juventude, Competências e Empreendedorismo* (OCDE/ECLAF/CAF, 2016).

Foi produzido pela OCDE, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF³⁵). Nele são analisados as atitudes, desafios e oportunidades para a juventude da América Latina. O segundo documento que será analisado foi publicado pelo Banco Mundial em 2018 e é intitulado *Educação e Empregos: Uma Agenda para a Juventude. Síntese de Constatações, Conclusões e Recomendações de Políticas* (BM, 2018). Esse documento tem como objeto as políticas públicas brasileiras para a juventude, com foco na empregabilidade e na produtividade do mercado de trabalho.

5.1 Perspectivas Econômicas para a América Latina e Caribe 2017 – Juventude, Competências e Empreendedorismo

A OCDE foi criada em 1948 para gerir o Plano Marshall de reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Nessa época ela se chamava Organização para Cooperação Econômica Europeia. Em 1961 ocorre uma mudança importante: a refundação da organização, sob novo nome e novos objetivos. A partir de então ela passa a se chamar Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Desde então, assume uma vocação internacional, agindo como foro de consulta e coordenação entre países membro, buscando consolidar o modelo econômico capitalista adotado pelos países desenvolvidos, em estreita cooperação com outras organizações, como FMI, BM, entre outros (PINTO, 2000, p. 18).

A importância da organização se devia ao fato que, na década de 1960, detinha cerca de dois terços da produção mundial de bens e movimentava quatro quintos do comércio internacional. Seu poder de convencimento se deu, além disso, pela abundância de pesquisas, relatórios e estatísticas que ela gera. Ainda que não possua poder financeiro comparável ao de outras organizações, como o FMI ou Banco Mundial, nem tenha competência supranacional, como a União Europeia. Também não tem poder vinculante nas suas decisões. Sua capacidade normativa, portanto, ocorre mediante o convencimento, trocas de informações, e pela conquista através do conhecimento (PINTO, 2000). Para os países-membros, no entanto, ainda que suas decisões não sejam vinculantes, possuem valor equivalente a acordos internacionais. De forma

³⁵Também conhecida como Corporação Andina de Fomento – Banco de Desenvolvimento da América Latina, da onde advém sua sigla, CAF.

que o seu descumprimento encerra constrangimentos diplomáticos, o que equivale a uma forma de sanção. De forma indireta, portanto, para os países membros, as recomendações do órgão passam a ter caráter de execução quase obrigatória. O Brasil ainda não é um Estado-membro, embora esforços nesse sentido tenham sido feitos há décadas. Na América Latina, são países membro o México (1994) e o Chile (2010).

O relatório que iremos analisar faz parte de um conjunto de publicações sobre panorama econômico da América Latina e Caribe (ALC) que começou a ser publicado em 2007. Essa edição toma por base um relatório anterior, publicado em 2015 que teve como tema os sistemas educacionais da região e avança para discutir com mais pormenores questões relacionadas às competências, habilidades e o empreendedorismo. A análise aqui apresentada toma por base o relatório executivo, o resumo contido no capítulo um, e os capítulos quatro e cinco, que tem como foco, respectivamente, os sistemas educacionais e o empreendedorismo juvenil. Busca-se compreender quais os significados atribuídos ao empreendedorismo para a OCDE e qual o seu papel na formação da juventude. Além disso, buscamos entender como a juventude é construída como um problema, e qual a função que o empreendedorismo cumpre na sua solução. Além disso, buscamos entender o papel do Estado na consecução desses objetivos e quais os resultados esperados.

5.1.1 A Problemática em Torno da Juventude

A OCDE declara como objetivo do relatório analisar os desafios e oportunidades em relação à juventude latino-americana, definida no documento como o segmento populacional de pessoas na faixa etária de 15-29 anos de idade. Esse grupo constitui um quarto da população da América Latina e Caribe (ALC), a maior parte (64%) vivendo em condições de pobreza ou vulnerabilidade. Apesar de a região ter melhorado alguns dos indicadores de renda no período de 2000-2014, esses indicadores diminuíram consideravelmente desde 2014 e essa situação tende a se agravar com a recessão econômica. A partir da conjuntura atual, há previsões de que a pobreza chegue à marca dos 50-55% da população (incluindo adultos), revertendo todas as mudanças da década anterior. Esse cenário é visto como consequência inevitável da recessão, e da inadequação de políticas da região para alavancar o desenvolvimento de forma sustentável (OCDE/ECLAC, 2017).

Para os analistas da OCDE, esse panorama contrasta com as amplas expectativas sociais de progresso social, impulsionadas principalmente por setores reformistas dos movimentos de redemocratização que ocorreram em vários países do continente. As

desconexões entre essas expectativas e a realidade brutal da pobreza do continente têm alimentado um descontentamento generalizado e uma falta de confiança nas instituições democráticas.³⁶ Segundo o documento, apenas um em cada três jovens demonstra confiança nas eleições. Esse fenômeno aparece como causa de preocupação em diferentes partes do documento, assim como o uso de novos instrumentos tecnológicos por parte da juventude na veiculação e organização de suas demandas. A ocorrência de 18 eleições presidenciais nos próximos anos ao longo do continente também é destacada, e vista como uma oportunidade para a discussão da inclusão da juventude e do empreendedorismo na agenda política.

As preocupações da OCDE expressas no documento parecem estar em consonância com as que o Banco Mundial tem demonstrado a partir da década de 1980. A partir da crise do capitalismo internacional daquela década, as diretrizes político-pedagógicas do BM para os países periféricos orbitaram em torno do binômio alívio da pobreza-coesão social (NEVES: PRONKO, 2008, p. 100). Evidenciando com isso, que, do ponto de vista do capital, tanto os aspectos técnicos como ético-políticos, de forma indissociável, devem ser considerados nas políticas de formação para o trabalho.

A preocupação com a pobreza e seus rebatimentos na educação da juventude se materializa no uso abundante de dados sociodemográficos. O que abrange a distribuição dos jovens por estratos de renda, a relação entre renda e tempo de escolarização e inserção futura no mercado de trabalho. De forma geral, a análise é feita de forma mecânica, justificando a precária inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho em virtude da baixa escolarização. Como solução, a OCDE propõe que a expansão recente dos sistemas educacionais deva vir acompanhada de um vínculo maior da educação com o mercado de trabalho.

Essas propostas estão em consonância com ações implementadas pelo Estado Brasileiro nas últimas décadas, que buscavam a qualificação profissional da juventude em

³⁶ Essa análise remete a leitura de autores liberais como o historiador Alexis de Tocqueville sobre as crises e a violência. A propósito da revolução francesa, esse autor apontava que nos trinta anos antes da revolução houve um progresso social notável, e que a violência revolucionária partiu justamente de regiões que mais avançaram socialmente. Na sua leitura a população francesa considerava a sua situação cada vez mais insuportável à medida que melhorava, ou, em outras palavras: “O mau que agüentava com paciência como sendo inevitável parece insuportável logo que se concebe a ideia de livrar-se dele” (Tocqueville, 1997, p. 166). Essa discussão foi resgatada por pesquisadores funcionalistas e neofuncionalistas anglo-saxões na década de 60 e 70, como James Davies e Ted Gurr, através do conceito de frustração relativa. A ideia central é a de que a violência irrompe quando a distância entre as expectativas de um grupo e as possibilidades de satisfazê-las se tornam consideráveis e insuportáveis (Wiewiorka, 2006).

estreita ligação com o mercado. Se destacam o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), no governo FHC; O Programa Nacional de Qualificação (PNQ), no governo Lula e o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no governo Dilma (Oliveira, 2018). A aprovação recente da Reforma do Ensino Médio (2017) e da Base Curricular Nacional do Ensino Médio estão alinhadas com as propostas da OCDE. Ramon de Oliveira (2018), ao avaliar o impacto dessas contrarreformas, argumenta que estas passam a oferecer uma formação aligeirada, voltada para o mercado de trabalho, integrando uma profissionalização precoce ainda na educação básica.

Sem fazer menção ao fracasso das políticas de desenvolvimento econômico anteriores, a OCDE recomenda que o investimento na formação de habilidades para os jovens é a chave para acender “o motor endógeno do crescimento” e construir “bases sólidas para o progresso futuro”. Isso envolve, na visão do documento, o fortalecimento dos sistemas educacionais e a promoção de habilidades gerais e ao longo da vida. O currículo deve prover treinamento técnico para a “inclusão produtiva” e habilidades fundamentais. Esse tipo de habilidade permitiria aos jovens a capacidade de se habituar a troca de empregos e se adaptar as condições externas do mercado de trabalho³⁷. Os programas de ensino deveriam, também, na visão prescritiva da OCDE, combinar sala de aula com aprendizado no trabalho, o que supostamente melhoraria as condições de empregabilidade dos jovens (OCDE, 2016, p. 9-10).

Algumas dessas propostas têm sido cumpridas com a implementação da reforma do ensino médio, que prevê, dentre outras medidas, uma nova organização curricular mais flexível. Através dos itinerários formativos, pode-se focar em diferentes áreas do conhecimento e na formação técnico-profissional. A flexibilidade e autonomia da proposta confere aos sistemas de ensino a escolha de quais itinerários formativos irão ofertar (LIMA e MACIEL, 2018). Desta forma, pode ocorrer que em alguns lugares nem todos sejam ofertados, priorizando somente os itinerários que tenham a ver com interesses locais, como formação de mão de obra específica.

Além disso, para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer, na forma de regulação própria, conhecimentos, saberes, habilidades e competências através de outras formas de comprovação, como: demonstração prática, trabalho supervisionado ou qualquer outra experiência adquirida fora do

³⁷ Condições externas dizem respeito a competição potencial em relação a firmas fora do mercado, em oposição às condições internas que se referem ao grau de competição entre vendedores já estabelecidos num dado mercado. A implicação é a que a formação de jovens deve ser flexível e se antecipar as mudanças nos mercados de trabalho decorrentes da entrada de novas empresas concorrentes. Isso pode provocar mudanças tecnológicas rápidas que exigiriam a requalificação dos trabalhadores. Fonte: <http://www.businessdictionary.com>

ambiente escolar, formação técnica em outras instituições de ensino, cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais, educação a distância ou presencial mediada por tecnologias (BRASIL, 2016).

Desta forma, equipara-se o conhecimento teórico-prático mediado pela atuação de profissionais adequadamente formados para o ensino à mera experiência de trabalho ou qualquer experiência do aluno fora do ambiente escolar. Abre-se espaço, além disso, para a validação de cursos privados dos mais variados tipos, com ou sem regulação pelo estado, presenciais ou a distância, ao sabor de regulações dos sistemas de ensino. Cria-se, portanto, diversas modalidades para o aprofundamento do empresariamento da educação.

Além disso, a OCDE argumenta que os governos devem implementar métodos eficientes para a coleta de informações sobre habilidades dos indivíduos e aquelas necessitadas pelas empresas, com o objetivo de identificar carências de mão de obra e planejar ao longo prazo a geração de trabalhadores que é necessária pelo empresariado. Advoga-se que a criação desse “suprimento saudável de jovens prontos para trabalhar” e de empresas competitivas deve ser igualada à demanda pelas habilidades dos jovens e suas atividades empreendedoras (OCDE, 2016, p. 2). O papel social da educação é reduzido, portanto, a mera formação de insumos para o processo de trabalho, para garantir um suprimento de mão de obra adequadamente formado para a exploração capitalista.

Para a OCDE, as mudanças demográficas e tecnológicas são inevitáveis e afetarão sobremaneira o mercado de trabalho futuro. A automatização acabará com trabalhos semiespecializados, de forma que as políticas de formação devem se antecipar e adaptar às novas demandas (OCDE, 2016). Teme-se o aprofundamento dos níveis de desemprego e de pobreza com a introdução de maquinaria.

Além disso, atribui-se o baixo desempenho econômico da região a má formação educacional, fato que é agravado pela expectativa de mudanças tecnológicas. Oliveira (2005) contesta essa visão, argumentando que a baixa qualidade educacional não tem sido um empecilho, e sim um fator constituinte do modelo de acumulação adotado. A regressão dos postos de trabalho ocorrida nas últimas décadas tem diminuído as demandas por qualificação. Particularmente no Brasil, a ampliação da escolaridade veio acompanhada da elevação do desemprego nas parcelas mais qualificadas da população economicamente ativa (OLIVEIRA, 2005). Na era do capital imperialismo e da degradação estrutural do trabalho, a promessa da

ascensão social por meio da educação se mostra cada vez mais o que é: uma ideologia que busca ocultar os fundamentos da desigualdade social no capitalismo. Justamente quando os resultados não conseguem ocultar a realidade, o capital reatualiza suas ideologias e dobra a aposta: não basta somente elevar a qualificação, é preciso formar os jovens nas competências corretas.

5.1.2 Educação, Competências e Juventude na ALC

A sessão quatro do documento se debruça sobre a educação e as competências da juventude. O que se apreende, de forma geral, a partir da leitura da sessão, é uma visão instrumental da educação, vista como indutora do crescimento econômico, capaz de contribuir para economias baseadas no “conhecimento” e em “competências”. Desta forma, na medida em que a educação é a principal forma de adquirir habilidades e competências necessárias pelo mercado, ela ganharia centralidade na atualidade. Melhorar a educação, na visão da OCDE, seria uma forma de promover o crescimento econômico, a inclusão social e uma maior equidade, uma vez que a educação também é vista como “uma peça chave na participação no mercado de trabalho” e um “determinante crucial para a inserção no mercado de trabalho ao longo da vida” (OCDE, 2016, p. 146)

No documento a apresentação da sessão é dividida em duas partes: 1) panorama geral dos sistemas educacionais na região da ALC, tendo como foco o ensino primário e secundário e as competências dos jovens. 2) especificidades dos programas de treinamento para a juventude na região. O documento inteiro, e essa sessão em particular, são auto referenciados. A visão da OCDE é tida como detentora de reconhecimento público e notório na área, e a maioria dos trabalhos citados foram realizados por eles mesmos, ou outras Organizações Multilaterais parceiras. As análises dos sistemas educacionais da ALC, suas pretensas dificuldades e as oportunidades de intervenção, são feitas como um narciso tomando os países membros da OCDE como espelho.

5.1.3 A visão da OCDE sobre Educação da ALC

Mais de 43 milhões de jovens na América Latina e Caribe, com idades entre 15-29 anos, não completaram a educação secundária e não frequentam mais a escola. Esse número equivale a 31% da população em geral. 29% da juventude da América latina tem ensino secundário completo. 14% tem ensino terciário incompleto e apenas 16% tem o ensino terciário completo (OCDE, 2016, p. 147). Para a OCDE, a maior parte dos jovens da região evade da

escola muito cedo sem terem atingido as qualificações necessárias para o mercado de trabalho. O interessante dessa análise, é que ela é feita sem trazer nenhum dado sobre as demandas de qualificação do mercado de trabalho. Desta forma, a OCDE pode vaticinar que “mais de 70% da juventude não tem competências suficientes para acessar empregos de qualidade” (OCDE, 2016, p. 147). A problemática do desemprego é subsumida a uma questão meramente educacional, pela via das qualificações e competências, elidindo a questão da demanda.

O desemprego, desta forma, é reconhecido como um problema social grave, na mesma medida em que o trabalhador ou os sistemas educacionais são responsabilizados por problemas que não estão sob seu controle. O desemprego é, de fato, uma das maiores ameaças para os trabalhadores, despossuídos que são de condições prover a própria existência. Como vimos, esse processo deriva de dois movimentos do capitalismo: a contínua produção de expropriações, que empurram massas crescentes de seres sociais para o despotismo do mercado de trabalho, em concorrência direta com os trabalhadores empregados, e a introdução cada vez mais acelerada de maquinarias e tecnologias que substituem a força de trabalho (FONTES, 2017). Essa condição dramática, na ALC, atinge a incrível marca dos 50% da população jovem e levanta problemas para as classes dominantes. A responsabilização da educação pelo desemprego mascara a forma social da sua produção e a sua utilidade no disciplinamento da força de trabalho

Níveis altos de desemprego tendem a diminuir a pressão dos trabalhadores empregados por melhor remuneração e condições de trabalho, aumentando a extração de mais valia absoluta dos trabalhadores empregados. O aumento expressivo do desemprego, no entanto, tem impactos na capacidade de consumo, nas condições de vida, agravando a questão social e produzindo descontentamento das massas trabalhadoras com a ordem vigente. Essa preocupação é apontada em diversos momentos do documento, consubstanciada em dados de pesquisas sobre a “satisfação no funcionamento da democracia”, o grau de “confiança nos governos”, além da percepção de que houve um aumento expressivo no número de protestos na região dos últimos anos (OCDE, 2016, p. 3). Nesse diapasão, a falta de qualificações, que antes era utilizada para justificar os problemas de empregabilidade dos jovens, aparece agora como necessária também para a “completa inserção na vida política e social” (OCDE, 2016, p. 4). Para além do discurso

supostamente neutro das qualificações técnicas, portanto, aparece a preocupação com aspectos comportamentais e políticos dos jovens da ALC³⁸.

A OCDE tem utilizado a noção de engajamento cívico e político para definir uma série de ações dos sujeitos em relação à vida política no sentido estrito das democracias burguesas. Embora haja um amplo leque de ações abrangidas por essa definição, usa-se como medida dessas competências a participação em votações, em ações de voluntariado e o nível de confiança nos governos (OCDE, 2015). Essas competências fazem parte de uma gama de outras competências consideradas ‘não-cognitivas’, ou socioemocionais, que vêm sendo difundidas nos últimos anos como mais um adendo necessário para a formação educacional, em especial no contexto da educação para o século XXI. Espera-se com o seu desenvolvimento o direcionamento da juventude para ações políticas dentro da ordem. Essas preocupações se concretizam em propostas como do empreendedorismo social e comunitário e na ideia de protagonismo juvenil.

A Educação Técnica e Vocacional e o Treinamento (ETVT) são outro tema salientado no relatório. Sob essa alcunha, o documento se refere aqueles aspectos do processo educacional que envolvem o estudo de tecnologias e ciências afins e a aquisição de competências práticas, atitudes e conhecimentos relacionados ao trabalho em diversos setores da vida econômica. A OCDE vincula de forma linear e direta a baixa aquisição desse tipo de habilidades a baixa produtividade econômica na região, e aponta que o investimento em ETVT é um dos meios de promoção do desenvolvimento econômico, da transformação produtiva do mercado de trabalho. Para os analistas da OCDE, na ALC esses programas têm importante função equitativa, na medida em que se adequariam as necessidades de jovens que não concluíram os níveis mais elementares da educação formal e que buscam conhecimentos de cunho mais prático. Um aspecto frisado neste tipo de serviço educacional é a forte vinculação com empresas através do uso de estágios, e o papel de aproximação e valorização da participação do empresariado na educação.

³⁸ Essa preocupação remete a discussões de liberais clássicos como John Stuart Mill (1981) sobre as condições prévias para a concessão do sufrágio. Em seu Ensaio Sobre o Governo Representativo o autor defendia que a universalização do ensino deveria preceder a universalização do sufrágio, na medida em que apenas aqueles que tivessem atingido os requisitos mais comuns e essenciais para cuidar de si mesmos e dos outros deveriam exercer poder sobre os outros e a sua comunidade. Era defendido que o poder do voto só fosse concedido àqueles que soubessem ler, escrever e fazer as mais básicas operações de aritmética (MILL, 1981). Afirmava-se também que certo conhecimento geral sobre o mundo, a política e as leis naturais também seriam necessários. Atualmente a exclusão formal do direito ao voto não é mais uma questão defensável dentro dos marcos das democracias burguesas. Não obstante, a preocupação de fundo dessas propostas, isto é, a gestão política das massas, continua uma questão importante.

Faz-se uma defesa veemente sobre a inclusão de estágios e aprendizado baseado no trabalho em todos os programas vocacionais. Essa defesa, mostrada como preocupação com a inserção laboral dos jovens, *aprender fazendo*, dentre outros slogans, é, no fundo, uma forma de redução de custos de contratação, incorporando jovens aprendizes para trabalhos regulares com pequena função educacional por uma fração do custo de um trabalhador regular e quase desprovido de direitos. Como vimos, a contrarreforma do Ensino Médio está em parte em sintonia com essas propostas. No entanto, a redação dada vai muito além da proposta da OCDE. Ao permitir que os sistemas de ensino reconheçam a “experiência de trabalho supervisionado” ou “outra experiência adquirida fora do ambiente escolar” para fins de cumprimento de exigências curriculares, permite-se inclusive o reconhecimento de trabalho realizado sob quaisquer condições, sem os benefícios proteção da lei de estágios (BRASIL, 2016).

Outro aspecto salientado sobre os ETVT é a pequena vinculação entre esses programas e o ensino regular. As habilidades adquiridas nesses sistemas muitas vezes não são reconhecidas pelos sistemas educacionais, o que impede o avanço dos estudantes de ensino técnico para outras modalidades de ensino, incluindo o superior. A OCDE defende a criação de um Quadro Nacional de Qualificações, de forma a padronizá-las e facilitar a comparação entre sistemas. Além disso, o aumento do envolvimento de empresários no desenvolvimento de políticas de qualificação técnica é encorajado. Esse tipo de política está vinculado a formação de clusters de inovação e aos chamados arranjos produtivos locais.

5.1.4 Habilidades dos Jovens da ALC

Essa sessão do documento concentra-se nas habilidades propriamente ditas. De forma geral, as habilidades de leitura, matemática e ciência dos jovens da ALC são consideradas insatisfatórias, comparadas com padrões da OCDE. Boa parte dos estudantes não adquire parâmetros mínimos nessas áreas, apesar dos anos de escolarização terem aumentado. Outro ponto salientado é a pequena margem de estudantes muito bem classificados no PISA. Para a OCDE, esses seriam a vanguarda de um sistema econômico global baseado em conhecimentos. A desigualdade intraclasse trabalhadora é responsabilizada por esses resultados. Apesar disso, as análises da OCDE indicam que esses resultados têm melhorado, embora não num ritmo rápido o suficiente para “alcançar” os resultados europeus.

A aquisição de poucas habilidades no ensino básico é vista como um empecilho para a aquisição de habilidades mais específicas no decurso da trajetória educacional. Na visão da OCDE, isso pode diminuir o crescimento econômico, na medida em que as economias de conhecimentos dependeriam cada vez mais de uma ampla base de indivíduos capacitados tecnicamente, e um considerável nível de profissionais de alto desempenho capazes de produzir novos conhecimentos.

Uma ênfase maior é dada a aquisição de habilidades socioemocionais. A OCDE não detalha quais seriam essas habilidades, mencionando apenas algumas. Dentre os termos utilizados se destacam: extroversão, perseverança e agradabilidade (generosidade, polidez, misericórdia), percepção de hostilidade nos outros, capacidade de alcançar metas, “gerir” emoções, trabalhar com outras pessoas e tomar decisões (OCDE, 2016). Muitos desses conceitos são incorporados das ciências humanas e humanas aplicadas, em especial administração, gestão de recursos humanos e psicologia.

Como vimos, as mudanças na organização da produção inspiradas no modelo japonês são importantes para a compreensão da introdução dessas propostas nos sistemas de ensino regular. Há, por um lado, profundas transformações no setor produtivo que, ainda que não substituam totalmente a produção de tipo taylorista fordista, inserem exigências novas aos trabalhadores. Tarefas que antes eram relegadas a gestores técnicos especializados são agora demandadas dos próprios trabalhadores, como o controle de qualidade, a gestão de equipes, conhecimento de outros processos ocorridos no interior da fábrica (multifuncionalidade), concepção de melhorias do processo produtivo.

Em suma, espera-se do trabalhador não apenas a subordinação do seu fazer e saber, mas também, e prioritariamente, a subordinação intelectual e afetiva. O trabalhador deve vestir a camisa da empresa, se mostrar engajado, motivado, disposto a trabalhar até os seus limites físicos e mentais. Não à toa, o Japão exporta não somente o modelo de produção, mas também conceitos ligados ao sofrimento psíquico no trabalho, como a noção de *karochi*, ou morte por excesso de trabalho, que desde a década de 1980 tem se tornado um fenômeno recorrente naquele país.

5.1.5 Educação e Mercado de Trabalho

Para a OCDE a educação levaria a melhores graus de empregabilidade e de rendimentos no mercado de trabalho. As diferenças de renda seriam simultaneamente um reflexo e uma consequência da alta desigualdade de renda na ALC. Desta forma, para além de

ser responsabilizada pela empregabilidade e pelo desenvolvimento econômico, a educação teria, na visão da OCDE, responsabilidade sobre a desigualdade de renda, entendida de forma limitada como variações do rendimento dos salários no interior da classe trabalhadora.

A OCDE argumenta que nível educacional e renda são variáveis correlacionadas, mas não dá maiores explicações do porque isso ocorre. A partir de uma generalização indevida do particular, deduz que a elevação geral da escolarização e das qualificações corresponderia a uma elevação dos rendimentos. O fato de que o valor da força de trabalho mais qualificada é maior, tem a ver com o tempo maior de formação desse trabalhador, assim como a sua menor oferta. No entanto, a recíproca não é verdadeira: em dada conformação social a oferta de postos de trabalho qualificados é sempre dada, de forma que a ampliação da oferta, isto é, a elevação da escolarização da força de trabalho não eleva seus rendimentos se não houver um correspondente aumento da demanda.

Pelo contrário: a sobreoferta de força de trabalho qualificada leva a um rebaixamento do poder de barganha desse segmento, e conseqüente diminuição dos seus rendimentos enquanto categoria. A OCDE identifica esse efeito, apontando que a diferença entre os rendimentos dos segmentos mais qualificados em relação aos menos qualificados vem diminuído na última década, em virtude do rebaixamento dos rendimentos dos trabalhadores mais qualificados. No entanto, esse reconhecimento não leva a nenhum questionamento sobre a contradição entre a afirmação de que a escolarização iria elevar a renda do trabalhador e os resultados efetivos de rebaixamento dos salários nos segmentos mais escolarizados. Isso nos leva a aventar a hipótese que o objetivo seja de fato o rebaixamento do valor da força de trabalho.

Nesse sentido, a educação é reduzida a um insumo para a satisfação das demandas do capital. A esse respeito a OCDE vaticina que os sistemas educacionais da região têm problemas em corresponder às demandas do mercado de trabalho, e que há uma grande lacuna entre o banco de habilidades disponíveis e as habilidades que a *sociedade* e a *economia* demandam. Para a OCDE, as empresas investem pouco em educação por temer que outros concorrentes roubem seus empregados. Por outro lado, é comum que os trabalhadores em busca de emprego e as próprias empresas tenham informações apenas parciais sobre a demanda e a oferta de diferentes habilidades, desta forma elas buscariam e ofertariam habilidades equivocadas, com pouca procura pelo mercado.

A visão que subjaz esse raciocínio é a de que a educação é uma mercadoria como outra qualquer, cuja oferta deva ser regulada por mecanismos concorrenciais. No entanto, a assimetria de informações levaria os jovens a investir muito pouco na sua educação por não ter consciência dos seus efeitos sobre a sua renda ou investir demais em habilidades erradas, que não correspondem a demandas do mercado. Essa é uma das explicações da OCDE para a problemática do desemprego juvenil. Novamente os trabalhadores e os sistemas escolares são responsabilizados por mazelas sociais fora de sua alçada, e a solução é uma maior subordinação da educação as demandas do mercado de trabalho, através de parcerias e da incorporação de empresários no desenho de políticas públicas educação de modo geral, e em particular o TVET. Além disso, a OCDE argumenta que a falta de informações e a incapacidade de se comparar os resultados levaria os indivíduos a buscar serviços educacionais de baixa qualidade. Embora a OCDE defenda que ao longo prazo o mercado deveria separar o joio do trigo, a coordenação entre governos e atores privados poderia ajudar a resolver o problema da baixa qualidade dos serviços educacionais.

Essa dualidade revela uma contradição entre duas formas diferentes de a burguesia encarar a educação escolar: como educação-mercadoria e como mercadoria-educação. Cada uma dessas maneiras de conceber a questão correspondem a uma forma do capital no circuito de valorização. Os capitais que buscam se valorizar a partir da venda de serviços educacionais tendem a tratar a educação como uma mercadoria-fim. Aqueles que consomem o produto educacional, isto é, o trabalhador formado, tendem a considerar a educação como uma mercadoria-insumo, necessária para a produção de outras mercadorias no processo produtivo (RODRIGUES, 2007).

O capital de comércio de serviços educacionais, portanto, tende a considerar que a ampliação de vagas (e conseqüentemente dos trabalhadores formados) está limitada apenas pela oferta e demanda. Buscam, portanto, maximizar o número de consumidores das suas mercadorias, já que disso depende o seu lucro. Para os consumidores de mercadoria-educação, em especial o capital industrial isso a princípio é salutar. A expansão do número de profissionais formados em determinada área favorece o processo de acumulação, na medida em que contribui para formação de um exército de reserva que pressiona os salários de determinada categoria para baixo. Desta forma, reduz-se os custos trabalhistas, diminuindo a porção gasta com salários e aumentando a fatia do lucro. No entanto, se os profissionais formados tiverem características de formação abaixo da qualidade média, a médio e longo prazos a produtividade pode ser prejudicada e ocorrer sérias dificuldades no processo produtivo. Por conseguinte, a expansão

do ensino, seja qual for a modalidade, só interessa para o capital industrial se for acompanhada de mecanismos que comprovem a qualidade da ‘mercadoria’ colocada no mercado.

Rodrigues (2007), analisando as propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o ensino superior brasileiro nos anos Lula, identifica que de forma geral há uma tendência do capital comercial envolvido no comércio de ensino em defender a liberdade de ensino, entendida como liberdade para vender qualquer forma de ensino que encontre algum consumidor e criticar mecanismos de regulação e controle estatal. De forma contrária, o capital industrial, organizado através da CNI, tende a duvidar da qualidade da educação ofertada pela livre-iniciativa e elaborar propostas claras de avaliação de desempenho das IFES³⁹, com critérios de credenciamento e avaliação, assim como padrões educacionais mínimos compatíveis com o atual estágio de desenvolvimento.

Embora a análise do autor tenha se focado no ensino superior brasileiro, acreditamos que, *mutatis mutandis*, a contradição encontrada também se expressa nos documentos da OCDE sobre educação em geral e TVET em particular. É possível conjecturar que, por representar o interesse de ambas as frações do capital, a OCDE seja reticente em tomar um lado nessa disputa por maior ou menor regulamentação. Desta forma, ao mesmo tempo em que reconhece que algumas das formações oferecidas pelo setor privado são de baixa qualidade, atribui a responsabilidade aos estudantes e não aos empresários da educação. E, ao invés de propor controles mais rígidos na oferta desses serviços, com critérios mínimos de oferta e avaliações de qualidade, como o faz em outras áreas (como avaliação de professores da rede pública), propõe uma pusilânime maior coordenação entre governos e atores privados para resolver o problema da má qualidade de oferta da educação privada (OCDE, 2016).

Quanto as recomendações para os Estados, estão a criação de parâmetros adequados de qualidade educacional para educação pública e privada; avaliação de larga escala; investimento em aprendizado no trabalho; expansão do ensino superior, em especial através de financiamentos que permitam educação “acessível”; criar programas educacionais mais atentos às necessidades das empresas (sob demanda); implementar programas que coordenam ensino em sala de aula e aprendizado prático em todos os níveis; sistematizar o uso de avaliações de impacto em programas TVET.

³⁹ Instituições Federais de Ensino Superior.

5.2 Empreendedorismo de Jovens na ALC

Na sessão cinco do documento a OCDE defende que o empreendedorismo e a criação de empresas são, simultaneamente, os condutores da estrutura produtiva de um país e uma forma de melhorar a empregabilidade e a mobilidade social. O desemprego na América Latina, em especial entre jovens, é apontado como uma questão preocupante e o empreendedorismo como uma solução. Isso se daria de duas formas: por um lado fala-se de atividades empreendedoras e empresariais de forma geral e a capacidade desses negócios de gerar postos de trabalho que poderiam diminuir o desemprego entre os jovens. Por outro lado, quando se discute o empreendedorismo dos jovens, parte-se da premissa que provavelmente seus empreendimentos irão falhar, em virtude de falta de experiência e financiamento. Desta forma, outros benefícios secundários são arrolados para defender seu incentivo.

Atribui-se ao empreendedorismo dos jovens as benesses de integrá-los aos mercados de trabalho, embora não se discuta a precariedade dessa inserção autônoma através do empreendedorismo. Além disso, mesmo em caso de falência dos negócios, o empreendedorismo juvenil é visto como uma forma de adquirir habilidades (por tentativa e erro). Também se salienta que esse tipo de empreendedorismo combate as consequências nocivas do desemprego, na medida em seria melhor ter um projeto do que ficar sem fazer nada, mesmo com poucas chances de concretização. Por fim, argumenta-se que jovens empreendedores de comunidades carentes podem ser vistos por seus pares como modelos de conduta, fornecendo uma direção para grupos excluídos. O que fica implícito nessa assertiva é de que o Estado se isenta de intervir na questão social, cabendo aos pobres buscar soluções no mercado para seus problemas. A ação de empreendedores jovens em comunidades carentes serviria como modelo que cimenta a responsabilização individual e desresponsabilização estatal. O empreendedorismo é apresentado, portanto, como um dos elementos de gestão social.

A metodologia da análise da OCDE repete aquela utilizada em outras partes do documento: comparação das características elencadas como importantes na América Latina e na OCDE. Feito isso, parte-se para uma descrição das barreiras enfrentadas pelos empreendedores da ALC e as políticas públicas implementadas para atacá-las; uma avaliação dos programas de fomento ao empreendedorismo de jovens e recomendações de políticas públicas.

O investimento em empreendedorismo é visto como uma forma de acumular capital humano e de aumentar a inovação e a geração de empregos. A definição utilizada de

empreendedorismo, no entanto, é extremamente elástica, englobando todos os trabalhadores autônomos sejam eles empregadores ou não de terceiros. A OCDE considera, por exemplo, trabalhadores autônomos como donos de negócios. Faz-se, no entanto, uma distinção baseada nas motivações da atividade empreendedora, há os **empreendedores por subsistência**, ou seja, trabalhadores disponibilizados pelo capital que, na ausência de empregos empreendem como forma de sobreviver, embora preferissem um vínculo empregatício. E os **empreendedores por oportunidade, de alto crescimento ou transformadores**, que são aqueles que investem a partir da identificação de uma oportunidade de negócios, com melhores condições de planejamento e intervenção (OCDE, 2016).

Dentre os aspectos considerados para comparação entre ALC e OCDE, se destacam a distribuição dos trabalhadores em relação ao tipo de vínculo (empregados, empregadores, autônomos e trabalhadores domésticos não pagos), acesso à educação, origem socioeconômica (analisada segundo parâmetros da pobretologia do Banco Mundial) e sexo. Em linhas gerais, a porcentagem de “empreendedores” é muito maior na América Latina, em sua maioria de trabalhadores autônomos, donos de negócios pequenos, que empregam pouco, e são pouco produtivos e “empreendem” por necessidade. O acesso à educação no nível primário e secundário é equivalente, mas o acesso ao ensino superior é muito menor na ALC. A maioria das mulheres que “empreendem”, também o faz por necessidade, em sua maioria trabalhando em setores relacionados ao consumo, cultura e sociedade, em oposição aos setores produtivos e extrativistas.

A OCDE aponta que as atitudes sociais em relação ao empreendedorismo são semelhantes nas duas regiões, e passa a analisar então características de personalidade identificadas com o sucesso empresarial: pensamento criativo, habilidades de gestão, objetivos orientados para metas e certo grau de tomada de risco. A partir disso, procura-se descobrir quais características do meio ambiente influenciariam a intensificação desses traços de personalidade, que ajudariam a entender as diferenças de sucesso entre os empreendedores da ALC e da OCDE. A perspectiva subjacente é a de que o sucesso ou insucesso dos empreendimentos se deve a características individuais dos sujeitos empreendedores, ainda que estas sejam mediadas pelo meio, obscurecendo as relações econômicas que determinam tanto a busca pelo empreendedorismo como meio de fugir do desemprego, quanto o fracasso de grande parte dos empreendedores em virtude da concorrência.

A OCDE defende a necessidade de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo. E dão recomendações sobre como este apoio deve ser realizado. Aponta-se que fatores como crescimento da empresa, tamanho, idade, transformação produtiva, apoio a grupos desfavorecidos e inclusividade são elementos importantes para o direcionamento recursos. Misturam-se políticas de promoção de atividades empresariais com a linguagem da equidade e inclusão social de forma que o empreendedorismo é pintado como uma política social. Neste ponto a abrangência do conceito é particularmente operacional, na medida em que se pode discorrer sobre de políticas destinadas ao financiamento de empresas privadas e a qualificação da força de trabalho indistintamente. São elencadas cinco áreas de intervenção pública: financiamento, promoção de habilidades empreendedoras, acesso a mercados e internacionalização, cultura empresarial e redes empresariais e barreiras regulatórias.

Outro foco da OCDE são os aspectos operacionais das políticas públicas de fomento a criação de pequenas e médias empresas. Por entender que essas são as que mais geram empregos, ainda que não se discuta a alta taxa de mortalidade. Em relação ao financiamento a OCDE salienta o papel de bancos de desenvolvimento na criação de programas voltados para a juventude com o fim de reduzir a lacuna que jovens encontram no acesso a crédito em função da ausência de garantias necessárias para o acesso ao crédito no setor privado.

O Estado é instado a utilizar o fundo público para incentivar a apropriação privada de mais-valor em áreas em que o setor privado se recusa a ampliar seu leque de produtos em função do alto risco envolvido. Além disso, eles recomendam outros instrumentos, como bolsas para financiamento de startups, empréstimos diferenciados, acompanhados de programas de *mentoring*⁴⁰ e *coaching*⁴¹. A função do Estado seria promover e incentivar esses mecanismos de fomento ao empreendedorismo, que favorecem a socialização de empresários, bancos e investidores e jovens empreendedores.

Em relação ao fomento de atividades empreendedoras, a análise da OCDE aponta uma carência de habilidades gerenciais e de liderança em negócios como uma das causas da limitação no desenvolvimento de empresas, na adoção de novas tecnologias e inovação, assim

⁴⁰ Mentoria, em inglês, *Mentoring*, são processos de orientação profissional restritos a profissionais já inseridos em relações de trabalho. A função de mentor geralmente é desempenhada por um consultor externo ou por um profissional experiente no quadro da empresa. O processo envolve uma relação entre um adulto jovem e um alguém mais velho e experiente, que atua como treinador do mentorando, oferecendo proteção, conselhos e preparando o jovem para avançar na carreira (SILVA, 2010).

⁴¹ O *coaching* é semelhante ao *mentoring* nas suas definições. Sua origem, no entanto, é diversa; enquanto o *mentoring* se origina do mundo empresarial, o *coaching* tem origem no treinamento técnico desportivo. O papel do coach seria estimular a pessoa que o contrata para atingir os seus objetivos, mediante o uso de diversas técnicas. A relação se foca, portanto, no desenvolvimento de habilidades para o alcance de metas (SILVA, 2010).

como na expansão para novos setores e mercados. A integração das pequenas e médias empresas em redes de produção globais é apontada como um problema, cuja solução envolveria o uso de subsídios para melhorar a competitividade, como a construção de projetos associativos, consórcios de exportação, assistência técnica para a criação de parcerias, apoio fiscal para a criação de clusters⁴² e associação com fundos de investimento anjo⁴³.

Estas estratégias fazem parte do que tem sido chamado de desenvolvimento local e governança urbana. Simone Wolff (2014) identifica que essas noções ganharam relevância a partir da década de 2000, quando os efeitos perniciosos das políticas neoliberais de abertura econômica sobre os mercados de trabalho ficaram conhecidas. A partir de então, tem surgido reformulações que buscam reorientar a administração pública nas suas estratégias de geração de emprego e renda. Essas abordagens tem no empreendedorismo o seu foco e ocorre uma mudança no eixo das ações políticas, do desenvolvimento nacional para projetos de desenvolvimento local.

O novo processo de acumulação do capital, que tem na inovação de processos e produtos a principal estratégia competitiva gerou mudanças na organização das empresas. Para enfrentar esse mercado, empresas transnacionais passaram a rever suas formas de organização, implementando padrões mais flexíveis e enxutos. Essas mudanças tiveram impacto sobre a organização internacional do trabalho. Unidades produtivas menores saem dos muros das fábricas e passam a se conformar como semiautônomas. As antigas empresas multinacionais, tornam-se assim grupos transnacionais que tem no mundo inteiro o espaço para seu processo produtivo. Vimos na discussão sobre as estratégias neoliberais como essas transformações

⁴² Clusters são uma concentração geográfica de empresas ou instituições de determinado campo de atuação, que se conectam entre si. O crescimento de indústrias em determinado local implica no surgimento de outras indústrias secundárias à atividade da empresa principal que se concentram em determinada localidade geográfica, isso ocorre desde o início do capitalismo. No começo do século XX elas eram intituladas distritos industriais. Na década de 1990 passou-se a atribuir a essa aglomeração o nome cluster. Elas são caracterizados por um lado, pela forte concorrência entre si, tanto em vínculos verticais (fabricantes, canais de distribuição, e clientes), quanto laterais (diferentes fabricantes de produtos complementares, universidades, instituições de pesquisa, entre outros). No final do século XX e início do século XXI os clusters passaram a receber maior atenção na agenda estratégica de governos e organizações, uma vez que esses arranjos produtivos tem uma posição singular no incremento de produtividade, inovação e criação de novos negócios. Na literatura brasileira, emprega-se majoritariamente o termo Arranjo Produtivo Local (APL), para se referir aos clusters (BETTONI, 2016).

⁴³ Investidores anjo (*Business Angels*, em inglês) são pessoas que investem na compra de ações diretas de empresas em estágios iniciais de desenvolvimento. É considerado uma modalidade de investimento de risco. Esse tipo de investimento se diferencia do demais pelo maior envolvimento pessoal do investidor na participação do negócio, criando uma relação de conselheiro-aprendiz com os empreendedores, fornecendo dicas na gestão e nos negócios. (AHMAD & HOFFMAN, 2007)

engendraram contrarreformas para tornar legais na superestrutura jurídica essas formas de organização. Esses processos reorganizaram a relação entre centro e periferia, que passa ser caracterizada pela presença de tecnologia avançada + bens de alto valor (centro) x manufatura e serviços coligados (periferia) (WOLF, 2014).

Essas empresas transnacionais configuram-se como redes globais de movimentação de mercadorias, extraindo mais-valia de forma mundial. Sua disposição em rede, portanto, é crucial, na medida em que garante flexibilidade de atuação ao mesmo tempo em que centraliza o controle dos processos sem necessitar se instalar fisicamente nos locais onde opera. Essa atuação, no entanto, tem como pré-requisito a criação de localidades que tenham condições adequadas para receber os aportes de excedentes de capitais centrais, para investir de forma lucrativa. Esse movimento ajuda a explicar a ênfase dada nessas políticas para a formação de clusters e preparação da força de trabalho nos valores do empreendedorismo.

Busca-se, desta forma, a criação de redes empresariais, possibilitando melhores ligações entre pequenas empresas e redes de produção globais. A juventude é instigada a buscar formas de transformar seus conhecimentos em mercadorias e serviços, de forma a atuar como capitalistas funcionantes. Isso é especialmente verdade para os níveis mais elevados de qualificação, onde a pesquisa e desenvolvimento é mais presente. No entanto, formas mais simples de trabalho, como extrativismo mineral, produção artesanal, entre outras, também podem compor essas redes globais.

No caso de estudantes universitários, são criados mecanismos para que os apresentem os seus projetos e ideias de negócios para empreendedores mais experientes e com capital disponível para investimento. Feiras, simpósios, competições, prêmios, diversas são as estratégias para que isso ocorra. A partir desses expedientes são selecionados os projetos com maior probabilidade de gerar retorno financeiro. Coloca-se, desta forma, um sem número de jovens trabalhadores, em geral muito qualificados, em formas de trabalho sem remuneração para o capital financeiro, na esperança de serem agraciados com um financiamento.

A título de exemplo, a Souza Cruz criou o Transforma Souza Cruz, um programa de aceleração de startups de 4 meses, no qual os participantes terão acesso a mentorias oferecidas pela rede de executivos da Souza Cruz. As startups vencedoras são premiadas com a oportunidade de trabalhar em um escritório completo em São Paulo, além de contato com investidores, executivos e outras startups. O programa é feito em associação com a Liga Ventures, uma aceleradora focada em conectar startups e grandes empresas do Brasil. Busca-se soluções que possam “aumentar a capilaridade da distribuição, inteligência logística,

automação de tarefas jurídicas, automação da produção de tabaco do plantio a distribuição, entre outros”⁴⁴. Não foi encontrado edital do processo seletivo, e sendo necessária a inscrição para acessar a área restrita do site. No entanto, a página de perguntas frequentes (FAQ⁴⁵) é iluminadora.

Quando perguntados se assinariam acordo de confidencialidade, a Souza Cruz argumenta afirma que

“Nós não assinamos acordo de confidencialidade no momento do processo de seleção. Avaliamos todos os anos milhares de projetos para esse e outros programas de aceleração e tratamos com sigilo todas as informações compartilhadas. Apenas a equipe da Liga e a Souza Cruz terão acesso às informações colocadas nas inscrições. Caso haja alguma informação que não se sinta confortável para compartilhar sem um acordo de confidencialidade, nossa sugestão é que não inclua no formulário de inscrições.”⁴⁶

Ou seja, a garantia é a mera palavra de que não irão se apropriar das ideias submetidas gratuitamente pelos participantes. De qualquer maneira, mesmo considerando a boa-fé, a estratégia é deveras lucrativa para a empresa. Diminui-se custos, terceirizando o desenvolvimento de diversas tecnologias, produtos e serviços. Deixa-se assim de arcar com financiamento de pesquisas, contratação de pessoal, e o risco de os protótipos não funcionarem. Abre-se um concurso nacional selecionando empresas jovens que desenvolvam tecnologias capazes de proporcionar melhorias nos processos produtivos. Dá-se treinamento e oferece-se como prêmio a possibilidade de fazer negócios com a empresa maior, assim como o relacionamento com os executivos da empresa, na posição de mentores dos jovens empreendedores.

O programa da Souza Cruz, por outro lado, não envolve *equity*. Isto é, participação acionária no capital da empresa acelerada em troca de financiamento ou mentoria. Mas isso nem sempre ocorre. É comum, no Brasil, que aceleradoras e empresas de venture capital cobrem de 5% a 20% de participação na empresa em troca de investimentos de 20 a 50 mil reais (EXAME, 2013). Ou seja, em troca de um financiamento pequeno, essas empresas de financiamento abocanham até 20% da participação nos lucros futuros do negócio. Além disso, como mostra Marcel Maia (2019), há uma importante função de transmissão cultural nessas

⁴⁴ Disponível em: <https://transformasouzacruz.liga.ventures/Acessado> em 19/07/2019

⁴⁵ *Frequently Asked Questions*, Perguntas frequentes em tradução livre.

⁴⁶ Disponível em: <https://transformasouzacruz.liga.ventures/faq-perguntas-frequentes/> Acessado em: 19/07/2019

relações entre empreendedores e financiadores. As aceleradoras selecionam os projetos mais promissores e os aprimoram utilizando técnicas de administração que melhoram as chances de os projetos prosperarem. Atuam na tarefa de ensinar os empreendedores como construir a impressão desejada para clientes em potencial, seja outras empresas de aceleração, empresas, etc.

Wolf (2014) salienta que com as políticas de liberalização dos Estados nacionais, perdeu-se o controle sobre o fluxo de capitais estrangeiros. Desta forma, a captação de capitais passa a ser negociada diretamente entre poder local, tanto público quanto privado, e capitais internacionais. Esse movimento explica também mudanças na forma de agir de municípios, dando uma guinada empreendedora, através de parcerias público-privadas. Para que esses processos não encontrem impedimentos, é necessário a diminuição das regulações dos Estados sobre criação de novas empresas. Seguindo aquilo que a OCDE preconizava nos seus determinantes do empreendedorismo dez anos antes, a diminuição das barreiras regulatórias agora reaparece em recomendações políticas de OM sobre empreendedorismo e juventude.

Na medida em que o empreendedorismo é incorporado como finalidade educacional, a modificação de regulações Estatais mais amplas, no limite, pode ser justificada como condição para eficácia dos projetos educacionais. Não à toa, num documento sobre competências e habilidades da juventude, ainda que sob viés econômico, aparecem recomendações sobre redução de barreiras regulatórias para “empoderar a juventude como atores econômicos” (OCDE, 2016, p. 20).

A OCDE divide essas barreiras em três componentes: a) o grau de complexidade das regulações necessárias para licenciamento e permissões de atividade, b) a sobrecarga administrativa em startups e c) barreiras regulatórias para inserção em determinados mercados (OCDE, 2016, p. 32). Consonante com o que vimos na análise sobre os determinantes do empreendedorismo, é feita uma defesa pela desregulamentação, tendo em vista que isso aumenta os custos para criação e extinção de empresas. A OCDE chega a argumentar que a existência de direitos sociais e trabalhistas são empecilhos para o empreendedorismo, na medida em que os benefícios de ser empregado desencorajariam o trabalho autônomo, entendido aqui como forma de empreendedorismo. Dentre os *cases* de sucesso se destacam a abolição da obrigatoriedade de pagamento de contribuição para a previdência social para trabalhadores autônomos, e distribuição de seguro desemprego e fundos da previdência para trabalhadores desempregados com um plano de negócios. Novamente o fundo público, neste

caso específico dos trabalhadores, é sugerido como possível fonte de receitas para o financiamento de atividades empresariais privadas.

A OCDE afirma que é um desafio para as políticas tirar vantagens de tendências de mercado, e recomenda o fomento de parcerias público-privadas como forma de melhorar o impacto das políticas de criação e desenvolvimento de startups. Esse tipo de empresa é a joia da coroa do empreendedorismo, por envolver maior planejamento, base tecnológica, possibilidade de ganhos de escala e alto rendimento.

Além dos arranjos produtivos locais, é dada ênfase a criação de ecossistemas empreendedores, articulando governos, universidades, centros de pesquisa e as próprias cidades a fim estimular a inovação e o empreendedorismo. A OCDE elogia a consolidação do apoio a essas empresas em todo o continente, e a modernização dos instrumentos utilizados, que tem se adaptado as “complexas necessidades dos ecossistemas empresariais” (OCDE, 2016, p. 217). A linguagem utilizada é extremamente fetichizada, isto é o produto das relações humanas aparece como dotado de vida própria. Fala-se de necessidades de empresas, que precisam ser “incubadas” para poderem se desenvolver. Isto é receber apoio logístico, financeiro, jurídico, entre outros, de uma outra empresa ou ente público, a fim de desenvolver seus projetos nas etapas iniciais da sua criação.

O resultado dessa novilingua é a ocultação de grande transferências de recursos públicos, seja na forma de isenções fiscais, financiamentos, recursos humanos de universidades para a apropriação privada, favorecendo tanto frações industriais quanto financeiras, que lucram com as tecnologias desenvolvidas em universidades na transformação de suas plantas produtivas, ou no alavancamento de outras vantagens competitivas, assim como o capital financeiro, que passa a ter a sua disposição um exército de jovens universitários ávidos por dinheiro e dispostos a trabalhar de graça sob a batuta de *grants*, bolsas e outras formas de financiamento.

Dentre os desafios assinalados pela OCDE para o desenvolvimento do empreendedorismo na região, estão a) a manutenção da imagem da região como um cluster de inovação global b) superar lacunas no desenvolvimento de mercados de capital anjo e venture c) aumentar a capacidade de criar estruturas de apoio que considerem a dimensão global das *startups* d) pensar em novas formas de cooperação regional para aumentar a atividade das empresas e os talentos empreendedores. Por fim são recomendadas diversas políticas. No que

diz respeito a juventude, destaca-se a criação de instrumentos financeiros adaptados as necessidades de jovens; desenvolvimento de habilidades financeiras para a juventude; fomentar os vínculos dos jovens com empresas através de programas de mentoria; implementar políticas de empreendedorismo inclusivo.

Em síntese o empreendedorismo é apontado como: 1) uma forma de gerar empregos e condições de vida para os jovens; 2) um meio de os jovens se integrarem ao mercado de trabalho, 3) uma forma de adquirir habilidades e 4) uma maneira de melhorar o bem-estar e combater os efeitos nocivos do desemprego, 5) um modelo de conduta para jovens de comunidades carentes, fornecendo uma direção para comunidades ou grupos excluídos. 6) um meio para o desenvolvimento econômico e geração de empregos (em especial o empreendedorismo de alto impacto)

O que não é dito é que as formas de financiamento do empreendedorismo de alto impacto implicam na subordinação de jovens empreendedores a formas de trabalho sem direito, buscando transformar conhecimentos em tecnologias para incrementar a valorização de valor de recursos sociais cada vez mais concentrados. A ideologia do empreendedorismo idealiza o momento da fragmentação de capitais, pintando um cenário no qual uma miríade de pequenas empresas compete em um mercado livre pela produção de mercadorias e serviços.

Essa imagem idílica não sobrevive a um exame mais acurado da realidade. Os mercados não são livres, o capitalismo é um sistema que tende ao monopólio. A contraface do aumento do número de pequenas e médias empresas é a sua subordinação em cadeias de subcontratação, a tendência à concentração de capitais pela expropriação de capitalistas menores e o papel parasitário que as instituições de crédito exercem sobre os capitais funcionantes. Longe de substituir a tendência a concentração de capitais, as PME e o empreendedorismo frequentemente estão associados e subordinados à capitais maiores, tornando-se deles dependentes. Isso ocorre, por exemplo, no caso de empresas cuja quase totalidade da produção é monopolizada por empresas maiores que terceirizam sua atividade.

5.2.1 A visão da OCDE sobre Juventude e Empreendedorismo

Vimos que a OCDE defende uma proposta instrumental da educação, tomada como indutora do crescimento econômico, capaz de contribuir para economias baseadas no conhecimento e em competências. Os jovens são responsabilizados pela situação de desemprego, por supostamente não estarem adequadamente formados, seja pela evasão escolar, por níveis insuficientes de jovens nos níveis secundários e terciários de educação ou pouca

relevância para o mercado de trabalho das habilidades e competências adquiridas durante o percurso formativo. Essa discussão aparece de forma isolada, mas também vinculada às competências socioemocionais que, embora não sejam o foco deste documento, tem figurado de forma proeminente em outras produções da mesma organização.

Defende-se a necessidade do crescimento da oferta de cursos de nível superior, em especial nas áreas de ciências. Esse movimento seria necessário para a transição para uma “economia baseada em conhecimento” e a diminuição das desigualdades de renda. Quanto ao aprendizado técnico e vocacional, a OCDE defende também um estreitamento dos programas com as demandas do mercado de trabalho, através da inclusão de estágios e do aprendizado baseado no trabalho. Além de uma maior integração entre os sistemas de ensino técnico e vocacionado e outros sistemas de ensino. O aumento do envolvimento de empresários no desenvolvimento de políticas de qualificação técnica é encorajado em todos os níveis.

Para além da discussão sobre a qualificação técnica, há uma preocupação com aspectos atitudinais e políticos dos jovens, demonstrada na cuidadosa análise da participação em votações, manifestações políticas, ações de voluntariado e engajamento cívico. É dado destaque para as consequências políticas da recessão econômica e dos retrocessos sociais que assolam a região, como a pobreza, o desemprego juvenil, etc. Os sistemas escolares são culpabilizados por tal estado, e a solução passa a ser a maior articulação entre educação e o empresariado. Sustentado em forte determinismo tecnológico, a OCDE defende que as políticas de formação devem se antecipar e se adaptar às novas demandas do mercado de trabalho, que será afetado sobremaneira por mudanças demográficas e tecnológicas no futuro.

Por fim, as recomendações do capítulo cinco apontam para estratégias que beneficiam o setor privado, tanto como consumidores do produto educacional, os jovens trabalhadores, quanto como prestadores de serviços educacionais. Pela via da demanda se destacam a subordinação da educação em todos os níveis às necessidades do mercado de trabalho, com maior envolvimento de empresários nas políticas públicas educacionais, criação de bancos de dados de habilidades, investimento em infraestrutura, treinamento e capacitação da educação técnica e vocacional, a implementação de parâmetros de qualidade educacional, investimento em aprendizado prático ou no trabalho. Pela via da oferta pode-se incluir a implementação de mecanismos para identificação de estudantes que vão mal na escola, investimento maior em crianças em desvantagem socioeconômica que podem significar o investimento de recursos

públicos em empresas e ONGs que oferecem serviços especializados. A expansão do acesso ao ensino superior mediante mecanismos de financiamento, isto é, subsídio público para o mercado educacional privado.

O empreendedorismo, é visto pela OCDE como um modo de integração dos jovens ao mercado de trabalho, uma forma de aprendizado prático, um meio de combater as mazelas do desemprego e um modelo de conduta para os jovens. Também subjaz a essas concepções um uso instrumental e ideológico do empreendedorismo como mecanismo de apassivamento do descontentamento social.

A OCDE faz uma distinção entre empreendedorismo por subsistência e empreendedorismo de alto impacto, unificando conceitualmente formas variadas de trabalho informal e sem direitos com atividades planejadas de criação de negócios. Na ALC predominam os primeiros, em geral trabalhadores autônomos, donos de pequenos negócios, que empregam poucas pessoas, são pouco produtivos, não inovam tecnologicamente e ‘empreendem’ por necessidade.

Num primeiro momento os aspectos econômicos e sociais do empreendedorismo são pouco salientados, e o documento se foca nas habilidades e características de personalidade que estariam identificadas com o sucesso empresarial. Implícito a esse recorte é a ideia de que são características individuais de personalidade responsáveis pelo sucesso ou fracasso dos empreendimentos. Num segundo momento, a OCDE defende a necessidade de políticas públicas em cinco áreas de intervenção: financiamento, promoção de habilidades empreendedoras, acesso a mercados e internacionalização, cultura empresarial e redes empresariais e barreiras regulatórias.

Quanto ao financiamento, espera-se que o Estado intervenha na criação de bolsas, empréstimos diferenciados, programas de *mentoring*, a fim de cobrir falhas no acesso ao crédito, em especial aos jovens, em virtude da falta de garantias que esse grupo pode oferecer às instituições bancárias. Quanto ao fomento de habilidades empreendedoras, se destacam a formação em habilidades gerenciais e de liderança, assim como o fomento a tecnologia e inovação. Defende-se políticas públicas para a construção de projetos associativos, consórcios de exportação, assistência técnica para a criação de parcerias, apoio fiscal para a criação de clusters e associação com fundos de investimento anjo com fim a aumentar a internacionalização de empresas.

Além disso, preconiza-se um vínculo maior entre jovens empreendedores e o setor empresarial e financeiro, como formas de viabilizar o desenvolvimento de *startups*, através da

concessão de *grants*, realização de feiras, criação de ecossistemas empreendedores, acesso a capital venture e anjo. Por fim, defende-se a flexibilização das regulações estatais para a criação de novas empresas, incluindo nesse rol direitos sociais e trabalhistas, que induziriam os trabalhadores a busca por empregos, ao invés de fomentar o trabalho autônomo empreendedor. Faz-se também uma defesa de políticas de empreendedorismo inclusivo, enaltecendo seu papel na diminuição do descontentamento de jovens após a crise de 2008 na Europa.

A OCDE faz um elogio a consolidação de instrumentos de apoios a redes empresariais na ALC, e seu empenho na satisfação das “complexas necessidades dos ecossistemas empresariais”. Oculta-se dessa forma a transferência de recursos públicos para alavancar o setor privado nas mais diversas formas: subordinação de produção de ciência e tecnologia às necessidades empresariais, utilização de recursos humanos e físicos de universidades e centros de pesquisa, subordinação do trabalho de jovens estudantes ou profissionais recém-formados ao capital, na forma de trabalho precário em troca de variadas formas de financiamento.

Por fim o documento sumariza em alguns pontos as recomendações da OCDE para a promoção do empreendedorismo. Dentre elas se destacam a inclusão da temática nos sistemas regulares de ensino, seja através do empreendedorismo propriamente dito ou da educação financeira. Introduzir instrumentos financeiros adaptados as necessidades dos jovens, como *factoring*⁴⁷, *crowdfunding*⁴⁸, financiamentos híbridos, capital anjo, capital de risco. Simplificar procedimentos para a criação de empresas, reduzir barreiras regulatórias. Na avaliação de eficácia dos programas devem ser levados em conta outras dimensões, como os efeitos sociais (bem-estar psicossocial, desigualdade territorial) introduzindo a ideia de empreendedorismo inclusivo e empreendedorismo social.

A difusão do empreendedorismo aparece no documento com diversas funções: redução da pobreza e estímulo a coesão social. Por de traz dessa aparência, o que ocorre é a destinação de fundos públicos e a reorganização do Estado para a estimular a apropriação privada. A

⁴⁷ Factoring (fomento mercantil ou comercial) é uma atividade comercial que se caracteriza pela aquisição de direitos creditícios de contas a receber a prazo em troca de um valor à vista, mediante taxas de juros e de serviços. Isto é, uma empresa vende direitos futuros de valores a receber em troca de liquidez imediata. Fonte: <http://www.sebrae.com.br>

⁴⁸ Crowdfunding, do inglês *crowd* (multidão) e *funding* (financiamento), é uma forma de financiamento coletivo, no qual uma proposta é apresentada em um sítio de internet, solicitando apoio coletivo para a realização do projeto. A famosa vaquinha. Existem empresas que se especializam nesse tipo de serviço de mediação, através de uma plataforma online. Em geral cobra-se uma taxa de administração que varia de empresa para empresa, mas que pode chegar até 10%. Fonte: <https://www.crowdfundingnobrasil.com.br/>

coesão social é atingida pela função ideológica do empreendedorismo na justificção para as mazelas sociais decorrentes do desemprego, da informalidade e precarização que atingem um grande contingente de jovens, ao mesmo tempo em que orienta suas ações e demandas para dentro da ordem vigente. Populações expropriadas precisam subsistir no mercado, como nos lembra Fontes (2010), e objetiva e subjetivamente demandam mercado e empregabilidade. Na ausência de empregos, o empreendedorismo aparece como uma forma de diminuir as demandas dos trabalhadores por empregos, ocultar as causas da sua miséria e direcionar a eles próprios a responsabilidade pela situação em que se encontram.

Com o encolhimento das políticas sociais, no entanto, essas habilidades são de fato necessárias para garantir alguma forma de geração de renda e produzir a própria existência. Conforme vimos na discussão sobre arranjos produtivos locais, essas políticas operam em consonância com um novo modelo de desenvolvimento que enfatiza o local em detrimento do nacional. Desta forma, a vinculação das atividades empreendedoras em redes globais de produção é funcional ao momento atual do capital-imperialismo.

As políticas de estímulo ao empreendedorismo servem também para justificar a destinação de recursos públicos para promoção de medidas que beneficiam o capital, como se fossem medidas que defendem o trabalho. Nega-se a divisão de classes e oculta-se a perda de direitos através de slogans liberdade, autonomia e ser patrão de si mesmo.

5.3 Competências e Empregos: Uma Agenda para a Juventude

Este relatório foi produzido pelo Grupo Banco Mundial em 2018 e tem como objeto de análise o Brasil. Seu objetivo é a “avaliação dos principais desafios que os jovens brasileiros enfrentam para alcançar índices mais altos de empregabilidade e produtividade no mercado de trabalho” (BM, 2018, p. 3). O estudo foi elaborado por uma equipe do Banco Mundial, liderada por dois economistas, Rita K. Almeida e Truman G. Packard e se baseou em quatorze estudos analíticos publicados entre 2017 e 2018.

O Banco Mundial argumenta, à guisa de introdução, que muitas das instituições brasileiras ainda são pouco efetivas para o combate à exclusão social, priorizando na alocação de gastos públicos nos que já estão no mercado de trabalho e nos idosos, em detrimento dos jovens, que continuam com baixo nível de “engajamento econômico” (BM, 2018, p. 5). O BM advoga que para elevar os níveis de renda do país seria necessária uma agenda ambiciosa de reformas políticas relacionadas às competências e empregos que privilegie os jovens.

Ao discutir a renda do país, no entanto, o relatório silencia sobre a gritante desigualdade de existente no Brasil. Segundo dados do IBGE, o PIB brasileiro, em 2016, alcançou a marca de 6.2 trilhões de reais. Em valores per capita isso equivale a R\$ 30.407⁴⁹, mas o rendimento médio domiciliar per capita, no mesmo ano, era de apenas R\$ 1.226. A desigualdade entre a distribuição de renda por percentis de rendimento é ainda mais brutal. Dados de 2016 apontam que a média dos rendimentos de 50% da população com os menores ganhos é de apenas R\$ 486, enquanto 1% da população com os maiores rendimentos recebe em média R\$ 18.657, ou seja: o 1% mais rico ganha em média 38,4 vezes mais do que a média da metade da população do país.⁵⁰

Ainda que defenda a manutenção de políticas de inclusão dos jovens ‘desconectados’ (sic!) do ponto de vista geográfico, econômico e social, preconizadas pelo banco nas últimas décadas, os relatores defendem ser urgente a adoção de reformas. Através delas, o Brasil poderia superar sua posição de país de renda média, “surfando” a onda de transição demográfica que o país vem passado. Do contrário, a tragédia: a “onda” pode se quebrar e afundar consigo a possibilidade de o país “atingir novos níveis de prosperidade compartilhada” (BM, 2018, p. 5). Resta saber com quem essa prosperidade seria compartilhada, já que os dados de desigualdade de renda indicam que ela não é partilhada com a maioria da população.

5.3.1 Envelhecimento da população, mudança tecnológica e o imperativo da produtividade

Assim como nos documentos da OCDE, a teoria do capital humano embasa a perspectiva do Banco Mundial. Vania Motta (2007) aponta em sua tese de doutoramento que a educação é vista a partir dessa teoria não como direito ou forma de socialização de conhecimentos, mas sim como um investimento que deve ter como retorno aumentos nos níveis de produtividade do trabalho e desenvolvimento econômico. A educação em seus diferentes níveis seria capaz de modernizar e aumentar a competitividade, qualificando a mão de obra e equalizando diferenças entre países e regiões, assim como as diferenças de renda no interior da sociedade, uma vez que há correlações entre a inserção laboral, qualificações e renda.

⁴⁹ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Com base nos dados preliminares de Contas Nacionais Trimestrais.

⁵⁰ Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Na opinião do Banco Mundial, nos últimos anos o Brasil teria se beneficiado de um “dividendo” demográfico: grande oferta de mão de obra, e população ativa maior do que a inativa. Simultaneamente houve um aumento na cobertura da educação básica, da educação infantil ao Ensino médio. No entanto, mesmo com “abundante capital humano”, para o banco, seria necessário um mercado competitivo e eficiente, para que esse recurso seja utilizado da melhor forma, assim como políticas públicas para garantir que as competências demandadas pelo mercado sejam satisfeitas. Dessa forma, o BM defende que o sistema educacional e de capacitação passe por reformas para aumentar a “eficiência do mercado de trabalho” em termos de alinhamento entre oferta e demanda de “competências” (BM, 2018, p. 6-7)

O BM defende que a produtividade da mão de obra brasileira permaneceu estagnada por muitos anos, em comparação com países como Argentina e Chile onde a produtividade é muito maior. Para o BM, o envelhecimento da população torna a elevação da produtividade do trabalho um imperativo e aumenta a sua urgência. O Banco argumenta que o envelhecimento da população irá aumentar a taxa de dependência demográfica e o índice de dependência de idosos. Para atingir um status de “país de alta renda” o Brasil passaria a depender cada vez mais do “engajamento de seus jovens” (BM, 2018, p. 8). A teoria do capital humano aparece aqui sob nova roupagem. Se na década de 1960 o propósito era o desenvolvimento dos países e defendia-se que isso dependeria do investimento por parte do estado em educação, agora o argumento se desloca dos sistemas educacionais para os jovens e o “seu” engajamento.

Não obstante, faz-se questão de salientar que o envelhecimento da população não é determinante para o crescimento da produtividade do trabalho, citando como exemplo países como Coreia do Sul, Japão e China. Chega-se a afirmar que “é imperativo manter os idosos economicamente ativos por mais tempo” (BM, 2018, p. 8). O documento, por ser focado na juventude e competências, não explicita o que quer dizer, mas ficam implícitas mudanças nas regras de aposentadoria como a ampliação da idade mínima e do tempo de contribuição. O que aumentaria os fundos públicos a serem disputados por diversos interesses.

A tecnologia é apontada como outra razão para a urgência de reformas: a adoção de tecnologias digitais estaria modificando rapidamente as competências demandadas pelos empregadores brasileiros. Ainda que o uso de tecnologia digital nas empresas seja baixo no Brasil e na América Latina, esse cenário estaria mudando e no futuro essas habilidades e competências seriam fundamentais para a competitividade no mercado de trabalho. Afirma-se que um número crescente de empresas procura “colaboradores com competências cognitivas e analíticas de mais alto nível” como “raciocínio matemático claro” e capacidade de realizar com

eficácia atividades não rotineiras, como “interagir com computadores”. As empresas brasileiras também estariam fazendo maior uso de “competências socioemocionais”. Essas seriam de ordem “interativa”, “baseadas na comunicação”, tais como “expressão oral” e “clareza ao falar” (BM, 2018, p. 9)

“As mais altas habilidades” requeridas pelo mercado de trabalho, no entanto, parecem se restringir a um campo muito restrito de saberes. A depender das demandas do mercado de trabalho, o leque de saberes disponibilizados aos estudantes se restringiria ao mero domínio da língua pátria, do raciocínio matemático e um uso instrumental da língua inglesa, além de uma forte ênfase em aspectos comportamentais, atitudes e valores consonantes com a subordinação ao regime de trabalho assalariado. A linguagem utilizada trata esse currículo mínimo como grandes demandas aos sistemas educacionais e argumenta que a inserção laboral dos jovens depende dessa educação, na medida em que elas dariam aos jovens maiores chances de “acompanhar mudanças e atende-las” (BM, 2018, p. 9). A empregabilidade, na visão do banco dependeria da aquisição de competências digitais e caberia aos sistemas educacionais se adaptarem.

Essas demandas parecem estar em consonância como a contrarreforma do ensino médio, que, dentre outras mudanças, propôs a retirada da obrigatoriedade do ensino de artes, educação física, sociologia e filosofia como componentes curriculares do ensino médio. A Base Nacional Comum Curricular, por sua vez, inclui a obrigatoriedade de estudos e práticas relacionados a estes conteúdos, o que não garante que eles sejam ofertados como campo de saberes, uma vez que a linguagem utilizada abre margem para que estes conteúdos sejam tratados como temas transversais. A língua estrangeira, por sua vez, também foi alterada com a medida provisória. Ainda que continue obrigatória no ensino médio, foi retirada a possibilidade de escolha dos estudantes, com a implementação da obrigatoriedade da língua inglesa (LIMA e MACIEL, 2018).

O BM dá ênfase também às aprendizagens ao longo da vida, reiterando a noção de que o progresso técnico torna obsoletos os conhecimentos aprendidos e que caberia aos sujeitos se atualizarem constantemente. Além disso, a educação, para além de ser um investimento dos países e governos, é tratada pelo BM como um investimento pessoal de cada um em si mesmo. Dessa forma, os trabalhadores, ou, melhor, os “empreendedores”, devem investir na sua própria qualificação, como forma de melhorar seus rendimentos. Os custos de qualificação de mão de

obra, historicamente um problema dos empregadores ou do Estado, são redirecionados para o próprio empregado, reconvertido em gestor da própria empregabilidade. No documento essa questão aparece como “aprendizado ao longo da vida”, seja no emprego ou por meio de capacitações.

Marilda Rodrigues (2008) analisou em profundidade as matrizes históricas da noção de “educação ao longo da vida”, proposta como eixo orientador de um novo modelo de educação para o século XXI pela UNESCO. Essa discussão passa a figurar nos projetos educativos da referida organização em meados da década de 1960, sofrendo pequenas inflexões ao longo das décadas seguintes até ser consubstanciada nos pilares da educação propostos pela UNESCO no relatório de Jacques Delors: Educação – Um tesouro a descobrir (Delors, 1998). Durante a década de 1990, a ideia de aprendizado ao longo da vida anda *pari passu* com os ataques aos sistemas educacionais, considerados insuficientes e inadequados diante das novas tecnologias e as mudanças nas relações de trabalho. Conjugada com a ideia de provisoriedade dos conhecimentos e anacronismos curriculares, a ideia de aprendizado ao longo da vida foi usada ao longo da referida década como justificativa para reformas do Estado e da Educação. Essa mesma lógica continua sendo aplicada ao longo do documento. O sistema escolar é descrito como de baixa qualidade, anacrônico, desvinculado das demandas do mercado. Desta forma, seriam necessárias reformas que os ideólogos do Banco Mundial, muito competentes, sabem de antemão apontar. Voltaremos as reformas propostas mais à frente.

Assim como a OCDE, o BM propaga um modelo de competências dividido em três tipos: cognitivas, socioemocionais e técnicas. As cognitivas seriam o alicerce sobre o qual as outras estariam assentadas, fazem parte desse rol a alfabetização básica e matemática, consideradas competências “acadêmicas”. As socioemocionais são aprendidas em interações sociais e interpessoais além da relação com estruturas sociais. Inclui-se nesse item comportamentos, atitudes e valores que determinam a forma como as pessoas reagem em diversas situações, usa-se como exemplo quesitos como “consciência de si”, “autogestão”, “competências relacionais”. Por último encontra-se as competências técnicas, que dizem respeito aos conhecimentos necessários para a realização de determinadas tarefas. Essas competências seriam adquiridas nos níveis mais elevados de ensino, como o médio e profissionalizante. Cita-se como exemplo de competências técnicas as digitais, que já foram mencionadas, e o empreendedorismo.

Embora ligeiramente modificado, o modelo de competências remete aos pilares da educação do relatório Delors (1998), que propunha quatro eixos educacionais: *aprender a*

conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Aprender a conhecer diz respeito a aquisição de instrumentos de compreensão, “dominar, profundamente, um reduzido número de assuntos”, o que constitui as bases da aprendizagem na medida em que “fornece um gosto para aprendizagem ao longo da vida” (Delors, 1998, p. 20). Esse pilar remete às habilidades cognitivas, consideradas competências básicas sobre a qual outras habilidades podem ser aprimoradas. *Aprender a fazer*, por sua vez, ainda que vinculado ao primeiro, constituía um pilar próprio, vinculado mais estreitamente a formação profissional. O relatório Delors também marcava uma transição no âmbito das políticas: se afastando da noção de qualificação, considerada obsoleta, e migrando para o conceito de competências.

Aprender a viver juntos, por sua vez, salientava aspectos relacionados a educação para a diversidade, o desenvolvimento de estratégias para evitar conflitos ou resolvê-los de forma não violenta. Estava calcado em duas ênfases diferentes e interligadas: 1) **conhecer o outro**, que enfatizava a relação com a alteridade e o desenvolvimento de habilidades como empatia, comportamentos sociais, o diálogo e a troca; 2) **tender para objetivos comuns**, que abordava a cooperação e a solidariedade social como formas de evitar conflitos, desenvolvendo atividades sociais tendo como base o respeito pelos valores do “pluralismo, da compreensão mútua e da paz” (DELORS, 1998, p. 102).

Por fim, *aprender a ser*, sintetiza os pilares anteriores e diz respeito a preparação para “elaborar pensamentos autônomos e críticos”, assim como “formular os seus próprios juízos de valor” a fim de tomar decisões com autonomia em diferentes circunstâncias (DELORS, 1998, p. 99). Não obstante, essa autonomia já era relativizada no próprio documento, que imputava a educação “fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos” (DELORS, 1998, p. 100). Além disso eram salientadas capacidades de discernimento, responsabilidade pessoal e aptidão para comunicar-se que tinham como ponto focal conhecimento de si mesmo - A educação, na visão da Unesco expressa no relatório Delors, era uma viagem interior. O relatório também salientava a crescente demanda dos empregadores por aspectos considerados subjetivos dos trabalhadores, como as capacidades de “comunicar, trabalhar com outros, gerir e resolver conflitos” (DELORS, 1998, p. 94). Portanto, muitas das habilidades que hoje vem sendo ventiladas como novas, habilidades do século XXI, ou

demandas das novas transformações produtivas, como no documento do BM, já estavam presentes no relatório Delors, ainda que fossem articuladas de outra forma.

O documento do BM identifica três fatores contextuais que diferenciariam o Brasil de outros países da América Latina. Em primeiro lugar a extensão territorial, dispersão populacional e a desigualdade geográfica trazem impactos significativos nas “opções de engajamento econômico para os jovens” (BM, 2018, p. 11). O segundo fator é o relativo fechamento da economia por barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio. Argumenta-se que a baixa concorrência afeta a demanda por competências sobre as instituições de ensino. A liberalização da economia e a adoção de novas tecnologias, vistas como inevitáveis, trariam, portanto, um maior impacto e gerariam rupturas nos sistemas educativos. O terceiro fator seria a descentralização das políticas sociais, dentre elas educação, trabalho e proteção social. Isso levaria a uma variação substancial na qualidade da oferta que espelharia a capacidade de diferentes entes nacionais de prestar esses serviços. Essa variação na qualidade do “capital humano” pode deixar as pessoas estagnadas, ou desconectadas dos lugares onde existe demanda efetiva.

5.3.2 Engajamento Econômico da Juventude

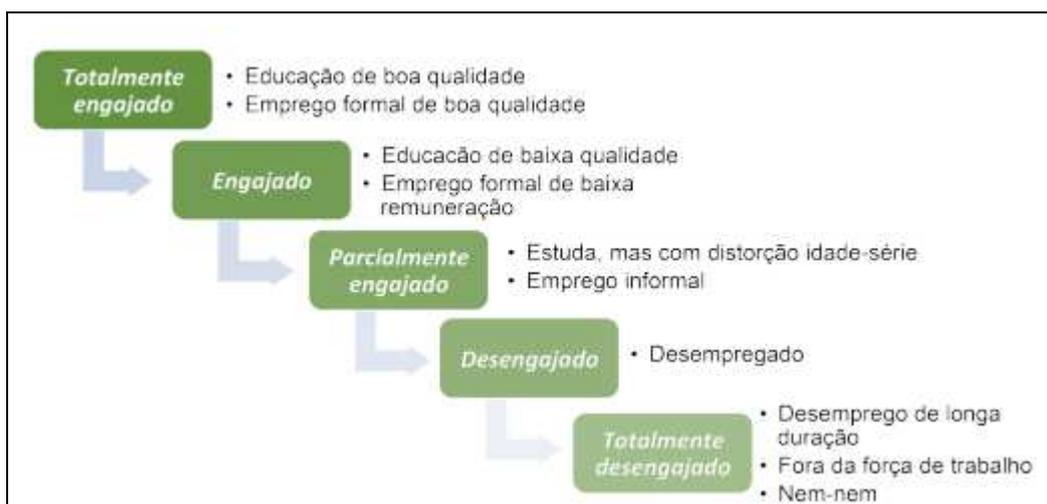
O Banco Mundial afirma que “aproximadamente 23% dos jovens” não estudam, não trabalham e não estão em treinamento, constituindo o que eles chamam de nem-nem, ou totalmente desengajados. A noção de engajamento utilizada pelo banco, além disso, inclui aspectos como a inserção escolar (medida pela frequência), a qualidade da educação e as oportunidades de aprendizagem no mercado de trabalho. A noção de “risco de desengajamento” passa a constituir um fator a ser considerado nas reformas políticas. Para o BM o desengajamento assume diversos níveis, formas e intensidades, mas são priorizadas as seguintes:

“Estudantes que estão na escola sofrendo distorções idade-série ou têm alto índice de repetência, e estudantes que já trabalham e estão em empregos informais e/ou de baixa remuneração, com menos proteções contra choques e escassas oportunidades de continuar construindo suas competências. (BM, 2018, p. 13)

Desta forma, um problema da ordem das relações sociais contraditórias no capitalismo é reduzido a uma dimensão psicológica, quase como uma disfunção individual na relação com o meio. A partir dessa noção ampliada do construto, o BM afirma que o número de pessoas

desengajadas ou em risco de desengajamento chegaria a 50% da população jovem que, segundo o banco, tem engajamento menos do que pleno. O conceito é ilustrado fazendo uso de um *continuum* com diferentes níveis de engajamento, que vai do totalmente engajado ao totalmente desengajado. Essas diferentes formas de inserção são ilustradas por ações e comportamentos na seguinte figura:

Figura 3 - Escala de Engajamento - Desengajamento



Fonte: Banco Mundial (2018, p. 14)

No relatório completo, o BM define melhor suas preocupações com os “economicamente desengajados” ou “nem-nem”: do ponto de vista educativo e do mercado de trabalho, eles constituem recursos humanos subutilizados e uma condição que muitos jovens acham difícil de superar, contribuindo para desigualdade e exclusão” (BM, 2018b). Para melhor compreender a concepção de engajamento, O BM sintetiza em uma tabela diferentes perfis de engajamento:

Tabela 2 - Diferentes tipos de desengajamento juvenil por idade

Idade	Engajado	Parcialmente Engajado I	Parcialmente Engajado II	Desengajado
15-17	Frequentando ensino médio sem distorção idade-série; aprendizado com proficiência em todos os tipos de competências	Frequentando ensino médio sem distorção idade-série; começando um programa de aprendiz	Frequentando ensino fundamental com alguma distorção idade-série e trajetória de aprendizado com deficiências cumulativas	Fora da escola com ensino secundário incompleto; sem emprego ou em emprego de má qualidade
18-23	Ensino médio completo. Frequentando	Ensino médio completo. Frequentando ensino superior de baixa	Frequentando ensino médio com distorção idade-série ou frequentando ensino	Abandono escolar com secundário incompleto; sem

	ensino superior de qualidade; fazendo estágio	qualidade (provavelmente privado); trabalho em emprego de tempo integral	EJA; Tendo a primeira experiência de trabalho em um trabalho temporário/ de baixa qualidade	empregos ou em emprego de má qualidade
24-29	Ensino superior completo com um emprego de colarinho branco no setor privado (empresa grande) ou como servidor público	Ensino Superior. Trabalhador em tempo integral. Potencialmente de colarinho branco no setor privado. Trabalha menos do que tempo integral	Ensino médio completo (escola pública de baixa qualidade ou EJA); em emprego temporário ou trabalho mal pago (mesmo que formal)	Secundário incompleto; sem emprego ou em emprego de má qualidade

Fonte: (BM, 2018b, p. 37) (tradução própria).

Desengajamento econômico, além disso, é definido como qualquer estado (permanente ou temporário), em que um indivíduo para de acumular capital humano. Isso pode ocorrer por acesso inadequado ou baixa qualidade de oportunidades para o desenvolvimento de competências na escola ou no trabalho (BM, 2018b, p. 34). O acesso à educação e empregos formais de qualidade são vistos como o ponto máximo do engajamento. Outras formas de inserção laboral e educacional mais precárias representam gradações no risco de desengajamento. A qualidade da educação parece derivar da sua capacidade para produzir competências e habilidades que proporcionem empregos formais de maior remuneração. Na novilingua do Banco Mundial, a baixa qualidade dos postos de trabalho, a informalidade e o desemprego aparecem atrelados à qualidade da educação e ao comportamento do educando. As origens dessas problemáticas sociais são escamoteadas e em seu lugar aparece uma responsabilização dos sistemas escolares e dos indivíduos pelo seu “engajamento econômico”. O desemprego passa a ser tratado como sinônimo de desengajamento, implicando uma responsabilização individual pela inserção laboral.

5.3.3 Resultados Educacionais na Visão do BM

O BM argumenta que embora os anos de escolaridade da juventude tenham sido ampliados em relação às gerações anteriores, a produtividade do trabalho continua baixa, tanto comparada com ALC quanto com países da OCDE. São apresentadas três motivações para esse fato: uma demanda por mão de obra pouco qualificada, baixa qualidade do sistema educacional e percepções incorretas sobre o retorno da educação.

Há, na percepção do BM, uma crise de aprendizagem no Brasil: apesar de gastos considerados generosos na educação e níveis elevados de matrículas, os jovens não estão

aprendendo competências que os tornarão competitivos. O Brasil ainda ocupa um lugar modesto em relação aos países vizinhos em relação a testes internacionais de aproveitamento de aprendizagem. Além disso, há uma preocupação com a prevalência de distorções idade-série, abandono escolar e a grande diferença de competências entre os jovens ao ingressar no ensino médio.

Faz-se uma crítica ao currículo do ensino médio, atribuído a evasão escolar ao suposto caráter acadêmico do currículo, voltado à memorização, faltando “pensamento crítico” e aprofundamento nos tópicos. Argumenta-se que a falta de expectativa de ganhos salariais futuros com a conclusão do ensino médio contribuiria também para a evasão escolar. A educação é descrita como um investimento em capital humano por parte das famílias e dos indivíduos. Nessa perspectiva a falta de informações adequadas levaria as famílias e jovens a tomar a decisão de abandonarem a escola com a “bagagem” que já tem, o que contribui para aumentar o “desengajamento juvenil” (BM, 2018, p. 18). A reforma do ensino médio é elogiada como uma importante medida para modernizar o currículo, criar pessoas que aprendam pelo resto da vida, tornando-se mais “resilientes a mudanças na tecnologia” e às exigências do mercado de trabalho.

Demonstra-se uma preocupação com o desemprego, em especial entre os mais jovens. Argumenta-se que períodos de desemprego ou longos períodos de emprego informal no começo da vida podem ter impactos adversos sobre o “capital humano dos jovens” e suas perspectivas de emprego. Como exemplos de trabalho informal fala-se de trabalhadores familiares não remunerados, assalariados sem contrato, diaristas, donos de pequenos negócios, empresários individuais. O BM argumenta que todas essas modalidades de trabalho informal acarretam um risco mais alto, em especial quando as opções são restritas e os únicos empregos disponíveis não oferecem contrato. Essas modalidades de emprego juvenil são descritas como um “caminho para o engajamento menos que pleno”, na medida em que elevam o risco de desemprego e informalidade ao longo da vida, assim como menores níveis de remuneração (BM, 2018, p. 14). Não obstante, esses impactos supostamente se dissipariam com maior educação e competências relevantes para o emprego.

Em jovens que não estudam nem trabalham, as “cicatrices” desse tipo de emprego seriam maiores, elevando estatisticamente a probabilidade de desemprego, emprego informal e baixa remuneração. A metodologia, de tipo positivista, é utilizada para encobrir as relações

sociais fundamentais e as dinâmicas que levam a esses resultados. Os dramáticos problemas sociais da juventude são reduzidos a um jogo de estatísticas e graus de probabilidade.

5.3.4 Políticas Trabalhistas e Perspectivas de Emprego para Jovens

Conforme já mencionamos, a educação na visão do Banco Mundial é um “ativo” no qual as famílias podem ou não investir e o mercado de trabalho é o local por excelência onde os frutos desse investimento são colhidos. Esses mercados, não obstante, são eivados de imperfeições que levam a ações de governos buscando melhorar as “perspectivas das pessoas”. No entanto, as políticas implementadas pelo Brasil, na visão do BM, estão muito longe do ideal e podem ter agravado o impacto da contração de empregos nos últimos anos, em particular para a juventude. Argumenta-se que essas políticas privilegiam os que já estão incluídos no mercado de trabalho, em geral mais velhos, em detrimento dos mais jovens.

O BM sustenta que regulações trabalhistas muito restritivas são prejudiciais para a perspectiva de emprego de jovens, podendo levar ao aumento do subemprego e desemprego. É dada ênfase especial a políticas de regulação do salário mínimo, que segundo o BM traz impacto negativo notável para os jovens. O impacto das regulações sobre o salário mínimo afetaria todos os estratos de renda; haveria um achatamento no topo – os trabalhadores que ganham rendimentos mais altos pagariam pela elevação dos salários mais baixos – e esse achatamento continuaria em todos os estratos indo em direção a base da pirâmide salarial. No entanto, como há um limite legal prefixado para o salário mínimo, os trabalhadores na base da pirâmide, supostamente menos produtivos, seriam empurrados para fora, seja para o desemprego ou informalidade.

O Banco critica também a política de valorização do salário mínimo, apontando que a regra atual de ajuste permitiu aumento real do salário em mais de 77% de 2002-2016. E enfatizam “Mesmo em meio a uma profunda recessão, o valor nominal do salário mínimo aumentou de R\$678,00 em 2013 para R\$937,00 em 2017” (BM, 2018, p. 26). Fazendo uso de medidas diferentes (aumento real e aumento nominal) buscam confundir o leitor e convencê-lo de que a regra atual seria injusta. Para se ter uma noção, o valor do salário mínimo de 2013 corrigido pelo INPC (IBGE) valeria, em 2017, R\$: 901,69 reais⁵¹. O grande aumento alardeado durante a profunda recessão foi de míseros R\$: 35,31 ao longo de quatro anos, o que é próximo

⁵¹ Cálculo próprio tomando por base o valor nominal do salário mínimo em 01 janeiro de 2013 e a inflação acumulada no período, medido pelo INPC, até 01 de janeiro de 2017.

da mera reposição das perdas inflacionárias; o que de fato ocorreu em 2017, quando pela primeira vez em 15 anos não houve ganho real, e houve uma perda para inflação de 0,10% (DIEESE, 2017).

O Banco argumenta que os trabalhadores mais jovens representam para o empregador um risco maior, uma vez que têm menos experiência e podem ser menos produtivos. Se as regulações forem muito rígidas, o ônus de demissão pode fazer com que os jovens sejam preteridos para contratação, o que aumentaria a probabilidade de eles serem empurrados para a informalidade ou para empregos temporários. Por outro lado, O BM afirma que as sanções pela demissão de trabalhadores contratados por tempo indeterminado não são mais pesadas que as aplicadas pela OCDE ou por outros países da ALC. Mas defende que há ainda no país “restrições muito rigorosas” para formas flexíveis de contratação. Isso poderia ter impacto sobre as perspectivas de trabalho dos jovens, que teriam maior probabilidade de “preferir ou necessitar de empregos em tempo parcial e flexível” (BM, 2018, p. 28).

Por um lado, portanto, o BM sustenta que longos períodos de desemprego ou empregos informais no começo da vida são prejudiciais a perspectiva futura dos jovens e que estes são empurrados para esses trabalhos porque são pouco experientes e representam um ônus ao empregador. Por outro lado, defende-se uma política de desvalorização do salário mínimo e de flexibilização da legislação trabalhistas, em especial no que tange os contratos. Isso leva a alguns questionamentos. A desvalorização do salário mínimo não levaria as pessoas a buscar trabalhos informais e precários como complementação de renda? Não teria impacto também na renda do trabalho informal, na medida em que o salário mínimo serve de balizador para os salários em ambos os setores, formal e informal? As formas flexíveis e temporárias de contratação não são uma forma de institucionalização do trabalho precário, com trocas constantes de emprego, dificuldade de acesso aos direitos do trabalho e da previdência? Qual a diferença entre a realização de trabalhos informais e temporários sem contrato e sem direitos e trabalhos informais e temporários com contrato e sem direitos do ponto de vista dos jovens trabalhadores?

Além disso, discute-se o impacto das reformas sobre os jovens como se as reformas só se refletissem sobre eles. O impacto das flexibilizações dos contratos afeta grande parte dos trabalhadores por toda a vida, institucionalizando formas precárias de assalariamento, trazendo impactos sobre a capacidade de financiamento dos sistemas de seguridade social, que atingem

igualmente jovens e trabalhadores mais velhos. Essa oposição entre estratos de idade também ignora o fato de que os trabalhadores jovens de hoje serão os trabalhadores mais velhos de amanhã.

Reafirma-se além disso que grande parte do gasto público em programas de mercado de trabalho vai para programas destinados aos que já estão formalizados, a maioria para auxílio a pessoas desempregadas (83%). O BM argumenta que esse tipo de programa passivo configura uma parte muito grande do orçamento, em detrimento de programas “ativos do mercado de trabalho”, como “capacitações para grupos vulneráveis e desempregados (PronatecBSM e Pronatec-Seguro Desemprego, Projovem), Serviços de Emprego Público (Mais Emprego), e empreendedorismo (Programa de Fomento de Atividades Produtivas Rurais, Assistência Técnica e Extensão Rural)” (BM, 2018, p. 30).

As reformas de 2017 são muito elogiadas, como um “passo ambicioso na direção certa” que poderia reduzir “as vantagens dos já incluídos” e aumentar a proporção de jovens com emprego formal (BM, 2018, p. 30). O que não se discute é a qualidade e a extensão da proteção social desses novos empregos formais que por ventura sejam criados.

5.3.5 A Agenda do BM para Formuladores de Políticas Públicas

Nessa sessão são resgatadas todas as recomendações de políticas públicas relacionadas a empregos e competências relacionadas a juventude sugeridas pelo Banco Mundial. É proposta uma agenda com três partes. 1) maior apoio as trajetórias de aprendizagem dos jovens, incentivo a conclusão do ensino médio e modernização das “competências laborais” para, junto a iniciativa privada, produzir jovens com competências alinhadas as demandas das empresas, em uma “economia globalmente competitiva”; 2) aperfeiçoar as estruturas de proteção ao trabalhador, como salário mínimo legal, seguro desemprego e FGTS para aumentar os períodos de emprego entre jovens; 3) Fornecer maior apoio aos jovens em busca de empregos através da modernização dos serviços de intermediação (BM, 2018, p. 32).

O Banco defende a recente reforma do ensino médio, por ser ancorado na formação de competências e a escolaridade em ensino integral. Salienta-se, no entanto, que são necessárias medidas de acompanhamento e monitoramento da qualidade da implementação da reforma. Defendem-se também modelos alternativos para desenvolver competências socioemocionais dos adolescentes, argumentando que isso traria como benefícios melhores comportamentos. O Banco Mundial não entra em detalhes sobre o que “melhores comportamentos” e quais seriam esses modelos alternativos de ensino de competências socioemocionais. Para o

desenvolvimento de competências técnicas, no entanto, o modelo é claro: parcerias mais estreitas com o setor privado, para garantir o alinhamento entre oferta e demanda de competências.

Para evitar o aumento de desigualdades no acesso à educação, recomenda-se também uma participação mais ativa do governo federal, por meio do Ministério da Educação, na promoção de “modelos subnacionais de implementação inovadores e eficientes”. Recomenda-se além disso “reformas críticas de práticas de recursos humanos para professores”, como a criação de um “concurso de âmbito nacional (inicialmente voluntário) para avaliação de competências mínimas” para o exercício da profissão docente. Assim como o desenvolvimento de normas de certificação antes que eles entrem em serviço, e o apoio a criação de sistemas de avaliação de professores. Os sistemas de avaliação devem levar em conta não somente a proficiência no conhecimento dos assuntos de seu campo de saber, mas a “eficácia no desenvolvimento de competências socioemocionais” e a valorização de práticas pedagógicas eficazes (BM, 2018, p. 32).

Em relação à política de salário mínimo, defende-se a introdução de ajustes referenciados em ganhos de produtividade, maior flexibilidade e a criação de um salário mínimo legal mais baixo, voltado para jovens de 15 a 24 anos, variando com a idade. Quanto a reforma trabalhista, argumenta-se que o objetivo seria aumentar a flexibilidade laboral, reduzir os custos relacionados às disputas trabalhistas. Argumenta-se que elas tornariam mais fácil incorporar os jovens ao emprego formal.

Argumenta-se que é possível fazer mais pelos jovens que abandonaram o sistema educacional por meio de programas de desenvolvimento de competências e emprego. Para isso é necessário que se leve em conta distintos perfis de adolescentes e jovens para implementação das políticas. Defende-se também a criação de programas de reinserção dos jovens na escola, em especial em programas mais voltados para competências cognitivas básicas. Para isso seria “urgente” fornecer aos empregadores um papel mais destacado no sistema de desenvolvimento de competências, fortalecendo oportunidades de aprendizado no trabalho, influenciando currículos ou “reforçando seu papel na formação de professores da educação técnica e formação profissional” (BM, 2018, p. 34).

O Brasil também é instado a destinar maior apoio a intermediação no mercado de trabalho e assistência à busca por empregos, reformando o Sistema Nacional de Emprego (SINE). Por fim, defende-se que

(1) as políticas deveriam investir mais em intermediação de mão de obra e serviços de procura de emprego, ferramenta eficaz e de baixo custo; (2) é necessária uma nova ênfase na construção de competências socioemocionais e aprendizagem na prática, não apenas em conceitos acadêmicos; (3) é preciso dar mais atenção a políticas complementares relativas a empreendedorismo, tanto em aspectos de capacitação quanto de financiamento. (BM, 2018, p. 35)

A desvalorização do aprendizado teórico e a valorização de componentes atitudinais anda lado a lado com a sobrevalorização do aprendizado prático e do empreendedorismo. No conjunto, as políticas preconizadas implicam na adaptação da juventude as demandas do mercado e num rebaixamento da sua formação.

Como assinala Fontes (2010), o predomínio do capital monopolista na fase capital-imperialista supõe o acirramento das atividades voltadas para produção do mais valor, na sua forma relativa e absoluta. Desta forma, o controle sobre a próxima geração de trabalhadores e a educação da força de trabalho impõem-se como necessidade imperiosa do conjunto do capital, formando uma das bases de sua sustentação. A permanência das expropriações no campo, que direcionam massas de trabalhadoras e trabalhadores camponeses para o exército urbano de trabalho, soma-se as expropriações secundárias – de direitos e de outros bens coletivos – avançando sobre toda e qualquer barreira a expansão do capitalismo.

As contrarreformas que temos visto nos últimos anos, e são defendidas pelo BM, implicam em seu conjunto na plena disponibilização da força de trabalho para a exploração do capital. O Estado, longe de diminuir, continua ativo e operante para garantia da expansão do capital. O seu papel na garantia da reprodução social dos trabalhadores é que recua, abrindo espaço para a conversão de direitos em áreas para a exploração lucrativa do setor privado.

Cursos de qualificação EaD, pós-graduação MBA, palestras de empreendedorismo, seguros de saúde, contra acidentes pessoais, de vida, do carro, da moto, apostilamento, programas de mentoria, coaching, previdência privada; multiplicam-se os nichos de mercado e os espaços de exploração do capital.

O Estado é chamado para intervir, as suas formas tradicionais de operação permanecem: garantia da lei e da ordem, segurança dos contratos, disciplinamento da força de trabalho. A elas, soma-se novas determinações: Atuar de forma educadora difundindo formas de agir, pensar e sentir consonantes com as novas demandas produtivas. Fomentando a criação

de redes empresariais, ecossistemas empreendedores, arranjos produtivos locais. Incentivando a socialização de jovens e empresários com o intuito de permitir a subordinação do trabalho desses jovens empreendedores/trabalhadores ao capital.

As políticas educacionais assumem um caráter extremamente pragmático, que se expressa na pedagogia das competências e na ideologia do empreendedorismo. Essas medidas, nas palavras de Ramos (2003), afastam as finalidades educacionais de seu objetivo maior, para convertê-las em um instrumento que ensina a lidar com a realidade, aprender a agir e reagir em resposta a meras contingências. A essa educação rebaixada cabe o papel de fornecer um mínimo de formação para adaptar os jovens às condições precárias e instáveis do mercado de trabalho.

A dualidade educacional também se expressa no empreendedorismo: de um lado uma formação empreendedora rebaixada, voltada para adaptação às condições aviltantes do mercado de trabalho e para criação e formas alternativas de geração de renda, o discutível empreendedorismo por necessidade. De outro, uma educação tecnológica, inovadora, com alto conhecimento científico, mas voltado não para a solução de problemas da humanidade, mas para a aplicação direta nos processos produtivos, como forças produtivas. E como tal, convertendo-se em capital morto que suga o trabalho vivo para valorização do valor.

As mudanças que estão em curso, em linhas gerais, apontam para a exacerbação da precarização estrutural do trabalho, com a multiplicação de formas atípicas de trabalho. No âmbito educacional, as políticas apontam para o rebaixamento dos custos de formação da força de trabalho, pela simplificação dos currículos e flexibilização das modalidades de ensino. Associa-se a isso a ideologia do empreendedorismo, com especial ênfase nos aspectos atitudinais e comportamentais. Isso equivale a um aumento da exploração da força de trabalho combinado com um preventivo ideológico para conter descontentamentos e uma justificativa para a precariedade, para a viração, informalidade à pretexto do estímulo ao empreendedorismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo, nas últimas décadas, tem sido difundido em diversos espaços como uma suposta solução para o desemprego. Os trabalhadores de forma geral são bombardeados com notícias, propagandas, cursos e capacitações que os instigam a criar negócios próprios, desenvolver habilidades mais proativas, voltadas para o risco, ousadas e criativas, para se manter a par das novas demandas do mercado de trabalho. Esses discursos ideológicos, embora sejam dirigidos para todos os trabalhadores tem se voltado de forma especial para os jovens.

Um dos principais argumentos para isso é a exacerbação do desemprego. A ideologia do empreendedorismo defende que a geração de ocupação e renda depende primariamente da capacidade individual de cada um para identificar oportunidades e criar alternativas para geração de renda disputando espaço no mercado. Os sistemas educacionais são instigados a criar um perfil de trabalhador, o trabalhador/empreendedor, que teria características mais adaptadas a essa nova configuração do mercado de trabalho.

Vimos que a reestruturação produtiva e as contrarreformas neoliberais têm alterado profundamente a configuração do mercado de trabalho e a organização da produção. Predominam hoje, além da informalidade, formas atípicas de trabalho, como o teletrabalho, contratos parciais, temporários, entre outros. O atípico, tornou-se típico, e a promessa do emprego regulado se desfez no ar. A ideologia do empreendedorismo atua no sentido de adaptar a juventude às formas predominantes de exploração do trabalho hoje, se vinculando de forma orgânica a configuração atual da base produtiva.

Sua permanência nessas últimas três décadas indica que não se trata de um aspecto conjuntural, mas sim um modo de conferir sentido aos processos de reestruturação produtiva e orientar a ação das pessoas no sentido da adaptação. Oculta-se discursivamente a existência de classes sociais, através do argumento ideológico de que todos podem ser empresários, basta desenvolver, por meio da educação, as habilidades e competências corretas. Desta forma, o empreendedorismo atua como um preventivo ideológico que dificulta a emergência de uma consciência de classe nas populações exploradas, levando a interiorização dos valores da classe dominante.

Identificamos diversos níveis em que o empreendedorismo se alinha com as demandas do capital-imperialismo. Busca-se formar trabalhadores flexíveis, proativos, com capacidade de liderança, mais tenazes e capazes de correr riscos. Essas qualidades são funcionais tanto para a geração de renda do mercado informal (empreendedorismo por necessidade), quanto para

trabalhos regulados no setor formal (intraempreendedorismo), naturaliza formas de vinculação mais precárias (terceirização, pejotização). Essas formas de trabalho implicam por um lado em maior extração de valor, pela intensificação do trabalho, aumento das jornadas, diminuição dos custos de contratação. Mascarando relações capital-trabalho como se fossem relações empresa-empresa ou empresa-prestador de serviços.

Vimos que essa ideologia tem penetrado diversos espaços educativos, desde as séries iniciais, passando pelo ensino médio, técnico e profissionalizante e superior universitário. Identifica-se, no entanto, que a dualidade educacional também se espelha no empreendedorismo: para os mais pobres, o empreendedorismo é uma forma de educar para adaptação à informalidade e à precariedade. Para os segmentos de mais qualificação se vinculam ao sonho de autonomia e liberdade no trabalho.

Alguns estudos analisados ressaltavam o papel de Organismos Multilaterais têm na difusão dessa ideologia. Para entender como o empreendedorismo aparecia nos documentos dessas organizações, realizamos a análise de um documento da OCDE que apresenta um enquadramento conceitual do empreendedorismo. A leitura desse documento nos levou a conclusão de que o escopo de ação da ideologia do empreendedorismo é maior do que a mera adaptação psicofísica da juventude às condições brutais de exploração no mercado na era da precarização estrutural. O empreendedorismo se subordina à ideologia neoliberal e constitui um meio para conquistar uma adesão social necessária para o aprofundamento de diversas contrarreformas. Estas, em seu conjunto, rebaixam a proteção do trabalho, atacam as condições de vida e a mercantilizam direitos sociais dos trabalhadores.

Por outro lado, descobrimos que, para além da mera adaptação e subordinação dos jovens, a formação empreendedora está relacionada a uma nova forma de conceber o desenvolvimento, em consonância com a globalização neoliberal. Os arranjos produtivos locais passam a ser a estratégia utilizada para fomentar o desenvolvimento, que se descola da ideia de nação e se particulariza no âmbito local. Os entes públicos são estimulados a intervir para facilitar a criação de clusters e favorecer a formação de redes empresariais. Necessita-se, dessa forma, de seres sociais capazes de criarem pequenas e médias empresas, vinculando-se a redes globais, que operam a sua exploração em redes de subcontratação.

Os jovens tornam-se público alvo de bancos, agências de crédito, cursos de capacitação, entre outros. Por meio de um conjunto de medidas, como mentorias, microcrédito,

incubadoras, os chamados ecossistemas empreendedores, busca-se socializar os jovens trabalhadores/empreendedores e o setor empresarial e financeiro. Cria-se, por um lado, uma demanda por mercadorias como palestras e cursos sobre empreendedorismo, liderança, mentorias, empréstimos, etc. Por outro, subordina-se por meio de bolsas, concursos e empréstimos o trabalho criativo desses jovens, que empenham seu tempo e dinheiro criando formas de mercantilizar o conhecimento produzido em universidades e centros de pesquisa, os oferecendo a quem esteja disposto a financiar seus projetos.

Nos documentos de Organismos Multilaterais transparece uma preocupação do capital internacional, por meio de seus intelectuais orgânicos, com a dimensão política da juventude. A possibilidade de que os níveis altos de desemprego e pobreza levem a descontentamento generalizado é salientada. O temor não dito é a de que a insatisfação social possa recolocar a necessidade de superação da ordem do capital na ordem do dia. O binômio pobreza e coesão social, assim como nos anos 1990, continua norteando as políticas de OM. O empreendedorismo aparece vinculado a outros slogans, como inclusão, protagonismo e empoderamento. Ao empreendedorismo é atribuída a capacidade de promover a inclusão social, o bem-estar psicossocial, a diminuição do descontentamento e a coesão social. Trata-se de condensar em uma estratégia a gestão política da juventude e formas de impulsionamento da acumulação de capital.

A responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de empreendimento é atribuída em larga medida a características de personalidade dos sujeitos empreendedores. De maneira que a inserção do empreendedorismo no ensino deve fomentar o desenvolvimento de habilidades gerenciais e de liderança, inovação, adaptação, pensamento criativo, voltado para metas e certo grau de tomada de risco. Esse tipo de habilidade dotaria os jovens a capacidade de se habituar a troca de empregos e se adaptar as condições externas do mercado de trabalho.

Nos documentos analisados, são atribuídos diversos papéis e tarefas ao Estado: ele deve criar sistemas informatizados com dados sobre oferta e demandas de habilidades; implementar parâmetros de qualidade educacional claros; investir na inclusão social de crianças em desvantagem socioeconômica; implementar mecanismos para identificar estudantes que vão mal na escola; fortalecer a educação técnica e vocacional, investindo em infraestrutura, treinamento e capacitação; implementar programas de aprendizado prático no trabalho; expandir o acesso ao ensino superior, juntamente com mecanismo de financiamento que permitam tornar a educação acessível a pessoas em desvantagem econômica; desenvolver programas educacionais mais atentos as necessidades do mercado de trabalho, criando canais

de diálogo para contribuições do setor empresarial; implementar programas que coordenem ensino em sala de aula com aprendizado prático em todos os níveis de educação; sistematizar o uso de avaliações de impacto em programas de educação e treinamento.

Em síntese, o papel do Estado é aquele preconizado pela teoria neoliberal: privatização e desregulação aparecem como promotores da competição e o mercado é tido como o parâmetro de eficiência, eficácia e qualidade. A função do Estado é criar um arcabouço jurídico-político que promova a abertura comercial e as trocas globais. Mais que isso, deve implementar contrarreformas que aumentem a disponibilidade dos trabalhadores aos mercados. Mercantilizar direitos para abertura de mercados em novas áreas, como previdência privada, educação e saúde privadas.

A ideologia do empreendedorismo atua no sentido de cimentar um novo bloco histórico, mais afinado com as demandas atuais do capital. Assim como a transição do liberalismo concorrencial para a economia programática, analisada por Gramsci nas notas sobre o Americanismo e Fordismo, ensejou novas ideologias visando conformar os trabalhadores ao novo modo de vida e de produção que se tornava dominante. Isso envolvia adaptação psicofísica dos trabalhadores, novos valores e uma cultura que cimentassem aquela forma de regulação social.

A formação empreendedora, com sua ênfase na responsabilidade individual, na perseverança, resiliência, flexibilidade, busca uma adaptação psicofísica dos jovens empreendedores aos novos arranjos produtivos. A grande massa de trabalhadores precarizados, flexíveis e sem direitos, seria assim conformada a naturalizar as condições aviltantes de trabalho sem direitos e ao desemprego frequente. O empreendedorismo serve, desta forma, como contraceptivo ideológico a revolta dos trabalhadores precarizados em virtude das suas condições de vida.

A ideologia do empreendedorismo, desta forma, molda de forma ativa as necessidades e os desejos dos jovens, direcionando-os para objetivos comprometidos com a ordem capitalista. Não obstante, como afirma Terry Eagleton (1997), nenhuma ideologia pode prosperar sem se comprometer de alguma maneira com as necessidades e desejos que as pessoas já tem. O empreendedorismo captura esperanças e sonhos genuínos da juventude, como maior autonomia, realização, independência, além dos desejos de mudança e transformação e os converte no seu idioma próprio, anunciando o velho como se fosse novo.

Longe de representar uma saída para os dilemas daqueles que vivem do trabalho, o empreendedorismo implica no aprofundamento da irracionalidade que regula a nossa atual vida em sociedade. Encontramos ao longo desse trabalho, motivos mais que suficientes para pôr em dúvida as promessas que são feitas de autonomia e liberdade por meio da educação empreendedora. Apesar de trazer ares de novidade, o empreendedorismo é a reafirmação dos velhos interesses do capital em continuar a sua exploração; o sonho impossível do crescimento infinito. Esperamos que esse trabalho sirva para afiar a crítica daqueles que buscam a construção de uma sociedade realmente livre, pela superação da propriedade privada e do capital.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE, 2016. Notícia veiculada no site de comunicação institucional do IBGE. Site: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acessado em: 24/10/2018
- AHMAD, N.; HOFFMAN, A. *A Framework for addressing and measuring entrepreneurship*. Entrepreneurship Indicators Steering Group. Paris, 20 November 2007.
- ALBUQUERQUE, Cristina Pinto, FERREIRA, José Soares And BRITES, Graça. *Educação holística para o empreendedorismo: uma estratégia de desenvolvimento integral, de cidadania e cooperação*. Rev. Bras. Educ., dez. 2016, vol.21, no.67, p. 1033-1056.
- ALMEIDA, Rita K., and Truman G. PACKARD. 2018. *Skills and Jobs in Brazil: An Agenda for Youth. International Development in Focus*. Washington, DC: World Bank. 2018b
- ALMEIDA, Sílvio L. de. *Neoconservadorismo e Liberalismo*. In: *O Ódio como Política: A reinvenção das Direitas no Brasil*. Esther Solano (ORG). São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. Cortez Editora. 11ª edição. São Paulo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *O caracol e sua concha. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *O privilégio da Servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.29
- ARRUDA, C. et al. *O Ecossistema Empreendedor Brasileiro de Startups: uma análise dos determinantes do empreendedorismo no Brasil a partir dos pilares da OCDE*. Núcleo de Inovação e Empreendedorismo - FDC - Fundação Dom Cabral, p. 51. 2013.
- BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. *Empreendedorismo: Conceitos e definições*. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015.
- BARBOSA, Carlos Soares. *A Política Neoliberal e a Contrarreforma na Educação dos Trabalhadores no Governo Fernando Henrique Cardoso*. Educação em Debate, Fortaleza, ano 39, nº 74 - jul./dez. 2017.
- BARRET, Michèle. *Ideologia, política e hegemonia. De Gramsci a Laclau e Mouffe*. In: *Um Mapa da Ideologia*. Theodor W. Adorno... [et al]. Organização Slavoj Zizek. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Capitalismo, liberalismo e origens da política social*. In: Política Social: Fundamentos e história. p. 47-8. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BETONI, C.S. *O Espírito dos Donos: empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude*. Dissertação – UFSC, CFH. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2014. 244f.

BRASIL, 2017. LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017.

BRASIL, 2019. LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Brasília, 2019.

BRASIL. Medida provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016. *Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*, altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a lei n. 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 set. 2016.

BRAUDEL, Ferdinand. *A dinâmica do Capitalismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *A educação do campo em disputa: resistência versus subalternidade ao capital*. Educ. Soc., jul. 2017, vol.38, no.140, p. 649-670.

CARCANHOLO, M. D. *Neoconservadorismo com Roupage Alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington*. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha . *A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal*. In: IV Coloquio Internacional de la SEPLA: America Latina - escenarios del nuevo siglo. Nuevos desafíos y horizontes de transformación. Buenos Aires, 2008.

CARVALHO, André Cutrim; CARVALHO, David Ferreira. *As críticas de Karl Marx e John Maynard Keynes à teoria (neo) clássica*. Revista de Economia Mackenzie, v. 11, n. 2, São Paulo, Maio./Ago de 2013. p. 46-71.

CASAQUI, Vander. *A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo*. Galáxia (São Paulo), Jun 2015, no.29, p. 44-56.

CASAQUI, Vander. *A transformação social nos discursos da cena empreendedora social brasileira: processos comunicacionais e regimes de convocação na mídia digital*. Universitas Humanística, Jun 2016, Nº 81 Páginas 205 - 226.

CASAQUI, Vander. *Concepções e significados do empreendedorismo social no Brasil e em Portugal: crise, performance e bem comum*. Observatório (OBS*), Jun 2014, Volume 8 Nº 2 Páginas 67 – 82.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COAN, MARIVAL. *Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas*. 540 f. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. FLORIANÓPOLIS, 2011.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da. *Convergências, divergências e silêncios: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios*. Tese (doutorado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. 2010. 286 f.

COSTA, Alessandra Mello da; BARROS, Denise Franca and CARVALHO, José Luis Felício. *A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo*. Rev. adm. contemp., abr. 2011, vol.15, no.2, p. 179-197.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?* Novo Rumos, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan-jun, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, Mirian Carla. *Empreendedorismo na escola: uma análise crítica do curso 'Jovens Empreendedores Primeiros Passos'*. 2018. 180 p. Dissertação (Mestrado) - UFSC, CED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PEED1372-D.pdf>>

DELORS, Jacques (org.). *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 2a Edição - São Paulo: Cortez, 1998.

DICIONÁRIO DE LATIM-PORTUGUÊS. Ministério da Educação e Cultura. FARIA, Ernesto. Dicionário escolar latino-português. 3.ed. Rio de Janeiro, 1963.

DIEESE. *Política de valorização do salário mínimo: depois de 20 anos, ajuste fica abaixo da inflação (INPC)*. Nota técnica número 166. Janeiro de 2017. Atualizada em 11/1.

DREWINSKI, Jane Maria de Abreu. *Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil*. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

EXAME, Revista. *Como funcionam as aceleradoras brasileiras? Conheça o perfil de nove aceleradoras brasileiras e depoimentos de startups que passaram pelo seu processo de aceleração*. Por Camila Lam. Publicado em 7/03/2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/pme/como-funcionam-as-aceleradoras-brasileiras/> acessado dia 19/07/2019

FIORI, J. L. (1997). *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes.

FONTES, Virgínia. *Capitalismo em tempos de uberização: do trabalho ao emprego*. Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017.

FONTES, Virgínia. *Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e luta de classes*. Revista em PAUTA, número 21. Rio de Janeiro, 2008.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e Capital-imperialismo: teoria e história*. 3ª edição. EPSJV/Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FOSTER, John Bellamy. *Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos*. Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 1, 85-136, jan./abr 2013.

FREITAS, Luiz Carlos. *A Reforma Empresarial da Educação*. Nova direita, Velhas Ideias. 1ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2018.

GBM. *Competências e empregos – Uma agenda para a Juventude*. Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas. Grupo Banco Mundial, 2018.

GEM/IBQ/SEBRAE/FGV. *Empreendedorismo no Brasil*. Relatório Executivo - 2017.

GILL, Stephen. *American hegemony and the trilateral commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GORENDER, Jacob. *Apresentação*. p. 15-37. In: *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital*. /Karl Marx. Tradução: Rubens Enderle. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008b.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, Frederich.A. *O caminho para a servidão*. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. 221 p.

HENRIQUE, Daniel Christian and CUNHA, Sieglinde Kindl da. *Práticas didático-pedagógicas no ensino de empreendedorismo em cursos de graduação e pós-graduação nacionais e internacionais*. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, 2008, vol.9, no.5, p. 112-136.

JAMESON, Frederic. *O pós-modernismo e o mercado*. In: ZIZEK, Slavoj (org.) Um mapa da ideologia. p. 279-296. Rio de Janeiro, Contraponto: 1996.

KONDER, Leandro. *A questão da Ideologia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEITE, Elaine da Silveira and MELO, Natália Maximo e. *Uma nova noção de empresário: a naturalização do "empreendedor"*. Rev. Sociol. Polit., Nov 2008, vol.16, no.31, p. 35-47.

LESSA, Sérgio. *A centralidade do Trabalho, qual centralidade?* Revista de Ciências Humanas, v 15. N. 22. Florianópolis, ed. UFSC, 2º Sem/1997.

LIMA, Jacob Carlos. *Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?* Sociologias, dez. 2010, vol.12, no.25, p. 158-198.

LIMA, Marcelo. MACIEL, Samanta Lopes. *A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à educação no contexto de crise do capital no Brasil*. Revista Brasileira de Educação v. 23. 2018.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCH, Claudia. *A contra-reforma do Estado Brasileiro e seus efeitos no trabalho em saúde nos serviços públicos*. Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva – Trabalho em saúde. p. 175-186. Brasília, 2011.

MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de o Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. *Contribuição a Crítica a Economia Política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. (1845-1846). Supervisão Editorial: Leandro Konder; Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILIS, Renato Ramos. *Sobre o significado da criação e expansão das empresas juniores na Universidade Brasileira*. 2016. 186 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016 Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0563-D.pdf>>

MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. Editora Pensamento, 1981.

MONTAÑO, Carlos.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3ª Edição. Biblioteca básica do serviço social, v. 5. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTTA, C. V.; LEHER, R. Trabalho docente no contexto do retrocesso do retrocesso. Rev. Trabalho, Política e Sociedade, Vol. II, nº 03, p. 243-258, jul-dez/2017.

MOTTA, Vânia C. Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Editora Xamã, 2005.

NEVES, Lucia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: a formação para o trabalho complexo no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OCDE. *Estudos da OCDE sobre competências: competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais* / OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos. – São Paulo : Fundação Santillana, 2015.

OCDE/ECLAC/CAF. *Latin American Economic Outlook. Youth, skills and Entrepreneurship*. OCDE Publishing, Paris. 2016.

COAN, Marival. Educação para o Empreendedorismo – Implicações Teóricas, políticas e Práticas. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

COAN, Marival; Shiroma, Eneida. Educação para o Empreendedorismo: Forjando um Jovem de novo tipo? In: SILVA, Mariléia; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria. (ORG). Jovens, Trabalho e Educação – A Conexão Subalterna de Formação para o Capital. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; SOUZA, Ana Maria Gonçalves. *A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 323-348, jul./dez. 2005.

ONU – Organizações das Nações Unidas. A/RES/45/188. *Entrepreneurship*. 71st plenary meeting, 21 December 1990.

ONU – Organizações das Nações Unidas. A/RES/46/166. *Entrepreneurship*. 78th plenary meeting, 19 December 1991.

ONU – Organizações das Nações Unidas. A/RES/47/171. *Privatization in the context of economic restructuring, economic growth and sustainable development*. 93rd plenary meeting, 22 December 1992.

ONU – Organizações das Nações Unidas. A/RES/48/180. *Entrepreneurship and privatization for economic growth and sustainable development*, 86th plenary meeting, 21 December 1993.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. *A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE*. Brasília, 2016.

PINHO, José Carlos; THOMPSON, Douglas. *Condições Estruturais Empreendedoras na Criação De Novos Negócios: A Visão De Especialistas*. Rev. adm. empres., abr. 2016, vol.56, no.2, p. 166-181.

PINTO, Denis Fontes de Souza. *OCDE: uma visão brasileira*. Brasília: IRBr; FUNAG, 2000. (Coleção ‘Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco’).

REIS, Tiago Siqueira. *Expropriação do Funcionalismo Público: O gerencialismo como projeto*. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 80-89, jan./abr. 2019.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. *Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90*. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

ROBERTSON, Susan & DALE, Roger. *Regulação e risco na governação da educação. Gestão dos problemas de legitimação e coesão social em educação nos estados competitivos*. In: Educação, Sociedade & Culturas, n. 15, p. 117-147, 2001.

ROCHA, Estevão Lima de Carvalho and FREITAS, Ana Augusta Ferreira. *Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor*. Rev. adm. contemp., ago. 2014, vol.18, no.4, p. 465-486.

RODRIGUES, José. *Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula*. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

RODRIGUES, Marilda Merênci. *Educação ao longo da vida: a eterna obsolescência humana*. 2008. 182 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SALUSSE, Marcus Alexandre Yshikawa and ANDREASSI, Tales. *O Ensino de Empreendedorismo com Fundamento na Teoria Effectuation*. Rev. adm. contemp., Jun 2016, vol.20, no.3, p. 305-327.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado da economia política*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1983.

SHIROMA, Eneida; Campos, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educ. Soc.* [online]. 1997, vol.18, n.61, pp.13-35.

SILVA, Carlos Roberto Ernesto da. *Orientação Profissional, mentoring, coaching e counseling: Algumas singularidades e similaridades em práticas*. Revista Brasileira de Orientação Profissional jul.-dez. 2010, Vol. 11, No. 2, 299-309.

SILVA, Maria Lucia Lopes da; JESUS, Júlio César Lopes de Jesus. *Contrarreforma Trabalhista e Previdenciária: Implicações para os Trabalhadores*. R. Pol. pub., v. 21, n. 2 (2017).

SILVA, Mario Cesar da. *Análise do ecossistema empreendedor brasileiro e dos fatores críticos de sucesso para a gestão de incubadoras de empresa*. Tese de Doutorado – Faculdade Engenharia Mecânica da Unicamp. Campinas, 2017.

SIMINONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. R. Katál., Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2014.

SOUZA, Adriano Mohn e. *Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?* 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2006.

TAPINOS, Georges. Apresentação. In: SAY, Jean-Baptiste. *Tratado da economia política*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1983. p. 5-32.

TEIXEIRA, Andréa Maria de Paula. *Reforma e contra-reforma da Previdência Social no Brasil de hoje*. R. Katál, Nº 5. Florianópolis, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Trad. Yvonne Jean. 4. ed. Brasília, UnB, 1997.

UNESCO. PRELAC. Uma trajetória para a educação para todos. Revista PRELAC- Ano 1/n.0/agosto de 2004. Santiago do Chile.

WIEVIORKA, Michel. *Violência hoje*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1147-1153, 2006.

WOLFF, Simone. *Desenvolvimento Local, Empreendedorismo e “Governança” Urbana: onde está o trabalho nesse contexto?* CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 70, p. 131-150, Jan./Abr. 2014.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo: A renovação do Materialismo Histórico*. Tradução: Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

APÊNDICE A – LISTA DE TESES E DISSERTAÇÕES

Tabela 3 - Teses e Dissertações sobre Empreendedorismo, Juventude e Ideologia

Título Do Trabalho	Autor(a)	Programa	Ano	Tipo
O Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos do SEBRAE e a Divulgação do Empreendedorismo na Educação	Camargo, Gabrieli Boenke	Educação - UNIOESTE	2018	Mestrado
Empreendedorismo na escola: uma análise crítica do curso "Jovens Empreendedores Primeiros Passos"	Cruz, Mirian Carla	Educação – UFSC	2018	Mestrado
Políticas Públicas e Trabalho Precário: a Retórica da “Autonomia Empreendedora” e a Permanência Do Desemprego	Oliveira, Vanessa Dias de	Geografia – UFS	2017	Doutorado
Educação para o trabalho ou para a formação humana: a proposta educacional do capital para trabalhadores jovens materializada no PROJOVEM	Amorim, Maria Gorete Rodrigues de	Educação – UFC	2017	Doutorado
Sobre o Significado da Criação e Expansão das Empresas Juniores na Universidade Brasileira	Milis, Renato Ramos	História – UFSC	2016	Mestrado
A Funcionalidade Do Empreendedorismo para o Sistema do Capital na Contemporaneidade	Almeida, Kamilla Karinne De Oliveira	Serviço Social – UFAL	2016	Mestrado
Rua 25 de março: entre a informalidade, o empreendedorismo e a precarização	Jesus, Natalia Cerri De	Sociologia - UNICAMP	2016	Mestrado
Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria	Lima, Fellipe Coelho	Psicologia – UFRN	2016	Doutorado
Admirável mundo do empreendedorismo”: adoção do empreendedorismo como princípio educativo	Pandolfi, Marcelo De Amorim	Educação, UFSCar	2015	Doutorado
O Espírito dos Donos: Empreendedorismo como Projeto de Adaptação da Juventude	Betoni, Camila Souza	Sociologia Política – UFSC	2014	Mestrado
Pedagogia vai ao porão: a pedagogia empresarial e empreendedora e o processo de naturalização do social	Wolf, Luciani	Educação – UFPR	2014	Mestrado
Institucionalização escolar e empreendedorismo: efeitos da	Souto, Elize De Matos	Educação – UFSM	2014	Mestrado

governamentalidade neoliberal na sujeição do aluno a EJA				
Crítica à razão empreendedora: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo	Castro, Carla Appollinario de	Sociologia E Direito – UFF	2013	Doutorado
Fundamentos, princípios e objetivos de uma política de qualificação profissional: projeto juventude Empreendedora	Góes, Glória Maria Vasconcelos	Educação – UECE	2011	Mestrado
Educação para o Empreendedorismo: Implicações Epistemológicas, Políticas e Práticas	Coan, Marival	Educação – UFSC	2011	Doutorado
O espírito do capitalismo e a cultura do empreendedorismo educação e ideologia	Júnior, Otávio Pedro Alves De Lima	Psicologia – PUC Minas	2011	Mestrado
Convergências, divergências e silêncios: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios	Costa, Alessandra De Sá Mello Da	Administração – FGV	2010	Doutorado
Aprendendo a ser jovem e empreendedor em tempos líquidos: uma análise da revista pequenas empresas & grandes negócios	Santana, Dalva Veronica Mendonça	Educação – ULBRA	2010	Mestrado
Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil	Drewinski, Jane Maria De Abreu	Educação – UFPR	2009	Doutorado
Desemprego e Precarização do Trabalho na Prática do Empreendedorismo: Histórias de Vida de Empreendedores	Cunha, Fátima Suely Ribeiro	Sociologia Política – UFSC	2007	Mestrado
Jovens e Educação Empreendedora: Que Discurso é Esse?	Souza, Adriano Mohn	Educação – UCG	2006	Mestrado

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS

Tabela 4 - Artigos sobre Empreendedorismo, Juventude e Ideologia

Título do Trabalho	Autor	Revista	Ano
Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho	Sousa, Luís Nuno.	Sociologia	Dez, 2017
A Educação do Campo Em Disputa: Resistência Versus Subalternidade Ao Capital	CAMACHO, Rodrigo Simão.	Educ. Soc	Jun, 2017
Dinâmicas coletivas em cenas musicais: A experiência do grupo #acenavive no Rio de Janeiro	Bittencourt, Luiza; Domingues, Daniel.	Revista Crítica de Ciências Sociais	Mai, 2016
Empreendedorismo como escopo de diretrizes políticas da União Europeia no âmbito do ensino superior	Almeida, Rachel de Castro; Chaves, Miguel.	Educação e Pesquisa	Jun, 2015
Tubarões e peixinhos: histórias de jovens protagonistas	Tommasi, Livia De.	Educação e Pesquisa	Out, 2013
A cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude	Salgado, Julia.	Galáxia	Jun, 2013
Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho	LIMA, Jacob Carlos.	Sociologias	Set, 2010
Uma nova noção de empresário: a naturalização do "empreendedor"	Leite, Elaine da Silveira; Melo, Natália Maximo e.	Revista de Sociologia e Política	Nov, 2008

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).